



Universidade Federal de São Carlos  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Na busca dos novos líderes: o processo de construção de  
candidaturas ao legislativo municipal – aspectos teóricos e  
um estudo de caso.

**José Elias Domingos Costa Marques**

---

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientadora: Prof. Dra. Maria do Socorro Braga**

---

São Carlos - SP  
Outubro de 2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M357bn

Marques, José Elias Domingos Costa.

Na busca dos novos líderes : o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal – aspectos teóricos e um estudo de caso / José Elias Domingos Costa Marques. -- São Carlos : UFSCar, 2008.  
197 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Ciência política. 2. Novo institucionalismo. 3. Seleção de candidatos. 4. Recrutamento político. 5. Carreira política.  
I. Título.

CDD: 320 (20<sup>a</sup>)

*“Quem deseja dedicar-se à política, e principalmente, quem deseja dedicar-se à política em termos de vocação deve tomar consciência destes paradoxos éticos e da responsabilidade quanto àquilo em que ele próprio poderá transformar-se sob pressão daqueles paradoxos. Repito que ele se compromete com potências diabólicas que atuam com toda a violência”*

Max Weber – A política como vocação

## Agradecimentos

---

Em primeiro lugar agradeço ao G.:A.:D.:U.: pelas muitas graças concedidas.

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de São Carlos e ao Departamento de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo amparo institucional fornecido durante o mestrado.

Agradeço de coração à minha orientadora e amiga Prof. Dra. Maria do Socorro Braga. Seu auxílio e suas instruções foram fundamentais não somente para a construção desta dissertação, mas também para o meu amadurecimento enquanto estudante e pesquisador. Mesmo que me esforçasse mais, meus agradecimentos aqui nunca seriam suficientes.

Agradeço ao Prof. Dr. Fernando Azevedo e Prof. Dra. Maria Teresa Kerbauy, que gentilmente aceitaram fazer parte da banca de defesa. Agradeço também ao Prof. Dr. Eduardo Noronha, meu primeiro orientador e porta de entrada para o universo da pesquisa acadêmica.

Agradeço também a todos os professores de várias Universidades do país que pacientemente leram meus e-mails, solucionaram muitas dúvidas, enviaram arquivos, criticaram e elogiaram meus textos. Enfim, agradeço de coração aqueles que de alguma forma colaboraram com esta pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido, possibilitando-me a dedicação integral ao trabalho de pesquisa.

Aos meus amigos, que certamente estarão comemorando comigo mais uma vitória.

Não poderia deixar de citar a minha amiga Karina Mariano. Sem sombra de dúvidas você foi a melhor pessoa que conheci em meus longos seis anos na cidade de São Carlos.

Deixo aqui um T.:F.:A.: a todos os meus irmãos da Maçonaria e da Ordem DeMolay.

Agradeço também a minha querida Mônica. Sua importância resume-se na nossa ótima convivência.

Aos meus familiares que deixei em Cuiabá, minha terra Natal, em São Paulo e em Ribeirão Preto, mas que sempre estarão comigo, porque somos praticamente um só.

Aos meus irmãos Tiago e Danilo, meu alicerce, as únicas pessoas que eu tenho certeza que estarão comigo pelo resto da vida.

Ao meu pai, Águido Pedro da Costa Marques. Certamente nenhuma distância é capaz de abalar um sentimento tão forte e puro.

E principalmente agradeço aquela que sem sombras de dúvidas é a pessoa mais importante que eu tenho na vida: minha MÃE, Judete Domingos. Esta dissertação é dedicada especialmente à ela.

## Sumário

---

<u>Resumo/Abstract</u> .....	08
<u>Introdução</u>	
Apresentação e justificativa para a realização da pesquisa.....	09
Estrutura da dissertação.....	13
<u>Capítulo I</u> - O papel do neo-institucionalismo na Ciência Política e o amparo da <i>rational choise</i> como ferramenta teórica na compreensão do processo de escolha de candidatos.....	16
1.1) <i>O institucionalismo e a escolha de candidatos</i> .....	22
<u>Capítulo II</u> - O processo de construção de candidaturas – aspectos de carreira e organização partidária.....	30
2.1) <i>Perspectivas de carreira política – problematizando as interpretações correntes</i> .....	34
2.2) <i>O cargo de vereador</i> .....	46
2.3) <i>Organizações partidárias organizando carreiras</i> .....	53
<u>Capítulo III</u> – Partidos e lideranças: o subsistema partidário da cidade de São Carlos.....	64
<u>Capítulo IV</u> - A lógica da seleção: um estudo de caso sobre o PT e o PSDB na cidade de São Carlos – eleições de 2000 e 2004.....	89
4.1) <i>A seleção no discurso: uma síntese dos critérios formais de escolha dos candidatos do PT e PSDB em âmbito municipal</i> .....	95
4.2) <i>A busca por evidência: o contexto das eleições no ano 2000 na cidade de São Carlos</i> .....	99
4.3) <i>A rivalidade PT x PSDB: o contexto das eleições no ano de 2004</i> .....	131

<u>Considerações Finais</u> .....	164
-----------------------------------	-----

Apêndice - Procedimentos Metodológicos

Coleta de dados.....	172
Análise dos dados.....	179

<u>Bibliografia</u> .....	181
---------------------------	-----

Anexos

Anexo I – Roteiro de entrevistas semi-estruturadas.....	192
Anexo II – Ocupação dos vereadores eleitos pelo PT e PSDB nas eleições de 2000 e 2004.....	

## **Lista de figuras, tabelas, gráficos e diagrama.**

<u>Diagrama I</u> – Variáveis subjetivas e partidárias.....	24
<u>Figura I</u> – Estrutura da carreira política no Brasil.....	42
<u>Figura II</u> - Matéria publicada no Jornal Primeira Página.....	138
<u>Tabela I</u> – Primeiro cargo público segundo o nível da federação.....	51
<u>Tabela II</u> – Primeiro cargo público dos deputados federais (legislatura 2002 – 2006).....	52
<u>Tabela III</u> - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 1982.....	70
<u>Tabela IV</u> – Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 1988.....	73
<u>Tabela V</u> – Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 1992.....	76
<u>Tabela VI</u> - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 1996.....	79
<u>Tabela VII</u> - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 2000.....	82
<u>Tabela VIII</u> - Resultado das eleições para vereador no município de São Carlos – 2000.....	83
<u>Tabela IX</u> - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 2004.....	85
<u>Tabela X</u> - Resultado das eleições para vereador no município de São Carlos – 2004.....	85
<u>Tabela XI</u> - Número de vereadores eleitos pelo PT e PSDB.....	87
<u>Tabela XII</u> - Ocupação dos vereadores por partido – eleições em São Carlos no ano 2000.....	107
<u>Tabela XIII</u> - Distribuição de vagas por gênero – eleições ano 2000 em São Carlos.....	112
<u>Tabela XIV</u> - Candidatos presentes em 1996 que não disputaram as eleições em 2000 pelo PSDB - Relação candidato/número de votos.....	117
<u>Tabela XV</u> - Candidatos presentes em 1996 que disputaram as eleições em 2000 pelo PSDB Relação candidato/número de votos.....	118
<u>Tabela XVI</u> - Candidatos presentes em 1996 que não disputaram as eleições em 2000 pelo PT – Relação candidato/número de votos.....	119
<u>Tabela XVII</u> - Candidatos presentes em 1996 que disputaram as eleições em 2000 pelo PT – Relação candidato/número de votos.....	119
<u>Tabela XVIII</u> - Candidatos selecionados para disputar as eleições em 2000 pelo PT – Relação candidato/tempo de filiação.....	121

<u>Tabela XIX</u> - Candidatos selecionados para disputar as eleições em 2000 pelo PSDB – Relação candidato/tempo de filiação.....	124
<u>Tabela XX</u> - Ocupação dos vereadores por partido – eleições em São Carlos no ano 2004.....	140
<u>Tabela XXI</u> - Distribuição de vagas por gênero – eleições ano 2004 em São Carlos.....	147
<u>Tabela XXII</u> - Candidatos presentes em 2000 que não disputaram as eleições em 2004 pelo PT – Relação candidato/ número de votos.....	148
<u>Tabela XXIII</u> - Candidatos presentes em 2000 que disputaram as eleições em 2004 pelo PT – Relação candidato/número de votos.....	149
<u>Tabela XXIV</u> - Candidatos presentes em 2000 que não disputaram as eleições em 2004 pelo PSDB – Relação candidato/número de votos.....	151
<u>Tabela XXV</u> - Candidatos presentes em 2000 que disputaram as eleições em 2004 pelo PSDB - Relação candidato/número de votos.....	152
<u>Tabela XXVI</u> - Candidatos selecionados para disputar as eleições em 2004 pelo PT – Relação candidato/tempo de filiação.....	156
<u>Tabela XXVII</u> - Candidatos selecionados para disputar as eleições em 2004 pelo PSDB – Relação candidato/tempo de filiação.....	158
<u>Gráfico I</u> – Proporção de votos por partido – eleições para prefeito em São Carlos.....	86
<u>Gráfico II</u> - Grau de escolaridade dos candidatos a vereador pelo PSDB – eleições ano 2000.....	109
<u>Gráfico III</u> - Grau de escolaridade dos candidatos a vereador pelo PT – eleições ano 2000.....	110
<u>Gráfico IV</u> - Média de idade – eleições ano 2000 em São Carlos.....	111
<u>Gráfico V</u> - Eixo comparativo – média de idade nas eleições do ano 2000.....	112
<u>Gráfico VI</u> - Grau de escolaridade dos candidatos a vereador pelo PT – eleições ano 2004.....	142
<u>Gráfico VII</u> - Grau de escolaridade dos candidatos a vereador pelo PSDB – eleições ano 2004.....	143
<u>Gráfico VIII</u> – Média de idade – eleições ano 2004 em São Carlos.....	145
<u>Gráfico IX</u> - Eixo comparativo – média de idade nas eleições do ano 2004.....	146

## **Resumo**

O presente trabalho objetiva, sob o prisma dos estudos neo-institucionalistas, analisar o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal, partindo da premissa de que os partidos políticos participam ativamente deste processo enquanto agentes institucionais de controle sobre a carreira política. A pesquisa adota a perspectiva da *rational choice* de forma a apontar o candidato como sendo fruto do jogo político envolvendo as lideranças partidárias. A dissertação estrutura-se em torno de dois eixos: um de caráter mais teórico, abordando e atrelando as principais discussões bibliográficas sobre os temas seleção de candidatos e carreira política; e um estudo de caso, que engloba o processo de seleção de candidatos a vereador nos dois principais partidos políticos da cidade de São Carlos, durante as duas últimas eleições municipais (2000 e 2004).

Palavras-chave: seleção de candidatos; recrutamento político; carreira política, neo-institucionalismo

## **Abstract**

This article subjects, under the prism of the neo-institutionalism studies, analyze the process of building of candidacies to the municipal legislative, which the political parties has an important paper in this process while institutional agents of control above the career policy. The research adopts the prospect of the rational choice to show the candidate as being result from the political encompassing the leaderships parties. The dissertation bodywork shares in two parts: one involving a theory work, approaching the most important researches about the subject; and like a case work, beyond a study of the candidate selection process on the two most important political parties of São Carlos city, during last two municipal elections (2000 and 2004).

Key-words: candidate selection; political recruitment; political career; neo-institutionalism.

## Introdução

---

### 1.1 Apresentação e justificativa para a realização da pesquisa

A Ciência Política no Brasil vem paulatinamente preenchendo lacunas no que tange à compreensão do nosso sistema político. Dentro das Ciências Sociais, a Ciência Política possui um importante papel em propiciar iniciativas que possibilitem a capacidade de compreensão da realidade política nacional, tal como uma ferramenta que aperfeiçoe o entendimento seguido da transformação do país. Nesta iniciativa repousa a escolha do tema a ser pesquisado nesta dissertação.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o processo que envolve a construção de uma candidatura. Busca-se neste trabalho analisar a interferência de um partido político, enquanto um veículo institucional, que possibilita (limitando ou alavancando) um indivíduo estar se inserindo na disputa eleitoral. Os fatores que tornam possíveis o ingresso em um cargo público eletivo não residem somente em aspectos subjetivos de cada pessoa. É preciso que essa “vontade individual” seja reconhecida por aqueles que controlam o único grupo legítimo que intermedia um indivíduo e uma candidatura: os membros de um partido político. Neste contexto surgem algumas indagações como:

- a-) Porque uma determinada pessoa é escolhida em detrimento de outra ?
- b-) Quais os critérios utilizados para esta escolha – expressividade eleitoral, tempo de militância, reduto eleitoral ?
- c-) Qual é o candidato cujo perfil é o mais constante<sup>1</sup> ?
- d-) Este processo envolve somente a seleção por parte das lideranças partidárias ou é descentralizado para as bases ?
- e-) A escolha é feita tendo como base a escolha dos candidatos pelos partidos rivais ?

Diante das adversidades (tempo-espço) oriundas da ampla dificuldade em realizar um diagnóstico dos padrões de seleção de candidatos abrangendo todos os partidos e diretórios do território nacional, *priorizou-se nesta pesquisa um estudo mais restrito à esfera municipal, especificamente ao processo que culmina na construção de uma*

---

<sup>1</sup> De acordo com sua composição social.

*candidatura ao cargo de vereador*. Através de um estudo de caso em um município com mais de 200 mil habitantes<sup>2</sup>, no caso a cidade de São Carlos, buscou-se aplicar e visualizar via trabalho empírico, como ocorreu a construção da lista de candidatos e composição social da mesma pelos dois principais partidos da cidade (PT e PSDB) em dois pleitos, 2000 e 2004. Analisamos assim o **período que engloba os momentos que antecedem as eleições** (o contexto político de recrutamento dos candidatos), e o resultado desta situação, ou seja, a **lista de candidatos**.

A escolha da cidade de São Carlos e dos seus dois mais expressivos partidos na atualidade não foi feita de maneira aleatória. No município os dois partidos em questão vêm progressivamente ocupando maior espaço na disputa política na cidade, a exemplo do que acontece em nível nacional. O PT ascende ao poder nas eleições municipais do ano 2000, elegendo o prefeito e o maior número de vereadores de sua história na cidade; reelege novamente o prefeito em 2004, elegendo também um número expressivo de vereadores. E nesta disputa o PSDB vem sendo o seu principal rival nas urnas, desde 2000, quando então elege a maior bancada de vereadores, e 2004, quando polariza com o PT a disputa pelos cargos Executivo e Legislativo.

Dentro do objetivo geral da pesquisa, que é entender o processo de construção de uma candidatura, surgem dois objetivos específicos:

1º - Construção de um balanço teórico, amparado teoricamente pela corrente neo-institucionalista e recheado de discussões bibliográficas anteriores, que possa servir de base para futuros estudos sobre seleção de candidatos;

2º - Verificar empiricamente, por meio de um estudo de caso, algumas conclusões sobre o processo de seleção de candidatos, oriundas deste suporte teórico.

O caráter genérico desta proposição está passível de repousar na indagação sobre quais seriam os pontos a serem destacados neste tipo de estudo. A complexidade deste processo político ilustra o árduo caminho que um pesquisador irá trilhar, uma vez que, estudar seleção de candidatos invariavelmente envolve elementos como o caráter da organização partidária e a carreira política, que convergem em sinergia entre si, sendo muito difícil pensar em escolha de candidatos dissociando-os. Ou seja, a partir do momento que uma determinada pessoa entra em uma disputa eleitoral, automaticamente ela passa a

---

<sup>2</sup> Esta demarcação remete aos critérios de classificação do IBGE, situando as cidades com mais de 200 mil

figurar no rol daqueles que se aventuraram na carreira política. Admitimos então que a carreira política não contempla somente aqueles que são eleitos, mas que se propõem para tal. Um candidato não é propriamente um político (quando anteriormente não ocupara nenhum cargo público, ou seja, é um outsider), mas ao entrar na disputa política em tese<sup>3</sup> ambiciona sê-lo.

Por esta razão alentamos a importância de enquadrar o tema em questão dentro da esfera dos estudos de carreira política. Carreira remete a trilha, caminho, e este sempre possui um princípio. O princípio que envolve uma carreira política é justamente toda a disputa política prévia a visualização do candidato enquanto “o escolhido” para representar um interesse de grupo.

TOCQUEVILLE (2001) salientou que os cargos públicos eletivos são ocupados por mandatos curtos, em disputa aberta à todos. Observando as instituições políticas dos Estados Unidos no século XIX, concluiu que as eleições não garantem qualquer tipo de segurança de se manter nela, tal como em uma carreira pública. Podemos discordar de seu diagnóstico no que diz respeito ao cargo eletivo não se constituir em uma carreira pública, pois o número crescente de políticos dedicados quase que exclusivamente à carreira enquanto profissão vem crescendo nas democracias contemporâneas (MEZEY, 1976), sob a ótica do tipo ideal de político profissional sugerido por WEBER (1997) em “*Política como vocação*”.

No entanto concordamos com o célebre pensador francês quando este salienta o grau de instabilidade que um cargo público eletivo possui. Em um intervalo de anos médio que varia de país para país democrático, o político *está invariavelmente sujeito* ser submetido ao teste das urnas. É preciso a cada eleição enfrentar novamente todo o processo que envolve uma disputa eleitoral, que tramita desde reconhecer subjetivamente a viabilidade de uma nova ou inédita candidatura, até enfrentar as limitações e barreiras institucionais, como as condições legais de elegibilidade e o crivo partidário para seleção de candidatos, que uma eleição coloca à frente do aspirante.

As condições legais de elegibilidade são aqueles pré-requisitos constitucionais que cada cidadão deve se enquadrar para almejar a possibilidade de entrar no mundo da

---

habitantes com porte médio.

<sup>3</sup> Digo em tese porque, como se verá mais adiante, não podemos concordar completamente com a idéia da disputa política ser motivada única e exclusivamente pela disputa por cargos eletivos.

política. São condições reconhecidas como os únicos pressupostos estipulados para que o eleitor obtenha o direito de ser votado. As condições, como constam na Constituição Federal de 1988, no art. 14 inciso 3º, são: nacionalidade, estar em gozo com o exercício dos direitos políticos, alistamento, filiação partidária e idade mínima exigida. Estas são as chamadas *condições próprias* de elegibilidade. Segundo COSTA (2002) existem também as *condições impróprias*, que seriam a alfabetização, desincompatibilização, especiais para militares e indicação em convenção partidária. A distinção entre ambas as condições são por causa do critério topológico, ou seja, são próprias aquelas previstas no inciso 3º do artigo 14. e impróprias as demais.

A segunda barreira institucional diz respeito justamente à condição de elegibilidade própria e imprópria, em resumo, estar filiado a um partido político e ser aprovado em convenção realizada pela agremiação partidária. É exatamente neste ponto que está inserida a questão chave da pesquisa: *institucionalmente qual a influência do partido na seleção e construção da lista de candidatos? Como o partido, enquanto uma instituição legítima nos sistemas poliárquicos modernos, exerce controle sobre a representação política, direcionando, influenciando, apoiando e restringindo carreiras políticas?*

É importante salientar que este trabalho tem como preceito teórico o amparo da corrente institucionalista, especificamente a **teoria da escolha racional (rational choice)**. O foco está na atuação do partido enquanto uma instituição política, que por meio de suas lideranças delimitam as regras do jogo, no caso, o controle da representação política.

SANTOS (2004) aponta que os sinais mais evidentes de um rígido controle da organização partidária sobre o processo de representação política recai na estabilidade dos resultados eleitorais, disciplina nas decisões legislativas e continuidade nas carreiras políticas. Mesmo os três vetores não convergindo, no caso do sistema partidário brasileiro, na mesma direção e sentido, o partido assume o papel de estar intermediando, ou melhor, sendo o elo entre o indivíduo e a carreira política.

O partido, imerso nas suas inúmeras funções que exaustivamente vem sendo estudadas dentro do sistema partidário no qual se insere, assume um papel que o diferencia de qualquer outra estrutura similar: é o único grupo abertamente legítimo<sup>4</sup> que tem a função

---

<sup>4</sup> O partido escolhendo os candidatos não significa que necessariamente estes candidatos sejam frutos das vontades dos próprios membros do partido, mas também de diferentes grupos que utilizam a organização partidária como veículo de entrada e/ou atuação na vida política. Mais adiante este ponto será enfatizado.

de “colocar” para o eleitor aquele que melhor lhe convém para ser escolhido por meio do voto. A importância política desta função é tamanha que SARTORI (1982) sugere que os partidos são colocados à prova de modo mais severo justamente quando perdem o controle sobre a seleção de candidatos, em detrimento de esta função caber única e exclusivamente a si, em se tratando de sistemas democráticos representativos. Por isso acredita-se que estudar a seleção de candidatos é importante tanto por ser um estágio chave no processo político de recrutamento, como envolve uma arena fundamental no conflito intra-partidário (GALLAGHER, 1988).

## 1.2 - Estrutura da dissertação

A dissertação está estruturada em duas partes, sendo que a primeira é composta pelo capítulo 1 e 2, e a segunda pelo capítulo 3 e 4 e pelas considerações finais.

- ✓ A primeira parte, *de caráter mais teórico*, tem como propósito no primeiro capítulo fazer uma breve apresentação da corrente denominada neo-institucionalismo, atrelando-o como ferramenta teórica para a compreensão da seleção de candidatos. A opção pelo neo-institucionalismo, com ênfase para o institucionalismo da escolha racional e elementos do institucionalismo histórico, sugere o contexto da construção de uma candidatura imersa no âmbito das delimitações institucionais que o partido político impõe neste cenário. O olhar neste contexto volta-se para *a influência institucional partidária* e não somente para as ambições individuais (típico dos estudos behavioristas). O segundo capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro tópico busca colocar em pauta o tema da carreira política, apresentando algumas contribuições teóricas e o contexto pelo qual este tema se insere no objetivo geral da pesquisa. O segundo tópico dispõe a organização partidária tendo como papel influenciar na constituição da carreira política. Neste tópico justifico a importância de observar o partido enquanto um agente ativo em qualquer carreira. Por fim, o terceiro tópico objetiva apresentar algumas considerações a respeito do cargo de

vereador, uma vez que será exatamente sobre este cargo que o estudo de caso no capítulo seguinte irá estar focalizado.

- ✓ A segunda parte consiste no capítulo 3, 4 e nas considerações finais. No capítulo 3 é apresentada uma contextualização do subsistema partidário em São Carlos, através da análise da distribuição das principais lideranças municipais nos principais partidos durante os períodos eleitorais entre 1982 e 2004 (composição das chapas e resultados). Este capítulo justifica-se mediante a importância de conhecermos o processo político-partidário que antecede a ascensão das lideranças petistas e peessedebistas no cenário político da cidade. No capítulo 4 buscou-se justificar a discussão prévia realizada nos dois primeiros capítulos e complementar o terceiro com um estudo de caso. O objetivo deste último capítulo é analisar o processo de seleção de candidatos em dois partidos rivais no âmbito da esfera da disputa ao legislativo municipal. O cenário escolhido foi a cidade de São Carlos, e o período as duas últimas eleições municipais (ano 2000 e 2004). Este capítulo traz um estudo empírico, construído através de um exame detalhado de diversas fontes<sup>5</sup>, que elucidam os diversos fatos que marcaram o período pré-eleitoral no seio das duas mais influentes organizações partidárias, PT e PSDB. Estas fontes foram agrupadas de acordo com o modelo de NORRIS (1995), através da análise do background dos candidatos selecionados, assim como de demandas como tempo de filiação, experiência como candidato e recursos financeiros. Buscou-se apresentar na prática a construção hipotética, que até então teve respaldo com uma apresentação teórica. O modelo de partido de quadros e partido de massas proposto por DUVERGER (1980) também é apresentado no capítulo 4 como ferramenta para o enquadramento e a diferenciação dos dois partidos em questão quanto ao aspecto organizacional referente ao processo de construção de candidaturas. Na conclusão é apresentada uma consideração final, resumindo os principais pontos discutidos no trabalho.

---

<sup>5</sup> Ver o apêndice, “**procedimentos metodológicos**”.

Como forma de tornar mais sucinta e objetiva esta introdução, todo o trabalho metodológico que envolveu a realização desta pesquisa está minuciosamente exposto no apêndice deste trabalho.

Enfim, espera-se que esta dissertação possa contribuir de alguma forma para o enriquecimento dos estudos de carreira política e seleção de candidatos, servindo tanto como forma de amparo teórico-analítico, como forma de incentivo à novas produções acadêmicas.

## Capítulo 1

O papel do neo-institucionalismo na Ciência Política e o amparo da *rational choice* como ferramenta teórica na compreensão do processo de escolha de candidatos

---

*“O estudo das instituições melhora a nossa compreensão dos fenômenos sociais”*

*George Tsebelis (1998, pg. 104)*

A pretensão deste primeiro capítulo recai na necessidade de apresentar um panorama objetivo do referencial teórico escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa. A escolha do neo-institucionalismo enquanto modalidade de referência deve-se não somente a sua crescente importância adquirida nos últimos 40 anos na Ciência Política, mas também em virtude dos seus preceitos (o foco sobre as instituições), terem sido considerados os mais adequados na compreensão e apresentação do contexto do estudo.

A corrente neo-institucionalista, segundo LIMONGI (1997), apresentou-se como uma resposta aos modelos comportamentalistas (behavioristas) e pluralistas que imperavam na Ciência Política até a década de 70. Estas correntes teóricas germinaram nas Ciências Sociais em geral no período pós-guerra, subalternizando o papel das instituições influenciando diferentes processos sociais (vistas não mais como agentes, mas resultados de encadeamentos estruturais) e procedimentos de compreensão política.

Para os institucionalistas, a ação social estaria condicionada pelas instituições, e não somente pela soma de preferência dos atores (repouso da crítica ao behaviorismo). As abordagens estritamente holísticas também seriam alvo dos neo-institucionalistas, pois estes rejeitavam a atribuição a uma determinada estrutura social a força causal de todas as situações sociais (IMMERGUT, 1998). O institucionalismo seria uma alternativa na compreensão das ações dos indivíduos e suas manifestações coletivas.

O termo neo-institucionalismo remete ao hiato pelo quais os estudos políticos institucionalistas atravessaram durante mais de 20 anos desde o fim da II Guerra (superados pela influência das teorias de grande alcance que estavam em evidência).

Importante ressaltar que também os estudos de Políticas Públicas nos anos 50 e 60, através de demonstrações empíricas comparativas entre os diferentes países em diferentes graus de desenvolvimento, contribuíram para corroborar a importância de se entender as diferentes instituições políticas para assim melhor se compreender as diferenças entre estes países, obstruindo assim a predominância de formas de compreensão voltadas para estudos de variações de comportamento ou diferença entre as forças das classes (ROSTHEIN, 1996). Os teóricos do neo-institucionalismo, mesmo em discordância em muitos aspectos, entram em concordância em dois pontos básicos:

1-) as normas e os procedimentos operacionais influem no resultado positivo, uma vez que estruturam o comportamento político e moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores em selecionar preferências;

2-) as instituições moldam a política e são moldadas pela história, podendo os indivíduos escolher suas instituições, mas não o fazendo em circunstâncias que eles mesmo criaram (PUTNAM, 1945, pg 44).

HALL & TAYLOR (2003) assinalam que a confusão proveniente do sentido do termo neo-institucionalismo na Ciência Política fundamenta-se no fato de esta corrente não ser uma perspectiva unificada, admitindo-se a existência de ao menos três modelos (ou métodos) diferentes de análise: institucionalismo sociológico, institucionalismo histórico e institucionalismo da escolha racional.

O institucionalismo histórico, que surgiu em resposta ao funcionalismo que dominava a Ciência Política nos anos 60 e 70, define instituições como sendo os protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes a estrutura organizacional da comunidade política. A assimetria do poder, que gera os conflitos (e conseqüentemente as mudanças) são associadas ao desenvolvimento e funcionamento das instituições. O desenvolvimento institucional privilegiaria as trajetórias (Path Dependency), vinculando-se sempre a uma concepção particular do desenvolvimento histórico. Acontecimentos em um

determinado contexto histórico gerariam e determinariam resultados e acontecimentos sociais e políticos futuros, tanto nos países como nas instituições (FERNANDES, 2002). Mudanças de trajeto são decorrentes de mudanças institucionais. É uma concepção ampla, que mescla elementos culturalistas e calculadores, na forma de observar os fenômenos. Um exemplo são as constantes buscas de indícios e razões, por parte dos pesquisadores desta vertente, em arquivos históricos, trabalhando dados conceituais através da indução.

No institucionalismo sociológico, as instituições são definidas de maneira mais generalista, abarcando regras, normas formais, procedimentos somados a símbolos, esquemas cognitivos, modelos morais, padrões de significação. A instituição para esta vertente é, antes de tudo, um fenômeno cultural. Os indivíduos incorporam, por meio da cognição, os esquemas e modelos propostos institucionalmente. Focar-se nas instituições pode ser uma ferramenta importante na compreensão dos significados da vida social. A ação do indivíduo, nesta vertente, é vista como completamente dotada de significado cultural.

A *rational choice* será aqui abordada de forma mais completa, uma vez que é a opção instrumental teórica desta pesquisa. Segundo FEREJOHN & PASQUINO (2001), a escolha racional sempre esteve intimamente atrelada com a economia, sendo que sua aproximação com a Ciência Política partiu da influência de autores considerados “economicistas” como Downs, Gordon Tullock e Mancur Olson. Para estes autores, os agentes sociais estariam constantemente interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades, e sujeitos a constrangimentos de recursos materiais.

A definição do conceito de instituição segundo a concepção da escolha racional tem como alicerce referencial a proposição de Douglas North, em seu trabalho “Institutional Change – teory and empirical findings”. North define as instituições como “*formal rules, informal constrains (norms of behavior, conventions, and self-imposed codes of conduct), and the enforcement characteristics of both*” (pg. 36). O autor acredita que as instituições, limitando as ações dos seres humanos, não somente facilitariam a interação entre os mesmos, como geraria certo grau de previsibilidade de ações (uns com os outros). As instituições teriam um papel fundamental em agir na diminuição dos custos de transação ligados à conclusão de acordos. Para HOLLINGSWORTH (1998) os hábitos e valores

também devem ser reconhecidos enquanto instituições. Na citação do autor, “institutions are norms, rules, conventions, habits and values” (pg. 131)

O papel *coercitivo* das instituições apontado pela escolha racional sugere que os indivíduos estão inseridos num contexto de regras e constrangimentos, e a ação individual nasce como uma adaptação ótima a um ambiente institucionalizado (TSEBELIS, 1998). Se existe a preponderância de uma instituição, o comportamento dos atores deve ser observado a partir da perspectiva do papel que as instituições exercem no seu contexto social. Qualquer forma de manifestação política ou social surge dentro deste contexto de regras.

Desta forma, pode-se pensar em uma estabilidade nos processos políticos como fruto da influência das instituições delimitando o jogo das regras, leis, procedimentos e arranjos organizacionais<sup>6</sup>. No caso dos partidos, os atores políticos se movimentam de acordo com a demanda partidária em buscar os objetivos políticos almejados.

Nesse contexto, HALL & TAYLOR apontam quatro pontos chaves que caracterizam o institucionalismo da escolha racional:

- a compartilhamento de gostos ou preferências dos atores, buscando maximizar a satisfação destas preferências, através do uso de cálculos e estratégias;
- força da interação estratégica na determinação das situações políticas;
- a vida política estaria permeada de dilemas de ação coletiva, surgindo o risco de resultados sub-ótimos para a coletividade (implicação da falta de arranjos institucionais);
- as instituições teriam sua origem de forma primordialmente consciente.

A perspectiva da racionalidade sugere que os atores, numa determinada situação, tomam decisões conscientes e estratégicas, em uma esfera de ação política que conjugue contextos institucionais e sociológicos. A racionalidade requer crenças, desejos e ações que se relacionam de uma forma particular (FEREJOHN & PAQUINO, 2001). A validade desta relação é uma condição de consistência sustentada justamente pela racionalidade, sendo válida para empregar em contextos que envolvam desejos, ambições e paixões.

---

<sup>6</sup> Isso não implica na imutabilidade das instituições, uma vez que as instituições, para os teóricos da escolha racional, são alteradas e criadas conscientemente.

Assume-se então que a racionalidade seria uma correspondência ótima entre meio e fins. Como seria possível explicar que indivíduos, sedentos pelos próprios interesses individuais, agissem (como havia-se observado) em constante cooperação, buscando maiorias para resolverem problemas comuns? Buscou-se como solução a atribuição da pré-existência de instituições políticas que promovessem incentivos seletivos, por meio de procedimentos e regras anteriores ao início do jogo de interação (ROTHSTEIN,1996). Busca-se a compreensão na tomada de decisão dos indivíduos considerando as consequência e decisões tomadas por outros.

A condição de interdependência que se situam os atores racionais, estando os mesmos sujeitos constantemente em situações que envolvam decisões estratégicas é o que caracteriza a teoria da escolha racional. A premissa lógica que  $A > B > C$ , logo  $A > C$  (nomeado de princípio de transitividade) exemplifica que comportamentos, em uma determinada situação, seriam melhor analisados em correspondência com a regra de interação cujas finalidades correspondem ao atendimento de seus interesses maximizados em forma de ação.

Esta interdependência resulta em princípios da busca de coordenação entre as pessoas, estas também estando imersas na possibilidade de conflito sobre a distribuição dos recursos que pensam conseguir. Por isso a instituição permite manter a tensão entre os princípios de conflito e da cooperação, constitutivos das transações (RUGGIERO, 2005).

Como toda vertente teórica, o institucionalismo possui suas limitações e críticas. Para BAERT (1997), a teoria da escolha racional emerge trazendo algo revolucionário, ao mesmo tempo em que corresponde a uma “invasão” do homem econômico. A economia, vertiginosamente preponderante em diferentes ramos de explicação das Ciências Humanas, incumbe-se de assaltar, de forma imperialista, a sociologia, de forma a subornar o *homo sociologicus* ao *homo economicus*.

MONSNA (2000) aponta para a incapacidade da escolha racional em esclarecer as relações entre micro e macro, entre estruturas e ações. A visão generalizante da escolha racional é contestada, pois universaliza tendências e gostos oriundos das diferenças dadas por algum processo social. Se uma pessoa age de determinada forma, ela é motivada por algum desejo e preferência. Desejos de sobrevivência, de segurança, poder são exógenos à

análise. Quando se aplica uma concepção de ação amparada num modelo analítico, automaticamente se estabiliza e hierarquiza essas preferências.

A apresentação de modelos reduzidos e a simplificação da imagem das motivações humanas são também pontos bastante contestados na *rational choice*. O enfoque julga determinadas situações baseadas potencialmente na capacidade de predição de seus modelos do que pela exatidão de seus postulados (HALL & TAYLOR, 2003).

A escolha racional tem o mérito de problematizar o caráter de formação e arranjo dos sujeitos coletivos ou sistemas de ação, que envolveriam estratégias por vezes ignoradas. No entanto, pode-se supor que o pressuposto da maximização da utilidade adotado pela escolha racional os leva bem próximos à abordagens comportamentalistas –behaviorismo– outrora tão criticados (IMMERGUT, 1998).

Diante das diferentes formas de contestações, que em muitos aspectos apresentam-se como uma alternativa para futuros re-arranjos e adaptações teórico-metodológicos do enfoque, a escolha racional ainda pode ser a ferramenta mais útil quando pensarmos em situações sociais e políticas que envolvam determinados contextos. TSEBELIS (1998) afirma que o Cientista Social, ao admitir que os atores se comportam de uma maneira racional, estão propensos a uma redução e uma formulação de propósitos. Esta redução pauta-se na exclusão (ou substituição) de processos como aprendizados e mecanismos de seleção social, em busca de seus resultados.

Em correlação com a *path dependency*, é possível pensar que o comportamento do indivíduo não apresenta-se como linearmente homogêneo, uma vez que, o funcionamento e o desenvolvimento das instituições acabam por fomentar estruturas diferenciadas. A racionalidade não implicaria necessariamente em orientações pré-definidas. Ela buscaria sim apoio em protocolos.

Por isso podemos pensar que a escolha racional, frente às suas limitações, acaba sendo uma importante ferramenta perante algumas situações políticas e sociais específicas, a saber: • quando a identidade e os objetivos dos atores são estabelecidos; • e as suas regras de interação são precisas e conhecidas pelos atores em interação (TSEBELIS, pg. 45). Por exemplo, numa arena Legislativa onde situações de interação são observadas levando-se em

conta os arranjos institucionais no qual os políticos estariam imersos, o denominador comum oriundo desta interação partiria das observações do papel destes arranjos. Todas as preferências individuais surgiriam em meio a força e a presença das regras da referida instituição.

Posta a definição concisa do papel do neo-institucionalismo na Ciência Política, passaremos a apresentar algumas indagações preliminares sobre o processo de escolha de candidatos a cargos eletivos. Busca-se aqui, como já fora dito na Introdução, adequar proposições iniciais do processo de construção de uma candidatura à perspectiva do neo-institucionalismo. Mais especificamente, o processo de escolha dos candidatos proposto na pesquisa se restringe à esfera do legislativo, no âmbito da política municipal.

### **1.1 – O institucionalismo e a escolha de candidatos**

A Ciência Política nacional vem oferecendo poucas explicações para este processo que é crucial em qualquer esfera de análise de um determinado contexto político-eleitoral. E quando digo crucial, refiro-me a importância que recai na compreensão da escolha de candidatos como instrumento que possibilita uma maior compreensão das eleições para cargos eletivos. A situação que envolve o surgimento de um candidato pode se encaixar em diferentes pontos e vertentes de estudo: como interesse maior deste trabalho, nos estudos de carreira política, como a primeira etapa que posteriormente envolva eleições e atuação na vida política, em qualquer cargo político eletivo; analisando partidos políticos, não somente no contexto de sua atuação no Congresso Nacional, formando coalizões ou influenciando nas aprovações de emendas, por exemplo, mas dando ênfase para seu aspecto organizacional<sup>7</sup>; ou mesmo em discussões que envolvam relações de participação e representação política, observando a figura do candidato selecionado para o pleito em paralelo com o tipo de atuação e representação que ele possa ter.

Na *rational choice* existem modelos clássicos que vem amparando pesquisas sobre interação política, elaborados especificamente para analisar o Congresso Americano. LIMONGI (1993) apresenta três dos principais modelos: distributivista, informacional e

---

<sup>7</sup> DUVERGER (1951) alertara para a dificuldade de se estudar as organizações partidárias, uma vez que o acesso a arquivos internos do partido se torna uma tarefa árdua para o pesquisador. Dependendo do grau de

partidária. O modelo distributivista trata especificamente do interesse constante dos parlamentares de buscar a reeleição, em uma determinada arena congressual. Utilizando-se das comissões, como um dos meios institucionais para atingir sua finalidade principal, eles executam suas ações que envolvem barganhas, aprovação de matérias, respaldo da maioria e troca de favores. O modelo informacional, por sua vez, concentra-se na força do processo decisório majoritário e na incerteza dos resultados políticos. Não desconsiderando o papel das comissões, os informalistas chamam a atenção para a importância da maioria como agente que define e aprova as decisões finais no Congresso. Neste contexto, as incertezas somente seriam reduzidas com o avanço na especialização e informação dos políticos, papel central que a instituição teria nesta situação.

Ambos os modelos não creditam influência política substantiva aos partidos políticos na estruturação das atividades partidárias. FELISBINO (2003) aponta que os teóricos do modelo partidário rechaçam esta idéia da pouca expressividade dos partidos, enquanto representantes dos interesses coletivos (pg. 22). Reorientando os interesses com caráter individualista dos parlamentares e os reorganizando, os partidos atuariam nas comissões, fazendo valer o seu grau de representatividade. Ao mesmo tempo, e este ponto apresenta-se como fundamental na discussão a ser apresentada, o partido também pode promover incentivos à carreira dos parlamentares (visão apresentada neste modelo apenas quando se tratando da carreira já dentro do congresso).

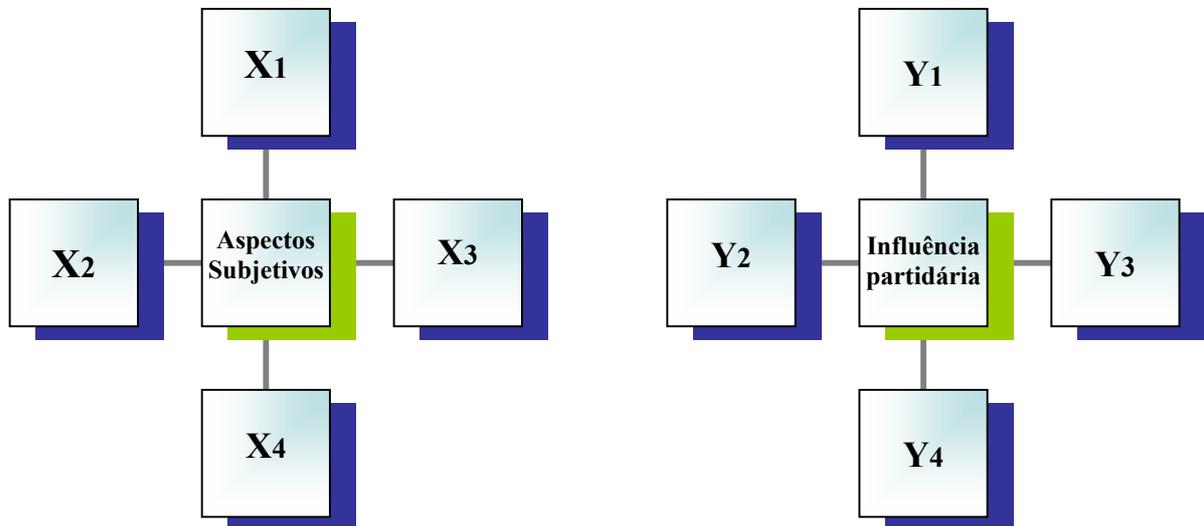
No caso da construção de candidaturas, podemos utilizar a perspectiva neo-institucionalista (com mais ênfase na escolha racional) para pensar em algumas situações que dariam respaldo aos resultados empíricos que mais adiante serão apresentados (valendo também o contrário, ou seja, o trabalho empírico comprovando toda a argumentação teórica).

Inicialmente, podemos visualizar o surgimento do candidato na seguinte esfera de inter-relações, com base no estudo feito por VIANNA (1973) sobre o candidato e o processo eleitoral:

---

abertura e flexibilidade do partido, muitas informações correm o risco de não serem precisas, obstruindo o bom

## DIAGRAMA – Variáveis subjetivas e partidárias



onde para as variáveis de *aspectos subjetivos* temos:

X<sub>1</sub> = ambições (progressiva regressiva ou estática – SCHLESINGER, 1966).

X<sub>2</sub> = contato social – clientela própria, herdada.

X<sub>3</sub> = capital político acumulado (experiências de atuação com atividades políticas, eletivas ou não)

X<sub>4</sub> = razões estruturais (parentes políticos, laços afetivos, poderio financeiro)

Nas variáveis *influência partidária* temos:

Y<sub>1</sub> = aquisição de prestígio partidário

Y<sub>2</sub> = dedicação militante

Y<sub>3</sub> = confiança das lideranças

Y<sub>4</sub> = identificação como membro do grupo

Por possuírem um núcleo comum, todas as variáveis estão intimamente inter-relacionadas. Esta inter-relação acarreta em derivações de uma em conseqüência de outra, e

---

andamento da compreensão dos diferentes processos partidários.

assim por diante. Esta situação não envolve elementos que se dissociam no contexto de surgimento do candidato. Tanto a questão de aspectos subjetivos como da influência partidária estão intimamente correlacionadas, podendo prevalecer uma ou outra situação, dependendo do contexto político e institucional.

Devo ressaltar que afora as duas variáveis colocadas em questão, existe um terceiro eixo referente a questões legais, mais especificamente a questão da *elegibilidade*, já tratada anteriormente na Introdução. Qualquer situação de eleição estará sujeita as regras legais que norteiam e delimitam formalmente, com base em critérios constitucionais, aqueles que possuem o direito de estarem passíveis de concorrer à um cargo público. Salvo as limitações institucionais partidárias, existem as limitações jurídico-formais que englobam aquela limitação.

Esta distinção entre aspectos subjetivos e influência é abordada de uma forma mais aplicável por NORRIS (1995) quando sugere o modelo de suprimento e demanda. O primeiro estaria atrelado com características pessoais do indivíduo, como motivação, vontade e ambição. A demanda nasceria das escolhas do partido frente à uma necessidade específica. A observação da demanda partidária surgiria com a análise do background e de recursos como experiência política, tempo de filiação e reduto eleitoral. Este modelo aplicável de NORRIS (op. cit.) será melhor visualizado no capítulo quatro, quando apresentaremos um estudo empírico.

Quando adoto a perspectiva da ação racional dos indivíduos, sempre limitado por estruturas institucionais, parto da idéia de que os atores, numa determinada situação, tomam decisões conscientes e estratégicas, em uma esfera de ação política que conjugue contextos institucionais e sociológicos. A racionalidade requer crenças, desejos e ações que se relacionam de uma forma particular (FEREJOHN & PASQUINO, 2001). A validade desta relação é uma condição de consistência sustentada justamente pela racionalidade, sendo válida para empregar em contextos que envolvam desejos, ambições e paixões. Por exemplo, um determinado indivíduo, apesar de toda sua dedicação enquanto militante (variável Y2), durante um período considerável de tempo, pode acabar não conseguindo lançar sua candidatura em detrimento de líderes ou militantes (em paralelo com o perfil de escolha dos candidatos de cada partido), agindo racionalmente, pressuporem que este

indivíduo não é viável por  $n$  motivos (pouca expressividade externa, falta de carisma, conflitos entre grupos internos, dentre outros). Diferentes fatores podem ser trabalhados levando-se em conta as estratégias presentes no jogo de seleção de candidato. MAESTRAS (2003), como exemplo, trabalha com a hipótese de que tanto os candidatos mais ambiciosos preocupam-se com a opinião pública, como o partido também busca enxergar no público uma reação positiva frente aos selecionáveis. Os cálculos de decisão dos candidatos e dos partidos seriam um problema multi-eleitoral, já que aquele que ambiciona um lugar na disputa deve assegurar e construir uma base eleitoral de suporte para um respaldo frente a decisão partidária, assim como para uma projeção futura para um cargo mais alto. Este exemplo vai de encontro com o que é proposto aqui como alicerce referencial: as instituições (no caso, a partidária) são iminentemente atuantes em diferentes situações sócio-políticas.

O partido político, enquanto uma organização legítima presente em qualquer sistema representativo democrático, ou nas palavras de TOCQUEVILLE (2001) “*um mal inerente aos governos livres*” (pg. 199), exerce uma função institucional crucial no processo de surgimento do candidato. Podemos pensar em diferentes razões que evidenciam esta importância, desde a necessidade de filiação prévia até o crivo partidário, que é a seleção destes candidatos. Possuindo suas regras, os partidos são instituições que constroem e moldam a identidade, o poder e a estratégia de sua composição, ou seja, indivíduos racionais. Resumiria os principais elementos que compõem essas regras como sendo os estatutos, regimentos ou qualquer outro procedimento formal, assim como ideologia, regras e procedimentos informais.

Os membros de um partido possuiriam assim interesses particulares imersos numa relação de constante interdependência. Um candidato seria o fruto do jogo de interações (carregando objetivos particulares somados a influência institucional partidária). Se o ingresso em um determinado partido pode ser resultado de uma afinidade ideológica, como acontece com a maioria da composição social dos partidos de massas, seguindo o modelo de DUVERGER (1980), ele estará sujeito, dependendo de suas ambições, a coação e autoridade conferida pela atuação e vivência dentro do partido. No caso dos partidos de quadros, mesmo ocorrendo diferenças procedimentais (articulação de base, recursos de

filiação, estrutura partidária), de qualquer forma o indivíduo estará sujeito às regras e a adequação ao perfil do jogo.

Se aceitarmos que as normas e os procedimentos institucionais são o corpo e a alma das instituições (TSEBELIS, 1998), pode-se pensar que um candidato sairá de uma mescla dentro do partido que envolve:

### **INCENTIVO + DISCIPLINA + ACORDOS = CANDIDATO ESCOLHIDO**

As regras comporiam um quadro de incentivo, e os partidos estariam no centro da organização do processo decisório (LIMONGI, 1993, pg. 07). O equilíbrio ocorreria por meio da atuação de líderes que coordenariam os processos decisórios no partido ou na atuação correlata de diferentes forças num plano restrito de nivelamento de influência e poder. No cenário onde a carreira política abrolha nos seus primeiros passos e sinais de surgimento, a estrutura partidária tem um papel significativo e decisivo.

Admitindo esta visão, não estamos ocultando possíveis aspectos já analisados por diversas pesquisas sobre o sistema partidário nacional, que o identifica ou possuindo na maioria partidos pouco institucionalizados<sup>8</sup> ou divergentemente, ao creditar na coerência de atuação da câmara, por meio das bancadas partidárias, e na composição social um relevante grau de institucionalização dos partidos<sup>9</sup>. Devemos lembrar que a idéia de partido enquanto instituição que influencia no surgimento de lideranças visa abarcar diferentes partidos em suas diferentes formas de atuação política (sejam eles possuindo mais fidelidade, coesão e menos volatilidade). Obviamente devemos considerar que a competição partidária, com partidos institucionalmente fortes, é um fator importante quando se analisa a busca por resultados eleitorais expressivos (a escolha deve partir de princípios que envolvam estratégias que considerem este fato).

---

<sup>8</sup> Ver LAMOUNIER & MENEGUELLO (1986) e MAINWARING (2001).

<sup>9</sup> Podemos destacar os trabalhos de NICOLAU (1996) e FIGUEIREDO & LIMONGI (1999).

SCHLESINGER (1966), na década de 1960, já havia aplicado o paradigma da escolha racional para explicar tipos de comportamentos de parlamentares no congresso americano relacionados à ambições de carreira. Para o autor, a ambição seria um fenômeno guiado pela estrutura de oportunidades que está colocada para o candidato. Por exemplo, para se pensar em ocupar postos eletivos, não bastariam apenas as estratégias individuais<sup>10</sup>, mas merecendo atenção fatores como o grau de profissionalização do legislativo em questão, a composição partidária da constituinte, as congruências e preferência partidárias, dentre outros. Como bem cita SCHLESINGER

*“potential candidates are more likely to seek office when they face favorable political and a structural circumstances”* (pg. 644).

Fatores exógenos devem ser considerados no processo de ambição, por parte do agente, assim como na tentativa de compreensão profícua de uma situação política que envolva a construção de candidaturas.

Dentro de uma arena política que engloba diferentes tipos de estratégias e *payoffs*, os partidos (via maioria em geral ou alguns líderes, dependendo do grau de participação dos membros) irão procurar aqueles candidatos que lhes proporcionem resultados eleitorais significativos ou que de alguma forma apresente uma manifestação como resultado da escolha dos militantes, da necessidade de se refletir frente a sociedade que representa ou em acordo com suas linhas ideológicas. Em qualquer contexto, todo processo envolve escolhas racionalmente ótimas (ou aparentemente sub-ótimas, que protegem e camuflam reais intenções de jogada).

Algumas pessoas detêm o monopólio das decisões (como representantes políticos democraticamente eleitos). ELGIE (1995) reconhece que as estruturas institucionais influenciam em grande parte na escolha da liderança. O líder seria, em parte, o produto de uma esfera, de uma interação entre pessoas de destaque.

---

<sup>10</sup> Percebe-se neste aspecto uma crítica ao pensamento behaviorista.

*“the leadership process was a product of the interaction between the ambitions and a styles of political leaders, the needs of the society and institutional structures. However, they also confirmed that **institutional had the most significant impact on the interaction process**” (pg. 202).*

As instituições definiriam assim as regras do jogo e os caminhos seriam limitados pelas mesmas. A natureza e a formação do indivíduo determinariam a escolha de caminhos pré-fixados institucionalmente. Os líderes políticos fariam suas escolhas e seriam escolhidos dentro de um contexto, ou seja, ***o comportamento não caminha como uma variável independente.***

Concluindo este primeiro capítulo, reafirmo a importância da vertente neo-institucionalista enquanto aparato teórico para se compreender o processo de surgimento do candidato, haja visto que o objetivo desta pesquisa é focalizar a instituição partidária como protagonista do processo de seleção do concorrente. As variáveis analíticas apresentadas nesta primeira parte serão abordadas com mais detalhes nos próximos dois capítulos, amparadas pela discussão bibliográfica pertinente ao tema de carreira política e os estudos de surgimento do candidato.

## Capítulo 2

### O processo de construção de candidaturas – aspectos de carreira e organização partidária

---

***“Para tarefas de liderança, só estão preparados homens que foram selecionados no curso da luta política, pois a essência de toda política é a luta”***

***(Max Weber, 1997, pág. 45).***

Em qualquer período de eleições no Brasil, sejam elas em âmbito nacional ou local, os eleitores se deparam, dentre um amplo leque de opções, com figuras que são incumbidas e se incumbem de apresentar-se como uma *opção representativa*, merecedor do depósito do voto daquele eleitor. A figura do candidato e o processo que envolve o seu surgimento, vem sendo um tema bastante negligenciado na literatura da Ciência Política Nacional. Esta escassez merece atenção porque invariavelmente acaba atrelando-se a outros dois pontos que em igual medida requerem um diagnóstico mais detalhado. Quando se cogita conhecer os procedimentos que envolvem o nascimento de uma candidatura, é preciso ter em mente que esta situação está imersa em esferas correlacionadas a estudos de organização partidária e carreira política. Explico.

O candidato, frente a condição *sine qua non* de elegibilidade, deve estar filiado à um partido político para pleitear um cargo eletivo. Na democracia representativa, o partido surge como uma peça chave atuando como eixo de ligação entre a ambição individual e a disputa oficializada. Ele é o agente que organiza o processo eleitoral (KINZO, 2005), controlando a produção de representação (BRAGA, 2006). Raros são os estudos sobre os partidos na ótica de sua organização partidária. E mais raros ainda são pesquisas

consistentes que tratam de sua importância no processo de surgimento do candidato. Sendo assim, analisar o processo de construção de candidaturas perpassa sobre a consideração de estar entendendo os diferentes processos que envolvem a organização partidária, no que tange os mecanismos e processos internos de escolha de candidatos, que assim possibilitou estar lançando determinado indivíduo como representante da sua sigla.

Por outro lado, este processo de seleção de candidatos insere-se no contexto da carreira política, enquanto variável independente sujeita a diferentes formas de abordagens e interpretações. Quando se pensa em carreira política, é fundamental não fazer uma direta relação com uma seqüência de atuações políticas previamente construídas. Por exemplo, é possível estudar trajetórias de carreira e composição social partindo dos representantes de uma determinada instituição (como o Legislativo Federal, alvo da grande maioria dos estudos sobre carreira política no Brasil<sup>11</sup>), como também é possível estudar trajetórias individuais.

Todavia, é possível acrescentar à ampla gama de possibilidades de diagnósticos sobre carreira, a questão do primeiro passo, da iniciativa, do pontapé que possibilita um cidadão comum estar inserindo-se no processo político. Ilustrando, não é possível querer conhecer afincado a trajetória profissional de alguém sem conhecer as suas primeiras iniciativas em determinada profissão. A mesma coisa acontece com um político, que ao apresentar-se no ambiente da disputa política, foi obrigatoriamente envolto por situações prévias que ocupam a fase inicial de sua jornada. Estas situações classifico como *situações primárias de carreira política*, porque representa a primeira etapa, embalada pela obrigatoriedade, da entrada em uma disputa política. Obviamente que a referência aqui não direciona-se somente aos novatos, os chamados *outsiders*, que pela primeira vez inserem-se nesta situação característica. Cada eleição envolve decisões eleitorais, disputas partidárias, ambições pessoais. Mesmo aquele que galga a muito tempo uma longa trajetória estará irremediavelmente sujeito a estas situações primárias.

---

<sup>11</sup> Em meu trabalho monográfico realizei uma ampla revisão bibliográfica sobre as principais produções nacionais e algumas internacionais sobre carreira política. Cheguei a constatação de que os Cientistas Sociais brasileiros têm dedicado, mesmo diante das raras pesquisas, atenção especial para o estudo da carreira do deputado federal, assim como da composição social da Câmara dos Deputados. Para maiores detalhes ver MARQUES, José Elias Domingos Costa. “Carreira Política: um balanço crítico das principais produções nacionais”. Monografia de conclusão de curso. Depto Ciências Sociais. Dez. 2004. No próximo tópico algumas das principais produções serão abordadas.

Pensar em carreira política é associar, em convergência, a escolha dos políticos somada aos constrangimentos institucionais na qual estão sujeitos, bem como o resultado das eleições (BOURDOUKAN, 2006). Para KUSCHNIR (2000), a entrada na vida política invariavelmente condiciona-se a dois fatores cruciais: *desempenho individual + fatores exógenos*.

Sendo assim, a linha de análise deste trabalho direciona-se sob o prisma dos estudos de carreira política, especificamente no que tange a importância legal do partido político em interferir, incentivando ou limitando indivíduos a ingressar na carreira, através da seleção de candidatos.

Isso corresponde a levantar temas que envolvam a fase de recrutamento para disputar eleições, a dinâmica intra-partidária, as estratégias organizativas de conquista de apoio dentro do partido e a vinculação entre as elites partidárias, os candidatos e os eleitores. Partindo desta perspectiva, aparece como importante conhecer os arranjos internos de uma organização partidária. No entanto, DUVERGER (1980) alertara para a dificuldade de se estudar as organizações partidárias, uma vez que o acesso a arquivos internos do partido se torna uma tarefa árdua para o pesquisador. Dependendo do grau de abertura e flexibilidade do partido, muitas informações correm o risco de não serem precisas, obstruindo o bom andamento da compreensão dos diferentes processos partidários.

FREINDENBERG & LÓPEZ (2002), na tentativa de compreensão da seleção de candidatos a presidência na América Latina, ressaltam os motivos para a dificuldade em trabalhar com este tipo de análise, a saber:

- ✓ A dificuldade em se obter dados fidedignos (falta de registros, dificuldade de acesso por parte do observador externo aos arquivos não públicos dos partidos);
- ✓ As constantes mudanças de procedimentos dos partidos que impedem o estabelecimento de pautas de funcionamento estáveis – um mesmo partido pode empregar mecanismos diferentes em eleições respectivas;
- ✓ Incongruência entre os procedimentos formais (estatutários) e as atitudes informais.

Uma vez que as organizações possuem mecanismos para associar interesses, é também válido pensar que estas mesmas organizações estarão passíveis de restringir o acesso de profanos a qualquer material que envolva situações internas que não obrigatoriamente estão passíveis de serem divulgadas.

PANENBIANCO (1990) aponta as razões para a resistência em estudar organizações partidárias como fruto não somente das dificuldades objetivas nesta tentativa de análise, mas também em decorrência “*de preconceitos, de hábitos mentais difundidos na literatura sobre partidos que criam barreiras e diafragmas difíceis de romper entre o observador e o objeto observado*” (op.cit. pág. 04). Os preconceitos seriam divididos em duas categorias: os sociológicos, uma vez que existe a consideração dos partidos como nada mais do que as manifestações das divisões sociais em âmbito político; e o teleológico, que consiste no vício de alguns pesquisadores em atribuir razões inatas, objetivos a *priori*, procurando deduzir suas atividades e características organizativas.

Um processo de caráter íntimo como a escolha de um candidato envolve situações, assuntos e questões que serão pertinentes somente àqueles que fazem parte como membros do partido. A transparência ou não está a critério de cada organização, e esta transparência e/ou melhor acessibilidade aos dados condizentes com esta situação interna terão respaldo no grau de abertura que o estatuto prevê para este tipo de situação (neste caso um pesquisador buscando ter acesso à atas, regimentos, participar de assembleias e reuniões), na decisão dos dirigentes em fazer essa concessão ou mesmo dependendo do contexto político-social pelo qual o partido vem passado ou está passando no momento<sup>12</sup>. Todos estes fatores estão relacionados, podendo um ser causa ou consequência do outro.

Considerando ambos os *preconceitos* apontados por PANENBIANCO (op.cit.), qualquer fenômeno que aparentemente parecer improvável, diante da expectativa que previamente havia-se feito sobre um fato relacionado do partido, não deve ser encarado como uma anomalia. Se utilizarmos a tipologia de KIRCHERAMIER (1966) para classificar determinado partido de *cacht-all*, o que devemos esperar é um comportamento X envolvendo o surgimento de uma candidatura que condiz com aquela tipologia específica

apontada pelo autor. No entanto, e isto estará mais lúcido no item “*organização partidária organizando as carreiras*”, nem sempre é possível prever uma situação partindo de supostas razões inatas incrustadas ao partido, que por si mesma deveria estar respondendo a este tipo de questão através de fatos já pensados. A dificuldade em aceitar postulados como de DOWNS (1999) , que tem como prerrogativa pensar que a função objetiva dos partidos consiste em ganhar eleições, recai neste paradigma. Será que todos os candidatos selecionados são necessariamente destinados a ganhar eleição, mesmo aqueles que surgem apenas para “puxar votos” para a legenda e assim favorecer os mais votados dentro do partido? Não existiriam candidatos que não buscam iniciar uma trajetória de carreira, mas por intermédio das eleições clamarem atenção para alguma situação aleatória ou fazer a propaganda ideológica do partido, sem necessariamente ocupar o poder?

As organizações partidárias constituem um desafio enquanto objeto de estudo. A transparência, maior clareza e melhor compreensão de diversos fenômenos políticos dependem do atravessar da linha entre os que se aventuram em compreender os mecanismos internos de um partido ou não.

Passaremos agora a analisar os principais estudos sobre carreira política, com destaque para as produções nacionais. Afirmamos que o partido político interfere de diferentes formas na carreira política de um indivíduo, e destacamos nesta pesquisa esta interferência através do processo de construção das listas de candidatos. Por isso torna-se indispensável problematizar os trabalhos sobre carreira, de forma a inserirmos a discussão proposta nesta pesquisa com as contribuições analíticas já existentes.

## **2.1 – Perspectivas de carreira política – problematizando as interpretações correntes**

Atualmente<sup>13</sup> o Brasil possui 59.252 políticos eleitos, distribuídos nos três níveis: federal, estadual e distrital. São exatamente 513 deputados federais, 1059 deputados estaduais, 81 senadores, 1 presidente, 27 governadores, além dos 5.562 prefeitos e 51.819

---

<sup>12</sup> Esta pesquisa, como exemplo, teve alguns empecilhos no que diz respeito à busca por documentos do PT e PSDB no município de São Carlos. Havia sempre a desconfiança das lideranças de ambos os partidos sobre o encaminhamento que qualquer documentação emitida poderia levar.

<sup>13</sup> Dados postados relativos a novembro de 2004, portanto após as eleições em todas as cidades do país.

vereadores<sup>14</sup>. É um número considerável, se formos pensar analiticamente em cada situação que envolveu a candidatura de cada um destes atores políticos. Absolutamente correto pensar que suas escolhas de carreira foram condicionadas por preferências, não somente do respectivo ator (motivações pessoais, traduzidas sob a forma de ambição política), mas também das estruturas institucionais que *enxergaram* nele um sujeito potencial para de alguma forma estar pleiteando tal cargo. A busca por determinado cargo é construída dentro do contexto das oportunidades eletivas que estão postas. Estas oportunidades caminham em paralelo com a subjetividade que inerentemente envolve o sujeito na ânsia por conquistar determinado posto.

Até a década de 60, sob a influência das vertentes *behavioristas* e *comportamentalistas*, acreditava-se que o sucesso na vida política dependia quase que exclusivamente das características pessoais do candidato, ou aquele que se postulava sê-lo. Os atributos pessoais, personalidade, motivações eram os pontos-chaves a serem considerados, ocorrendo assim uma valorização das qualidades inerentemente subjetivas do político para seu sucesso – ou fracasso – no mundo da política (eloquência, desenvoltura, carisma). Elementos como oportunidades, ideologia, *background* do candidato, socialização política (*expertise*), não eram levados em conta. A intermediação institucional era vista como algo secundário, sem tanta relevância, uma vez que ambas as vertentes apoiavam-se na idéia do indivíduo autônomo, enquanto agente inserido em certo contexto político ou social<sup>15</sup>.

Muito tempo antes WEBER (1997) ressaltava a importância do partido no processo de racionalização e orientação das opiniões e atitudes políticas. Mesmo salientando as características que deveriam estar presentes na conduta de qualquer político profissional (ética da convicção e ética da responsabilidade), onde o empreendimento político deveria caber a pessoas interessadas, o autor afirma que os políticos profissionais recorrem ao partido para poder fazer uma disputa saudável e coerente, haja visto o processo de seleção de candidatos, nas modernas organizações burocráticas, estarem menos informais e mais racionalizadas.

---

<sup>14</sup> Neste caso não foi incluído os cargos de vice. Os dados estão disponíveis no site do TSE e também na página [www.politicodobrasil.com.br](http://www.politicodobrasil.com.br)

<sup>15</sup> Ver as análises sobre o behaviorismo nos estudos de carreira em **Hibbing, John R.** 1999. "Legislative Careers: Why and How We Study Them." *Legislative Studies Quarterly* 24 (Maio): 149-71.

Esta racionalidade das organizações apontada por WEBER (op.cit.) nos orienta no sentido de considerar todo denominador comum (candidato) de qualquer seleção como um resultado amparado por ações calculadas. Isto do ponto de vista do agente que busca a candidatura, mas também do ambiente partidário, dentro de uma lógica de ação coletiva (OLSON, 1999), que direciona fluxos de decisão conjunta.

Diversas são as expectativas de estar concorrendo à um cargo, condicionadas a diversos tipos de fatores, como disposições pessoais, experiência prévia (podemos pensar no conceito de *expertise*) e condições demográficas (meio político de oportunidades). Ideologia, estrutura familiar inserida na vida política (educação politizada), grupos de interesses, expectativas competitivas (FOX & LOWLESS, 2005) são variáveis que influenciam a postulação de um concorrente a representante público.

SCHLESINGER (1966), como já foi dito, inaugura o período da proeminência da escolha racional nos mais diferentes estudos sobre carreira política e surgimento de candidatos. O curso de ação do agente estaria atrelado a três tipos de ambições: *progressiva, estática e regressiva*<sup>16</sup>. O resultado de uma ação seria o efeito cuja causa originar-se-ia da estrutura de oportunidades interligadas com a perspectiva de conduta. A literatura norte-americana é repleta de artigos e teses que buscam dar crédito a este tipo de perspectiva como a que melhor explica o porquê de determinado indivíduo X ser aquele que vai pleitear um cargo eletivo em detrimento de Y ou Z, principalmente em estudos voltados para o Congresso dos EUA<sup>17</sup>.

BLACK (1972) propôs, através da fórmula  $U(0) = (PB) - C$ <sup>18</sup>, um meio para tentar prever os cursos de ação de um candidato frente a uma possibilidade de escolha entre optar

---

<sup>16</sup> Os três tipos de ambições apontados por Schlesinger partem da premissa do conhecimento prévio da estrutura de carreira no sistema avaliado. Nos EUA, existem algumas considerações sobre os diferentes tipos de cargos e a sua respectiva importância. No Brasil, as primeiras abordagens ainda são feitas de forma intuitiva, como será visto no próximo ponto.

<sup>17</sup> Em adendo, a literatura da Ciência Política Norte-americana vem prestando importantes contribuições para os estudos de carreira, principalmente enfocando o grau de profissionalismo dos membros do Congresso. Para uma busca mais apurada, vem os excelentes trabalhos de **Rosenthal, Alan**. 1996. "*State Legislative Development: Observations from Three Perspectives*." *Legislative Studies Quarterly* 21 (Maio): 169-98; e **Squire, Peverill**. 1992. "*The Theory of Legislative Institutionalization and the California Assembly*." *Journal of Politics* 54 (Novembro): 1026-54.

<sup>18</sup> Onde  $U(0)$  é a utilidade de um cargo,  $P$  é a estimativa de probabilidade de obter um cargo,  $B$  é o benefício oriundo do cargo pretendido e  $C$  são os custos de campanha.

por tentar concorrer a um outro cargo ou manter-se no mesmo através da reeleição. As opções partem do princípio da escolha individual, delimitadas mediante o leque de oportunidades que estão postas na mesa, tal como um conjunto de jogadores que em uma partida assumem condutas, procedimentos, ações, lances, dentro das limitações presentes na regra. Seguindo na mesma linha de análise, alguns autores ora adotam a idéia da propensão convulsiva de parlamentares em alcançar postos mais altos, assumindo os riscos frente a possibilidade real de vitória, ora acreditam que políticos não estão sempre dispostos a enfrentar desafios concorrendo a postos eletivos “mais altos”<sup>19</sup>. Os exemplos aqui apontados deixam claro que os estudos de carreira padrão nos Estados Unidos são amparados teórico e metodologicamente por análises concernentes ao Congresso, tal como o índice de renovação de postos, as migrações partidárias, as disputas internas por cargos em Comissões, o abandono do cargo.

BORCHERT & STOLZ (2002)<sup>20</sup>, procuram, baseados na concepção de Schlesinger (1966) sobre ambições políticas, traçar uma tendência para este tipo de perspectiva de carreira com os políticos na Alemanha. Neste país, a carreira política é cercada de incertezas, onde a cada pleito o deputado necessita de variáveis que vão desde o apoio do eleitorado (capital eleitoral fixo) até as disposições de patrocinadores (partidos, políticos, empresas). Existe uma estrutura de oportunidade, com opções e estratégias. Nem todo cargo irá ser acessível a qualquer político. Isto irá variar de acordo com o grau de *expertise* que o político venha a possuir.

Os políticos na Alemanha teriam assim certa insegurança quanto à própria segurança de manutenção dos seus cargos, uma vez que isto não somente depende de seu desempenho individual. Existiriam assim duas formas de insegurança: pelos caminhos incertos da própria carreira e a questão do recrutamento minucioso.

Nota-se que os partidos, neste contexto, estariam sempre condicionados a fazer uma avaliação dos riscos que invariavelmente todo político sofre ao disputar uma eleição. O candidato apto a representar o partido será aquele que possui melhores chances de vitória.

---

<sup>19</sup> Ver MAYHEW, 1973.

<sup>20</sup> “*Fighting Insecurity: Political Careers and a Career Politics in the Federal Republic of Germany*”(2002). Ambos são professores de Ciência Política da Universidade de Goettingen, Alemanha, e possuem um grupo de estudos intitulado “*Research Group: Politics as a Profession*”, no Centro de estudos Europeus e norte-americanos na mesma Universidade.

Na Inglaterra, como aponta KAM (2002)<sup>21</sup>, os congressistas ou aqueles que ambicionam estar ingressando na vida pública são invariavelmente condicionados a seguir as linhas de conduta de preferência dos partidos. Uma promoção partidária possuiria muito mais peso do que qualquer tentativa individual de manobra dentro do Congresso para se conseguir qualquer forma de apoios, seja para uma reeleição, ou mesmo para a disputa de um cargo mais importante. Os chamados dissidentes (ou *dissent's*) do respaldo do líder partidário dificilmente conseguem galgar algum degrau na rígida estrutura de carreira britânica.

Quando entramos na esfera das produções nacionais, nos deparamos com uma gama de discussões que envolvem o tema de carreiras, que abordam principalmente a relação entre permanecer ou não em determinado cargo e as disputas políticas em torno da viabilidade eleitoral, em face com as várias dificuldades postas.

É perceptível que nos estudos apresentados prevalece o enfoque voltado para atitudes do ator social, enquanto imerso num contexto institucional que delimita suas ações. Os rumos das trajetórias, os avanços, os retrocessos, as decisões, são observadas tendo como ponto de partida a atitude do sujeito. No entanto, as limitações a que estes atores políticos estão sujeitos tal qual fundamentais são nos estudos de seleção de candidatos. O que se procura aqui deixar claro diz respeito à necessidade de uma maior compreensão dos arranjos institucionais nos quais os futuros candidatos estarão propensos a esbarrar ou até mesmo colidirem.

No Brasil, mesmo diante de alguns importantes trabalhos, os holofotes da Ciência Política ainda não são fortemente direcionados para a carreira política, enquanto objeto analítico de estudo. BOURDOUKAN (2006) aponta as duas principais maneiras de se estudar carreiras políticas:

- A primeira possibilidade liga-se a tradição dos estudos das elites, enfatizando o recrutamento dos políticos – classe social de origem, características pessoais, grupo étnico, cultural, religioso a que estão envolvidos, etc. Para a autora, os objetivos destes estudos buscam determinar os níveis de oxigenação da elite política, assim como a comparando esta elite enquanto representante da sociedade que a elegeu.

---

<sup>21</sup> “*Quid Pro Quo: Loyalty, Dissent, and Career Advancement in British Parliamentary Parties, 1970-95.*”

- A segunda forma observa as carreiras políticas como variáveis independentes, ressaltando as oportunidades e constrangimentos a que estão sujeitos os políticos e que características do sistema político podem ser mais bem compreendidas a partir destes pontos de vista.

A primeira forma de abordagem certamente tem merecido mais destaque, inclusive no Brasil, tanto porque realmente perpetuam-se estudos sobre o surgimento e manutenção das elites. Todavia é possível interligar as duas maneiras de compreender carreiras, buscando elementos em ambas as esferas que possibilitem uma melhor rentabilidade de análise. No caso aqui proposto, foi elementar visualizar a composição social que compunha a chapa de candidatos de um partido, por exemplo, observando o perfil de cada um daqueles que iam concorrer nas eleições, para melhor visualizar as preferências partidárias para este ou aquele aspirante.

O Brasil sempre foi recheado, desde os estudos precursores de carreira, com diagnósticos de características pessoais que facilitavam a compreensão de situações que envolviam Legislativo-Executivo, composição de chapas e alianças congressuais, recrutamento de filiados, seleção de candidatos. Os primeiros estudos nascem no período da Ditadura Militar, um período onde o Brasil, nas palavras de SANTOS (2000):

*“vivia um momento político extremamente delicado quando surgem os primeiros estudos sobre carreira política e composição social das elites parlamentares”<sup>22</sup>*

O trabalho de Maria Antonieta Leopoldi, intitulado *“Carreira Política e mobilidade social: O legislativo como meio de ascensão social”* (1973), juntamente com o trabalho de Nilda Pitta e José Maria Arruda, intitulado *“Composição sociológica da Assembléia Legislativa do estado da Guanabara”* (1966) podem ser considerados os primeiros estudos deste gênero no Brasil.

---

Publish in American Political Science Association, Boston, M.<sup>a</sup> August. 2002.

<sup>22</sup> SANTOS, Fabiano *“Deputados Federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99 in Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. Ed. Konrad Adenauer, 2000 – pág. 93.

Leopoldi aponta os resultados de um estudo feito com os políticos do antigo Estado da Guanabara, e se baseou precisamente em entrevistas com os candidatos a Deputado Estadual e Federal pelo Estado da Guanabara nas eleições de 1970.

Deste trabalho saíram vários artigos da autora, inclusive um sobre carreira política. Também foi a partir deste trabalho que alguns outros, localizados especificamente neste estudo de caso foram realizados<sup>23</sup>. Percebe-se que é no Rio de Janeiro, mais especificamente no antigo estado da Guanabara, que germinam os primeiros interesses pelas análises de composições e trajetórias de políticos em suas carreiras e a forma como isto interferia no sistema político.

E quanto as produções realizadas, a maioria volta-se para análises sobre a Câmara dos Deputados. Aliás, não somente nos estudos de carreira política a Câmara vem merecendo muitos flashes de estudos, mas também, por exemplo, os estudos de Partidos Políticos procuram voltar os olhos sobre os envolvidos no jogo político dentro da “Casa”.

Uma maior facilidade de sintetizar dados, um espaço que aglomera quase todas, senão todas as tendências políticas (partidárias, geográficas, ideológicas), além da sua importância no sistema político provavelmente devem ser os motivos que levam os estudos a voltarem-se para a Câmara. No que diz respeito ao cargo de Deputado Estadual, não foi encontrado nenhuma referência nacional de produções voltadas para o estudo de carreira. Foi encontrado, e isto não se restringe a este cargo, mas também a políticos de todas as esferas da política brasileira, são produções biográficas individuais, sejam elas positivas (fazendo alusão a sua figura e ou com autorização do político ou mesmo autobiografias) ou críticas. Um número muito grande de biografias dos mais variados tipos de políticos pode ser encontrado não somente em livrarias (restritas aos políticos mais “notáveis” ou influentes<sup>24</sup>), mas também em páginas de internet e em folhetos em campanhas eleitorais (o que os marketeiros políticos chamam de “biografia de minuto”).

Como é possível ver, a divisão dos cargos eletivos no Brasil em termos de preferências de estudo é direcionado e bem delimitado. Certamente a Câmara dos

---

<sup>23</sup> Destaque para o trabalho de Maduro (1972).

<sup>24</sup> Posso exemplificar citando o livro sobre a vida de José Serra “O Sonhador que Faz - A Vida, a Trajetória Política e as Idéias de José Serra”, por Teodomiro -Ed. Record, uma biografia sobre o Lula “A História de Lula - O Operário Presidente”, por Britto -Ed. Espaço e Tempo, uma crítica sobre Antonio Carlos Magalhães “Memórias das Trevas - Uma Devassa na Vida de Antonio Carlos Magalhães”, por Teixeira Gomes -Ed. Geração, e uma autobiografia sobre o mesmo cujo título é “Política e Paixão”-Ed. Revan.

Deputados estaria no topo da tabela de qualquer índice relativo a quantidade de trabalhos produzidos. Em contrapartida, a estrutura de carreira no Brasil ainda está a mercê de muitas análises, como por exemplo delimitar com precisão o campo de divisão entre cargos “superiores ou inferiores” a outros.

MIGUEL (2003), ao fazer uma tímida consideração sobre estrutura de carreira política no Brasil afirmou que esta ainda era objeto pouco estudado e pouco delineado. Em suas palavras:

*“é possível estabelecer uma “estrutura de carreira política no Brasil, ainda que, devido à falta de estudos específicos, apenas de maneira intuitiva”<sup>25</sup>*

Esta estrutura de carreira, quando o autor a denomina de intuitiva, esta diz respeito as pré-condições que delimitamos quando afirmamos que, por exemplo, o cargo de Vereador situa-se em um nível abaixo do cargo de Deputado Federal e, conseqüentemente, um político que se tenha passado do primeiro cargo para o segundo, diz-se que ele subiu na carreira, ou , utilizando o conceito de Schlesinger (1966), teve “ambição progressiva”.

Como mostra a (figura 1)<sup>26</sup>, a estrutura de carreira pode ser pensada tendo o Vereador na Base da hierarquia de carreira e o cargo de presidente o topo, o ápice da carreira política no Brasil.

---

<sup>25</sup> MIGUEL, Luis Felipe, “*Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*”, UNB, 2003.

<sup>26</sup> Fonte: Ibid, pág. 3

FIGURA 1 – ESTRUTURA DA CARREIRA POLÍTICA NO BRASIL



NOTA.: As caixas em cinza indicam cargos escolhidos pelo voto popular.

Mesmo assim, é difícil delinear até que ponto um cargo pode ser considerado “superior” ao outro. Esta superioridade pode estar relacionada com diversos fatores que não necessariamente implica o cargo então ocupado localize-se necessariamente na esfera federal, como é de pressupor, a partir da tabela acima. SAMUELS (2000) defende que os políticos tenderiam a buscar irrevogavelmente a ambição progressiva, quando se sentissem carregados de capital político para tal. Isto quer dizer que, se o político tem ciência da sua possibilidade de ascensão a um cargo “melhor” eles irão procurar todos os meios para ter possibilidade de disputa. Os deputados que são tidos como mais “fracos”, seja pela falta de recursos financeiros de campanha, baixa produção na Câmara, ou eleitoralmente mais vulneráveis em sua maioria reconhecem sua inferioridade e não buscam disputar para cargos mais altos.

Estes cargos, segundo Samuels, seriam preferencialmente cargos relacionados ao Executivo na esfera municipal, a saber, prefeituras de cidades médias e grandes. Quanto maior a qualificação, maior as chances de disputar um cargo mais notório na esfera política. Por isso quando BOURDOKAN (2006) aponta que vem existindo uma tendência, assim

por ela denominada *ambição executiva*<sup>27</sup>, fica claro que muitos políticos buscam em cargos executivos, principalmente na esfera municipal, mesmo que 81,5% dificilmente realizam um movimento regressivo (descer na estrutura)<sup>28</sup>.

LEONI, PEREIRA & RENNÓ (2003) não concordam com a idéia de Samuels sobre a necessidade de progressão por aqueles tidos mais influentes do que outros. Os políticos tenderiam a somente disputar um cargo mais notório quando sentissem que possuem forças eleitorais para tal e isto depende de uma avaliação de riscos que o candidato verifica. As orientações de carreira, então, não são somente orientadas pelas eventuais compensações do cargo pretendido (remuneração, equipe maior), mas também por causa da possibilidade para tal. No mundo da política existem contradições e riscos, assim como existe também constrangimento. Os autores afirmam que este fator influi também na decisão de carreira. Disputar à um outro cargo, sabendo de uma eventual possibilidade visível de derrota, pode levar políticos a tentarem candidaturas mais viáveis. Então, como aponta os autores:

*“sustentamos que não é da natureza da ambição política(...) mas a avaliação de riscos e custos decorrentes da decisão tal como percebidos por legisladores presumidamente racionais. Portanto, é provável que os mais qualificados busquem cargos mais altos, mas isso não significa que somente os menos qualificados sejam forçados a buscar a reeleição. O risco de concorrer a um posto mais difícil de conquistar é um constrangimento no rol de escolhas de carreira com que se defrontam os deputados, inclusive os mais competentes”*<sup>29</sup>

Percebe-se que, mesmo em se tratando do cargo de Deputado Federal, é visível que estar sujeito a continuar no cargo que está, crescer ou decrescer irá depender do grau de qualificação que o político possui (podemos também chamar de “cacife político” ou a

---

<sup>27</sup> Essa ambição é motivada, segundo Bourdokan, principalmente pelo fato da Lei Eleitoral não exigir a descompatibilização do cargo de deputado, quando este entra em uma disputa para cargos no Executivo municipal. Como as eleições municipais são realizadas na metade do mandato, os deputados derrotados ainda assegurariam, em caso de derrota, sua cadeira no Legislativo nacional por mais dois anos. Além disso, existem motivos como a maior quantidade de cargos em disputa e o menor custo para realização de campanha. Ver BOURDOKAN, pág. 14.

<sup>28</sup> Op. Cit. Pág. 11.

<sup>29</sup> Leoni, Pereira e Rennó, op.cit. pág. 06

expressão bourdiana “capital político”). No entanto esta relatividade condizente com a preferência ou não em buscar uma reeleição ou alcançar um posto mais alto não está claramente colocada por ambos os autores, quando os mesmos fazem referência a “busca por cargos mais altos”. É notável a falta de especificação quando se conclui que existe a necessidade de ambição progressiva, por exemplo, sem ao menos pontuar conclusivamente o ponto ápice, o cume no qual se destina tal progressão. Existem cargos políticos que são mais bem remunerados que outros. Existem aqueles que teoricamente são mais concorridos. Também existem aqueles que além das condições legais mínimas de elegibilidade, se diferenciam justamente em adendo com algumas destas condições (por exemplo, para se candidatar a presidente da República, é pré-requisito ter 35 anos completados a partir da data da posse). Esses diferenciais, entretanto, não explicitam rigorosamente qual é o cargo mais alto e qual é o cargo mais baixo na estrutura de carreira política do Brasil.

SANTOS (2000) também se insere neste debate contemplando algumas das idéias presentes em Samuels, bem como se encaixando em certas idéias de Pereira e Rennó, e procurando também realizar uma verificação diagnóstica sobre a representatividade da Câmara dos Deputados como *locus* atrativo politicamente nas escolhas de carreira. Realmente, SAMUELS (op.cit.) argumenta que um cargo na Câmara Legislativa, nos diferentes momentos do cenário político nacional (período pré, durante e pós 64) nunca foi de tamanha atração, ou seja, nunca foi prioridade para uma grande parcela dos agentes políticos. O que Santos procura fazer é dar uma refinada nesta visão, adaptando-a para um contexto de verificação de cargos ocupados antes e após um (ou mais) mandatos na Câmara.

Neste check-up de dados, o autor verifica que, durante o período de 1946 a 1999, ao menos 70% dos deputados já haviam passado por algum cargo eletivo no legislativo (em média) e 20% em cargos eletivos no executivo. A Câmara então, segundo o autor, pode ser considerada razoavelmente permeável, o que não impede de a mesma ser um local onde membros não estranhos à vida política sejam absorvidos.

Existem, com isso, fronteiras entre alguns postos numa mesma esfera institucional (Legislativo e Executivo), ao mesmo tempo em que existem fronteiras dentro de cada esfera. A ambição política com isso, segundo o autor, seria limitada por aqueles que

estivessem mais dispostos em acumular *expertise* político, buscando altos graus de socialização para enfim ter a oportunidade de progredir na carreira.

Alguns cargos são mais valiosos que outros. E esta questão do valor dado a cada cargo e do direcionamento que políticos lançam para este ou aquele irá depender de alguns fatores que irá ser exposto a seguir.

SANTOS (op.cit.) procura introduzir uma nova forma conceitual de parâmetro para verificações sobre a influência que determinado cargo exerce sobre o político. O mesmo procura um cargo de acordo com algumas de suas convicções e anseios. O que o autor procura responder, a primeira vista, parece ser algo extremamente subjetivo:

*“de que forma as instituições políticas condicionam o perfil de suas carreiras legislativas ? Admita, o que não deixa de ser intuitivo, que duas dimensões são particularmente relevantes: a-) o grau de competitividade eleitoral e b-) o grau de influência no Legislativo na decisão da agenda decisória”*<sup>30</sup>

A importância de um cargo recairia então quando existisse a mescla entre um maior grau de influência na agenda decisória. A atração para disputar uma vaga no mesmo pode ser estimulada pela baixa competitividade eleitoral. Este cenário seria o mais interessante quando o assunto é estimulação e atração para algum cargo eletivo.

Como tem sido visto na discussão apresentada, invariavelmente acaba-se tendo sentido obrigatório orquestrar qualquer espécie de construção de referência tendo como ponto de partida a Câmara de Deputados, uma vez que para lá estão direcionados os estudos mais pertinentes sobre o assunto. Neste sentido é muito justo e merecidamente importante uma abordagem mais voltada para o poder local, especificamente no que se refere aos que concorrem à uma cadeira no legislativo em âmbito municipal. O interesse desta pesquisa é justamente retratar e analisar a seleção do candidato a vereador. Mesmo sabendo que existem inúmeras limitações quando se cogita estudar esta esfera em larga escala (em detrimento do grande número de selecionados em cada eleição municipal), o estudo realizado concentra-se em um caso específico, abrangendo uma cidade e duas

---

<sup>30</sup> Op.cit. pág. 106.

respectivas eleições, o que certamente espera-se servir não tanto como referencial ou modelo de comparação com qualquer outra situação, mas sim como uma iniciativa em fomentar trabalhos desta natureza.

## **2.2 O cargo de vereador**

O cargo de vereador insere-se no quadro de cargos eletivos proporcionais, situado no âmbito da esfera local. Os vereadores são os representantes políticos legítimos da população ao posto Legislativo municipal. São eleitos pelo voto popular e desde então passam a atuar como representantes dos anseios políticos do município. A importância deste cargo não merece destaque somente porque é o cargo político que, juntamente com o prefeito municipal, caracteriza o perfil de carreira em âmbito local, mas também porque é o cargo com maior número de vagas em oferta e demanda de candidatos.

Por exemplo, nas eleições de 2004, cerca de 334.434 candidatos disputaram um lugar ao sol na disputa para o cargo de vereador no Brasil. O número de cadeiras disponíveis para as eleições deste ano foram de 51.748, distribuídas para um total de 5.563 cidades. Isto porque este ano, o TSE reviu o número de vagas de vereadores para cada município, readequando a proporção entre representantes nas Câmaras Municipais e a quantidade de habitantes de cada localidade. Sendo assim, 8.528 cadeiras foram extintas (redução de 14,1% das vagas )<sup>31</sup>. Na cidade de São Carlos, existiam 21 vagas até as eleições de 2000. Em 2004 este número foi reduzido em 38%, ou seja, a cidade passou a ter 13 cadeiras ao Legislativo Municipal.

O cargo de vereador, dentro da estrutura de carreira apresentada anteriormente, localiza-se na base da pirâmide, ou seja, isso pode representar tanto a sua “aparente” pouca importância, como a porta de entrada para a maioria dos ingressantes na vida política. Para MIGUEL (2000), o cargo de vereador ocupa a posição de menor prestígio político enquanto posição eletiva. De fato, é de presumir que a importância do vereador, em comparação com outros cargos na esfera estadual e federal, em espaços relativos a notoriedade, destaque, disputa política e poder de negociação de candidaturas, acaba sendo reduzida. No entanto, a

---

<sup>31</sup> Dados colhidos através do Tribunal Superior Eleitoral no site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

função política e social que este cargo representa pode ser bem mais notória do que simplesmente aparenta ser.

Por ser um cargo proporcional, a importância que o partido exerce no resultado geral de votação é imensa, devido a presença do coeficiente eleitoral. Ele surge no lugar do “princípio majoritário” (decreto-lei nº 7586 de 28 de março de 1945). Este processo funciona da seguinte forma: é preciso dividir o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtido, mais um, sendo destinada mais uma cadeira ao partido que obtiver a maior média. Sendo uma lista aberta com votos preferenciais, o ocupante será o candidato com maior número de votos dentro do partido e que ainda não tenha obtido uma cadeira.

A utilização do sistema proporcional visa a cumprir dois objetivos básicos: corrigir um defeito do sistema majoritário, que é o de não corresponder o quadro de representantes eleitos à maioria dos votos do colégio eleitoral, ao mesmo tempo que assegura a representação partidária dentro da medida de importância dos partidos políticos (SÁ, 1999).

Assim como em outros cargos eletivos, diferentes são as situações e constrangimentos políticos que estão ligados ao cargo de vereador, quando se pensa tanto na sua atuação na esfera local, quando nas circunstâncias que envolve a candidatura para a disputa deste cargo. Vários são os riscos naturais que estarão propensos aqueles que se aventuram em uma tentativa de candidatura, como a possibilidade e infelicidade de derrota (LEONI, PEREIRA E RENNÓ, 2003), o ceticismo político, as longas campanhas, a arrecadação e fundos, a violência dos adversários. No caso da disputa ao posto legislativo municipal, estes riscos assumem certa singularidade tendo em vista que a disputa política na esfera municipal no Brasil tende a assumir particularidades das mais variadas, uma vez que *o Brasil possui uma grande diversidade regional brasileira, e cada um destes contextos regionais possui situações que são inerentes a si*. Por isso, qualquer tentativa de generalização por parte de estudos localizados tende a assumir o redundante papel de parecer simplista demais.

No entanto, mesmo diante desta possibilidade adversa, é plenamente possível fazer alguns diagnósticos, levando-se em conta o contexto local, da situação que envolve o surgimento do candidato a vereador.

Ao contrário do que se possa deduzir, o treinamento político também pode existir previamente à iniciativa de ingresso na carreira como vereador, ou seja, o cargo de vereador não assume somente o papel de treinamento político para cargos posteriormente ambicionados (pensando na lógica de necessidade de experiência política prévia antes de ambicionar postos eletivos de destaque). Este treinamento pode ocorrer via trabalhos comunitários, assessoria política, campanhas filantrópicas, participação partidária, etc. Mesmo para a disputa de vereador a experiência política prévia pode contar pontos positivos numa possível viabilidade eleitoral de um indivíduo que já esteja previamente engajado (KUSCHNIR, 2000).

Cai por terra então a idéia do cargo de vereador geralmente ser ocupado por pessoas sem ou com pouca experiência política (*não eletiva*). Não eletiva porque, como vem comprovando alguns estudos de carreira, dificilmente um político situado em posições na esfera estadual e principalmente federal tende a tentar concorrer a cargos eletivos no legislativo municipal (SANTOS, 2000, PARAHYBA, 1971). O executivo municipal, ao contrário, vem sendo alvo constante de políticos federais que buscam um posto de destaque individual, sem correr o risco de perder seus respectivos mandatos (o que BOURDOKAN, 2006, denominou de “ambição executiva”<sup>32</sup>)

A carreira de vereador, assim como em qualquer outra carreira brasileira, estará sujeita ao patrimônio que o aspirante a candidato possa estar oferecendo para valer-se de uma tentativa de candidatura. Esta, quando ainda primária (ou seja, primeira candidatura) estará sujeita a fatores fundamentais como ligação de parentesco com pessoas envolvidas no meio político, poder de negociação com as cúpulas partidárias, participação direta ou indireta em atividades políticas (KUSCHNIR, op.cit.). Esta espécie de treinamento informal para a vida política pode ser decisivo para aquele que ambiciona conseguir cooptar votos em uma esfera limitada de votos, pois ali estarão propensos a existirem laços sociais pré-estabelecidos que não necessariamente envolvam atividades relacionadas ao mundo político (NUNES, 1997).

No Brasil, o candidato ao cargo de vereador tende também a ser um interlocutor entre as aspirações da população e as pretensões do executivo. Também podem estar a serviço de angariar votos para a legenda de algum candidato a prefeito, tal como um

---

<sup>32</sup> Ver op.cit. pág. 11.

instrumento capaz de descentralizar a potencialização de votos, uma vez que os candidatos tendem a ser oriundos de diferentes categorias sociais.

De fato, em cidades de pequeno e até médio porte, como pré-requisito para uma boa candidatura a vereador estão condições sociais específicas, como a existência de um patrono, através de relações sociais pré-estabelecidas, em conjunto com a ligação à um partido político (KUSCHNIR, 2000).

O cargo de vereador está intrinsecamente relacionado com o poder decisório e a força de atuação do Legislativo diante do Executivo municipal. A Constituição de 1988, tomando os municípios como entes federados, com constituições próprias<sup>33</sup> e dando a eles uma alta dose de autonomia político-jurídica, enfatiza o papel do município no cenário político brasileiro. Quase que 1/5 dos 5.563 municípios que hoje existem no Brasil foram criados a partir de 1989. Estes avanços descentralizadores, no entanto, não limitaram o peso maior na balança diante da imposição de agenda por parte do Executivo (KERBAUY, 2004). Este é um fato que somente vem ajudando na propagação e perpetuação de práticas clientelistas por parte dos vereadores, alimentadas pelo acirramento da competição eleitoral dos municípios, o maior número de candidatos e a intensificação da disputa para tal cargo.

A função do Legislativo, mais especificamente do vereador enquanto agente que compõe tal casa, enquanto atores institucional, é sempre definido pelo executivo quando

*“ constrangidos por fatores internos (relacionados a instrumentos procedimentais e ao controle dos recursos orçamentários por parte do Executivo) e externos ( o sistema eleitoral de lista aberta e o sistema partidário, com um Executivo forte e partidos políticos fracos, o aumento significativo da competição eleitoral)(...) os vereadores tem sua atuação desprovida de sistematização programática, procurando responder apenas às demandas localizadas e aleatória de suas bases político eleitorais.” (COUTO, 1998, in KERBAUY, 2004, pág.05).*

---

<sup>33</sup> As chamadas Leis Orgânicas dos municípios, que deu-lhes competência para estabelecer seu próprio ordenamento político e administrativo. Vide Constituição Federal, art. 29.

É possível presumir então que a carreira do vereador, enquanto no germe de sua composição, pode estar sujeita a escolhas que visem sua maior intermediação com as bases sociais que assim o escolhem. Os partidos, ao contrário de pensá-los enquanto desprovidos de atuação na escolha das melhores lideranças, poderiam ter a noção da mais profícua escolha de um candidato pela sua sigla, respeitando a capacidade deste de abarcar um conjunto expressivo de aspirações e demandas sociais localizadas. Por exemplo, a seleção de um líder de bairro pode ser estrategicamente viável eleitoralmente para conseguir um número de votos expressivos para a legenda naquela comunidade, bastando verificar o número de votos obtidos pelo partido em todas as zonas eleitorais do bairro, em comparação com outras legendas.

Ainda que bastante enfraquecido quando pensado em relação à dependência do poder Executivo, o Legislativo municipal continua sendo uma opção de carreira bastante visada. Ainda que a carreira sedimentada apenas no cargo do vereador possa ser a opção constante de boa parte daqueles que ingressam na carreira (considerando a sempre ambiciosa busca dos políticos por postos com maior influência decisória e prestígio político – SANTOS, op.cit.), muitos dos atuais políticos que compõem o Congresso Nacional, bem como o Senado e prefeituras galgaram seus passos sob a plataforma também do cargo de vereador.

Observando a tabela abaixo, podemos ter uma noção exata do papel do cargo de vereador no perfil de carreira dos deputados federais eleitos para a gestão 2003-2007, a partir da observação do primeiro cargo público por nível de federação. Nota-se que predomina a esfera municipal quando se pensa em parlamentares que iniciaram suas trajetória de carreira. De fato, ainda que aparentemente pouco prestigiado no cenário político nacional, o cargo de vereador (juntamente com o cargo de prefeito, em destaque para as cidades de menor porte ) sinaliza o primeiro período de treinamento na vida política eletiva.

**Tabela I - Primeiro Cargo Público Segundo Nível da Federação**

	%
Municipal	41,3
Estadual	24,8
Federal	33,9
Total	100

Fonte: Bourdokan, 2006, pág. 10.

MARENCO dos SANTOS (1997) reconhece a paulatina presença de políticos no Congresso Nacional que não tiveram experiência em nenhum cargo eletivo, o que sinaliza uma maior permissividade no recrutamento de candidatos por parte das elites partidárias, assim como um sinal de erosão intra-elite no Legislativo nacional.

*“quando o ingresso na atividade parlamentar ocorre somente após algum tempo de treinamento – cargos públicos, vida partidária, campanhas eleitorais – (...) confere ao candidato o reconhecimento necessário para postular sua escolha, estamos diante de uma classe política sedimentada. Ao contrário, se a oportunidade para ser deputado com frequência se oferece a indivíduos com escassa experiência política(..) o sintoma é o de uma erosão intra-elite” (op.cit. pág.02).*

De fato, com o aumento dos chamados *outsiders* no Congresso, ainda assim as oportunidades prévias para adquirir experiência política em outros cargos, principalmente na esfera municipal, não são descartados. Não que necessariamente aqueles que disputam uma cadeira no Legislativo municipal pretensiosamente busquem a ambição progressiva, e afirmar tal fato seria por deveres precipitado frente aos poucos diagnósticos sobre trajetórias daquele que ocupa ou ocupou a vereança. Nota-se na tabela abaixo a lista dos primeiros cargos públicos eletivos da atual legislatura (2002-2006) ocupam os postos federais:

**Tabela II - Primeiro Cargo Público dos Deputados Federais (legislatura 2002 – 2006)**

	Casos	%
Vereador	132	25,7
Prefeito	22	4,3
Vice-Prefeito	15	2,9
Deputado Estadual	88	17,2
Vice-Governador	3	0,6
Deputado Federal	169	32,9
Senador	3	0,6
Secretário Municipal	43	8,4
Secretário Estadual	36	7,0
Ministro	2	0,4
Total	513	100

Fonte: Bourdokan, 2006, pág. 8.

O que é possível constatar, observando os quase 30% dos atuais deputados que ingressaram na vida política por intermédio do cargo de vereador, é notoriedade do cargo, via maior acessibilidade (incluindo político-partidária), enquanto a porta de entrada na carreira política. Mesmo com a crescente presença de *outsiders* no Congresso (32,9% dos deputados), exercer a vereança ainda está no rol de grande parte daqueles que ingressaram na vida política.

Neste cenário, o partido político possui certa autonomia para práticas de atuação dos seus líderes em zonas de incerteza que envolvam tomadas de decisões sobre assuntos que dizem respeito somente a particularidades do município. Com exceção da parte de finanças, que seguramente é uma zona que transparece a dependência dos diretórios municipais para com os diretórios centrais, os partidos locais em sua maioria possuem autonomia em outros setores, como os métodos de comunicação, relações com o ambiente e recrutamento político. De fato, em dois dos principais partidos brasileiros (PT e PSDB), a incumbência e o poder de decisão sobre quem entrará na disputa eleitoral durante as eleições municipais a rigor ficam nas mãos das lideranças locais. Este procedimento não somente é estatutário, como justifica-se na impossibilidade dos diretórios centrais estarem fiscalizando e

homologando cada um dos pré-candidatos selecionados pelos diversos diretórios espalhados pelo país.

Concluindo estes dois primeiros tópicos, procuramos apontar as principais considerações quando o assunto é carreira política, com ênfase para o cargo de vereador. O foco central do próximo tópico será atrelar esta temática com a problemática da seleção de candidatos, priorizando a ênfase na influência institucional partidária.

### **2.3 Organizações partidárias organizando carreiras**

O partidos políticos, desde o seu surgimento na primeira metade do século XIX vem exercendo papéis fundamentais nos atuais sistemas poliárquicos. O partido pode ser pensado enquanto uma instituição moderna devido a sua presença universal em diferentes sistemas políticos, buscando estabilidade e ordenamento político, engajamento dos indivíduos em novos padrões de valores e participação, ao mesmo tempo que articulam e agregam demandas sociais.

De fato o partido exerce diferentes funções, tal como apresentou FARELO LOPES (2002), que podem ser distinguidas em sociais e institucionais. Como função social, podemos pensar os partidos garantindo a estruturação e canalização da comunicação entre governantes e governados, assim como atuando na socialização política, visando principalmente o reforço da cultura política oficial (dominante). O partido também pode fomentar e articular grupos de interesses, homogeneizando-os e/ou hierarquizando-os. Sua função institucional consiste primordialmente na estruturação/organização da escolha eleitoral (o candidato é a opção política viável e racional), na oferta de programas de governo alternativos, na orientação /coordenação dos órgãos do Estado e das políticas públicas, e por fim, na seleção e designação de candidatos.

Observando a ampla gama de funções que os partidos exercem e podem estar exercendo no contexto político inserido, não é nenhuma árdua tarefa supor que diferentes são os modos de estudá-los, enquanto objeto científico de análise nas Ciências Sociais. De fato, muito se produziu inclusive na literatura brasileira (e brasilianista) sobre partidos políticos. Os estudiosos da Ciência Política nacional vêm concentrando esforços, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980, em entender os partidos políticos

brasileiros vistos em interação com o sistema político vigente. Daí surgem estudos sobre sistemas partidários e regimes eleitorais. A negligência por parte destes estudos vem à tona quando se pensa o partido enquanto uma organização única, com arranjos e procedimentos internos que condizem muitas vezes a contextos referentes unicamente ao partido.

Existem modelos clássicos que vem servindo de parâmetro para classificações e enquadramentos de um determinado caso, situação ou fenômeno político-partidário, partindo da referência que assim melhor convêm, de acordo com o modelo escolhido. É possível traçar uma radiografia destes modelos clássicos, dentro dos elementos que cada um destes autores trabalha<sup>34</sup>. Cada uma das definições destes autores vem servindo de parâmetro para pensar as organizações partidárias a partir dos desenvolvimentos inerentes a si.

O partido, antes de competir em alguma eleição ou participar de determinado governo, constitui-se antes de tudo como uma organização. Esta modalidade define as regras de filiação, o programa e as diretrizes políticas que orientarão a ação partidária, assim como estabelece as linhas da estrutura interna de poder (STROM, 1990). Pensar o partido enquanto organização implica compreendê-lo dentro dos seus arranjos procedimentais, pautados na atuação daqueles que controlam e definem as regras do jogo. Além dos estatutos, como referência para se observar o contexto da organização, não menos importante é observar a estrutura do partido e o cotidiano de seus membros. Os partidos modernos se caracterizam pela sua anatomia, hábitos e práticas não escritas. A realidade partidária mostra-se bastante complexa, se pensarmos na reunião destas variáveis como referências primordiais de análise.

Dentre as funções de um partido político apontadas anteriormente, este trabalho preocupa-se com uma situação que talvez seja chave para a visualização dos fatos e situações que envolvem o jogo de poder dentro do partido: o processo de seleção de candidatos. Como bem aponta GALLAGHER (1988)

*“candidate selection has been identified as important for two reasons: it is a key stage in the political recruitment process,*

---

<sup>34</sup> Podemos apontar os principais modelos como sendo os de DUVERGER (1980), com a idéia de partidos de quadros e partidos de massas; KIRCHERAIMER (1966) e os partidos “catch-all”; MICHELS (1982) e a oligarquia partidária; EPSTEIN (1980) e os partidos eleitorais; KATZ (2001) e o “cartel-party”.

*and it is na important arena of intraparty conflict. With regard to the first of these, access to any political elite is controlled by a series of gatekeepers, and the narrowest of all is that guarded by the candidate selectors” (pág. 02)*

De fato, ao emergir na tentativa de compreensão deste processo vital de qualquer partido político, este trabalho incorre invariavelmente em estar tendo contato com possíveis conflitos entre aqueles possíveis de serem indicados e aqueles que detêm o poder para selecionar. E é justamente esse motivo a razão para a desmotivação de muitos estudiosos sobre partidos: a limitação de acesso a situações que ocorrem dentro da arena “far-public” do partido, ou seja, nos bastidores, onde somente (e nem mesmo a maioria dos membros, em alguns casos) pessoas ligadas ao partido possuem corpo de acesso. A partir da observação da seleção, é possível observar a distribuição de poder de fato dentro do partido, poder este que está manifesto de maneira formal pelo estatuto do partido, mas também como decorrência da ação e trâmites internos pelos seus principais expoentes.

FLEISCHER (1993) elucida bem os mecanismos de surgimento dos candidatos de acordo com as possibilidades de seleção:

⇒ auto-recrutamento: o candidato se apresenta sem nenhum contato prévio com elementos do partido, mas com a mobilização de grupos secundários.

⇒ conscrição forçado pelo núcleo do partido, em situações quando as chances de vitória são quase nulas, onde geralmente ativistas partidários aceitam a tarefa.

⇒ seleção a “petit-comitê”: envolvem grupos (as chamadas “panelinhas”) de amigos ou colegas de candidatos. Processo ligado ao nível de competição intra-partidária.

⇒ seleção faccional, ocorrendo em núcleos sem firme liderança e coordenação central (candidato ligado a subgrupos dentro do partido)

⇒ cooptação, onde um indivíduo não militante é convidado a ser candidato, seja por possuir status social e/ou econômico. É o que o autor denomina de “entrar pela janela”.

⇒ recrutamento de agência: indivíduo é praticamente contratado para se candidatar, mesmo com pouca comunicação com o núcleo partidário. Impera muitas vezes nestes casos interesses lobistas.

Esta visão geral ajuda a enxergar e classificar o tipo de candidato de acordo com o processo prévio no qual fora submetido. O autor demarca com precisão as possibilidades dos partidos na seleção de um concorrente.

O controle na designação de um candidato vai depender dos procedimentos que o partido adota para a realização de tal feito. Observar os níveis de inclusão e exclusão por parte dos militantes pode ser uma ferramenta útil para entender até que ponto o controle da representação política pode estar concentrado ou não, atravancando a estruturação democrática dentro do partido. RAHAT & HAZAN (2001) afirmam que as pretensões individuais dos políticos podem ser afetadas pela natureza do método de seleção. Uma candidatura estará sujeita aos níveis de participação de um partido, estando esta sujeita a muito ou pouco envolvimento de um maior número de pessoas (inclusão = maior número de cidadãos; exclusão = membros com pré-disposições adicionais).

A implicação política que resulta do processo de seleção de candidatos não afeta somente o partido, quando pensamos no desenvolvimento e resultados deste processo. As características dos candidatos selecionados determinam, por exemplo, a qualidade dos candidatos eleitos, sendo que diferentes tipos de procedimentos de seleção podem gerar frutos políticos futuros. De fato, entender esta situação é buscar entender a democracia nos seus negócios internos (GALLAGHER, 1998).

O link entre o eleitorado e o processo de ação política é feito justamente pelo partido. Uma candidatura não existe sem que esteja sob o respaldo de um alvará partidário. Sendo assim, *uma carreira política não irá depender da ambição irrestrita de um sujeito, mas dependerá da forma como este sujeito se relaciona e influencia no partido que abriga estas suas pretensões*. Por isso trabalhamos com a hipótese de que os partidos políticos, no cenário político brasileiro, possuem um papel primordial no processo de controle da representação política. Neste sentido, compactuamos aqui com a idéia trabalhada por BRAGA (2006), apontando que os partidos brasileiros vêm tendo, por meio do controle do processo de seleção de candidatos e da ordenação informal da lista partidária, um papel fundamental na dinâmica de formação de uma elite política responsável por operar a representação política<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Ver BRAGA, op.cit. pág. 05.

É difícil apontar características que envolvem incondicionalmente todos os partidos num só rol de objetivos. Por exemplo, como já foi dito, justificar o objetivo máximo de qualquer partido como sendo o de perseguir cadeiras nas assembleias via eleição de representantes certamente é uma generalização simplista. E tautologicamente essa definição foi imposta de forma rígida por diferentes autores<sup>36</sup>, o que não justifica nem é sustentada de fato como um consenso. Sendo assim, o objetivo de um partido não pode ser definido (como fora intensamente feito) de maneira tácita. Destarte, seguramente uma característica singular que envolve *todos* os partidos brasileiros é o seu controle sobre a candidatura para cargos públicos. A despeito da adversidade e das diferenças que modelam a estrutura de poder interna e funções de mobilização de um partido, justamente neste procedimento, os partidos continuam *virtualmente monopolizando os processos de designação de candidatos* (NOGUEIRA, 1997).

Um ponto fundamental insere-se nesta discussão: grande parte da literatura sobre os partidos brasileiros os vem apontando como dotados (em sua grande maioria) de pouca coesão e baixo nível de institucionalização. Essa fraca consolidação dos partidos nacionais teria raízes principalmente oriundas da descontinuidade (rupturas) no cenário político brasileiro e na fragmentação partidária. Os partidos seriam assim socialmente desenraizados (cujo problema seria o seu tipo de organização, pragmática e pouco institucionalizada) e estruturalmente frágeis (pouca identificação e vínculo ideológico com os eleitores).

A partir da queda do Estado Novo, o Brasil viveu períodos relativamente curto de estabilidade política, no que se refere a manutenção das instituições que então buscavam-se consolidar-se no ambiente político democrático que surgia (MENEGUELLO & LAMOUNIER, 1986). De fato, os partidos nascidos em 1945 tiveram pouco tempo tanto para consolidar-se no eleitorado como expressões políticas da sociedade, como para disputar eleições entre si, haja visto o golpe militar os ter extinguido, com o bipartidarismo. Os principais partidos que figuram atualmente na paisagem política do Brasil foram criados *a partir* de 1979, com a volta do multipartidarismo. Portanto, a idade média dos seis principais partidos do país está na casa dos vinte anos, o que é pouco frente a outros países com sistemas partidários mais consolidados (por exemplo, o Partido Republicano e o Partido Democrático norte-americano possuem mais de 100 anos de existência). Este seria um dos

---

<sup>36</sup> Podemos citar DOWNS (1999) e SCHUMPETER (1984);

fatores que poderia ser crucial para evidenciar a fraca consolidação dos partidos e um comportamento eleitoral errático (MAINWARING, 1991).

A legislação eleitoral brasileira também é apontada como uma variável que incentiva a debilidade partidária. Para cargos proporcionais, o sistema de lista aberta incentivaria o candidato a desvincular do partido, tendo uma ampla margem de liberdade para decidir os caminhos a serem tomados durante a eleição e depois de eleitos. O êxito eleitoral seria resultado do desempenho individual, por meio de candidaturas individualizadas (SAMUELS, 2002), sendo o partido um veículo usado por um conjunto de políticos autônomos. Além disso, o sistema eleitoral não criaria empecilhos para o troca-troca de partidos, evidenciando o caráter endêmico da migração partidária (NICOLAU, 1996)<sup>37</sup>.

O que deve ficar evidente com as considerações apontadas até então gira em torno deste debate imerso numa constante inter-relação entre atuações dos partidos pertencentes ao sistema partidário (enquanto conjunto), sem levar em consideração a organização partidária enquanto organismo independente, ao mesmo tempo que vital para qualquer pretensão de carreira de qualquer indivíduo. Para além das regras institucionais que circunscrevem os partidos, deve ser levado em consideração aspectos como a diversidade das configurações partidárias e o tipo de organização. Ou seja, observar o partido em si enquanto instituição com particularidades organizacionais. Pois salienta-se aqui que aqueles que pretendem uma candidatura estarão sujeitos a certas condições e restrições que são características de cada partido. A dimensão organizacional é sim uma variável fundamental na explicação também do seu desempenho eleitoral e governamental (ROMA, 2002).

O legado do subdesenvolvimento partidário presente nos estudos citados vem sofrendo algumas objeções que realçam o aspecto de entender o fenômeno político sob a linha dos diferentes prismas que o envolvem. FIGUEIREDO & LIMONGI (1999), estudando a atuação das bancadas partidárias, verificam que os partidos, ao contrário do que se imaginava, são jogadores decisivos no Legislativo, impondo a disciplina perante a indicação das lideranças. A composição social (via diagnóstico do *background* dos candidatos) também ajuda a minimizar uma reavaliação dos juízos críticos sobre os partidos,

---

<sup>37</sup> Essa visão é parcialmente contestada por MELO (2000), que aponta essa intensa migração partidária focalizada mais intensamente, no Congresso Nacional, entre aqueles parlamentares com pouco tempo de filiação partidária e também dependendo do fluxo de governo (situação x oposição).

onde os mesmos se diferenciam sim quanto a ideologia, a orientação política e aos segmentos sociais neles representados (RODRIGUES, 2002).

A forma como o partido se organiza é um referencial importante quando se cogita classificar os partidos de acordo com o seu grau de institucionalização. Rechaçar a idéia da fraca institucionalização dos partidos brasileiros requer um exame mais apurado do partido enquanto organização. O crédito a BRAGA (2006), deve-se justamente a tentativa de contrapor esta visão frente a um recorte que priorize elementos organizacionais do partido, mostrando seu papel na dinâmica de formação de “*uma elite política responsável por operar a representação política*” (pág. 05).

O reforço a um recorte mais amplo quando se pensa no papel dos partidos nas suas diferentes formas de atuação aparece como emergencial. Digo emergencial porque são raros os trabalhos que se preocupam em tentar entender o partido enquanto organização, e mais raros ainda os que atrelam esta perspectiva com uma avaliação sobre carreira política e surgimento de candidatos.

Subentende-se a organização partidária organizando carreiras a partir do momento que atuam decisivamente nas situações pré-legislativas, como na campanha (fornecendo recursos, apoio de legenda, influência), assim como na escolha e lançamentos de concorrentes. Trabalho com a hipótese de que para o político que visa uma carreira é imprescindível estar a par com as disposições intra-partidárias (SARTORI, 1982).

Este caráter imprescindível também esbarra na situação constitucional que fomenta o papel do partido como legalmente irrelevante em uma carreira política. De fato, sua *função institucional* é amparada pela norma eleitoral que no Brasil a sustenta. Isto porque um indivíduo por si mesmo não pode cogitar a idéia de querer entrar num pleito para disputa de um cargo eletivo sem estar filiado previamente no mínimo 1 (um) ano em algum partido<sup>38</sup>. No código eleitoral está expresso de maneira clara a condição para registro de candidatos:

*Art. 87. Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos.*

---

<sup>38</sup> Esse pré-requisito de um ano de filiação prévia é uma homologação recente, aprovada no Projeto de Lei nº 1712/03 de 2004.

*Parágrafo único. Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional o candidato deverá ser filiado ao partido, na circunscrição em que concorrer, pelo tempo que fôr fixado nos respectivos estatutos.*<sup>39</sup>

A legitimidade que o estatuto possui diz respeito a possibilidade de fixar normas e critérios para a escolha do candidato. Para além deste elemento, a seleção também é reflexo dos resultados de ação dentro de um esquema complexo de interação entre vários atores. Como se verá no próximo capítulo, ao estudar o surgimento de candidatos a vereador pelos dois mais notáveis partidos na cidade de São Carlos (PT e PSDB), além da interpretação e leitura dos estatutos e documentos oficiais oriundos produzidos pelos próprios partidos, foi indispensável uma coleta mais robusta de dados, por meio de entrevistas, além dos jornais locais, que ajudaram a esclarecer este procedimento interno não diretamente aberto ao público, portanto, não passível de ir estritamente de acordo com o que figura no papel. É o que DOWNS (1999) caracterizaria como *institucionalização dos desvios das normas escritas*, que seria uma forma de burlar as regras formais em favor daqueles que detêm o monopólio da liderança partidária.

Os partidos não se diferenciam somente em termos estatutários. Essa diferença pode abranger o modo de visualizar a seleção, o lugar de controle (rede de influência) durante o processo, o grau de envolvimento dos membros partidários e a qualidade e características daqueles procurados (de acordo com a composição social). (GALLAGHER, 1988). E isso vai depender fundamentalmente do tipo de incentivos emitidos pelos selecionadores. PANEMBIANCO (1990) sugere dois tipos de incentivos distribuídos pela organização, com a finalidade de garantir a manutenção da estrutura partidária: os incentivos coletivos, que correspondem participação dos membros fruto da comunhão de valores, via identidade, solidariedade e ideologia; e os incentivos seletivos, que seriam benefícios distribuídos pela organização somente para alguns participantes, buscando o interesse privado, individual, via poder, status e materiais.

Aqueles que detêm o controle na distribuição desses incentivos são os que controlam as chamadas “zonas de incertezas”<sup>40</sup>. A estrutura de oportunidades na carreira política

---

<sup>39</sup> Código Eleitoral. Disponível no endereço eletrônico [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

insere-se na zona do recrutamento político. Repousa neste ponto o fato do partido impor limites ao acesso de indivíduos na disputa eleitoral, e neste caso deve-se enxergar o partido como composto de regras, jogadores e campo de ação institucional (TSEBELIS, 1999).

O controle das zonas de incerteza (que por serem cumulativas, estão passíveis de serem controladas pelo mesmo grupo), dentro da esfera institucional partidária, delimita aqueles candidatos que de alguma forma terão os resultados ótimos da ambição oriundos da necessidade do partido (ganhar as eleições, disseminar ideologia, etc). Por isso no Brasil, por exemplo, mesmo imperando formalmente o sistema de lista aberta para cargos proporcionais, e por isso, supostamente, daria margem para uma individualização de candidaturas, a lista é alimentada e ordenada informal e indutivamente segundo as preferências àqueles candidatos com reais condições de concluir as metas partidárias naquela eleição (BRAGA, op.cit.) Daí o maior tempo na mídia, de participação em comícios, de divulgação panfletária, apoio de correligionários e até números mais facilmente “decoráveis”.

Grupos mais inclusivos podem proporcionar menos barreiras para o acesso na disputa eleitoral, assim como existem grupos latentes, que elitizam o processo de seleção de candidatos<sup>41</sup>, transformando-o em um amplo método de exclusão (OLSOM, 1999). O potencial do grupo depende daqueles que batalham dentro do partido, buscando inclusive promoções internas<sup>42</sup>. Como o partido é uma organização que produz líderes associativos (que ocupam cargos internos) e líderes públicos (FLEISHER, 1993), *a seleção interna resulta de outra seleção, que é a dos selecionáveis, ou seja, daqueles que detêm o capital político para escolher os candidatos*. Por isso nesta pesquisa buscou-se verificar quem era a coalizão dominante dentro dos partidos aqui abordados, pois acredita-se que enxergar a fisionomia da coalizão dominante é um instrumento fundamental para distinguir a ordem organizativa entre os partidos, e assim entender processos vitais de seu funcionamento, como a seleção de candidatos.

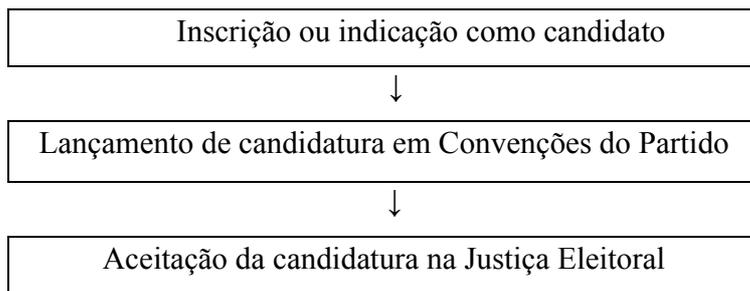
---

<sup>40</sup> São seis os pontos que envolvem as referidas zonas de incerteza: competência, relações com o meio ambiente, comunicação, regras formais, financiamentos, recrutamento político. Ver PANEMBIANCO, op.cit. pág. 65.

<sup>41</sup> Isso estará dependente também das restrições que a lei eleitoral impor para o número de candidatos possíveis a cada partido de estar inscrevendo em uma disputa eleitoral.

<sup>42</sup> PANEMBIANCO (1990) denominaria de “carreiristas” aqueles membros que trilham rumos dentro do partido movidos a incentivos seletivos.

Assumimos então que as dificuldades enfrentadas por um candidato não restringe-se à época das eleições. As dificuldades relacionam-se com o sistema de filtragem de candidatos, onde mecanismos de seleção são postos em prática, através da máquina partidária, funcionando dentro de um esquema burocrático próprio. O candidato enfrenta uma *trajetória institucional* descrita pela ordem:



O candidato pode tanto ser o representante da coletividade, como também o representante dos círculos eleitorais individuais. Enquanto figura pública, ele define a cara do partido pela apresentação popular (KATZ, 2001). Essa transformação é expressa pela passagem:

CANDIDATO → CANDIDATO  
PESSOA                      PAPEL

A organização atuaria com uma didática imperativa (MAOR, 1997), orientando seus candidatos e veiculando seu esperado sucesso ao trabalho realizado pela estrutura partidária.

Afirmar então que uma carreira origina-se da soma de aspectos subjetivos e influência partidária não apresenta-se em hipótese alguma como exagero, mesmo supondo-se que o Brasil ainda careça de instituições partidárias mais sedimentadas na sociedade. Por isso é plausível concluir que o acesso à vida parlamentar apresenta obstáculos, problemas, limites que de certa forma organiza a entrada na vida política. Limites institucionais, através de todo o sistema político impondo requisitos para a empreitada na vida partidária<sup>43</sup>; limites estruturais, envolvendo questões sociais e políticas, em detrimento de

<sup>43</sup> Pouca sedimentação social, mensalidades pouco acessíveis, taxa de inscrição para concorrer, enfim, existindo uma seleção social e partidária prévia. Ver LEOPOLDI, 1973.

diversas pessoas estarem fora da área de relacionamento político; e perpetuação de mandatos via profissionalização da vida política, que poderia impedir a renovação de quadros (PARAHYBA, 1971).

### Capítulo 3

#### Partidos e lideranças: o subsistema partidário da cidade de São Carlos (1982-2004)

---

Este terceiro capítulo tem como finalidade apresentar uma contextualização do subsistema partidário na cidade de São Carlos, a partir das eleições de 1982 até as últimas eleições municipais, ocorridas em 2004. Esta contextualização envolve a formação dos principais partidos na cidade, o atrelamento com as lideranças locais, e a evolução eleitoral<sup>44</sup>.

O presente capítulo justifica-se mediante a importância de estarmos conhecendo a trajetória das forças partidárias que surgiram neste período, como forma de entendermos as razões para as duas últimas eleições serem consideradas nesta pesquisa um marco divisor na política partidária municipal. Digo um marco divisor porque, como veremos adiante, a partir das eleições municipais no ano 2000 e de forma consolidada em 2004, configura-se um cenário político de fortalecimento eleitoral do PT e do PSDB na cidade, estes que até então eram meros coadjuvantes no processo político-eleitoral. E como a pesquisa priorizou o estudo do processo de seleção e das listas de candidatos dos dois principais partidos nas duas últimas eleições em São Carlos, optou-se por estudar justamente o PT e o PSDB.

A cidade de São Carlos situa-se no interior do estado de São Paulo. Com cerca de 220.000 habitantes sendo 147.395 votantes, distante 235 km da capital, e com 96%<sup>45</sup> de área urbanizada, a escolha deste município não foi feita de maneira aleatória. A configuração político-partidária que vem se desenhando na cidade nos últimos oito anos, com a ascensão e certa polarização de forças políticas distribuídas entre duas das potências partidárias em âmbito nacional, o PT e o PSDB, torna o cenário propício para uma análise

---

<sup>44</sup> **Observação importante:** os resultados eleitorais estão expressos na forma de **tabelas** e comentários. Porém, somente a partir das eleições de 2000 foram inseridas as tabelas referentes ao número de vereadores eleito por cada partido. Isto porque a prioridade deste capítulo consiste em apresentar o jogo político envolvendo as principais lideranças locais até as últimas duas eleições, jogo este concentrado substancialmente no campo da disputa executiva. Afora que os dados das eleições municipais para o legislativo, de 1982 até 1992, não estão disponíveis no banco de dados do TSE nem do TRE. Os dados referentes às eleições ocorridas em 1996 estão incompletos, carecendo mais detalhes sobre os resultados à disputa para o cargo de vereador.

<sup>45</sup> Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Banco de dados sobre o perfil dos municípios brasileiros.

meticulosa sobre os mecanismos utilizados por ambos os partidos para selecionarem seus candidatos.

Se observarmos os partidos em questão na *esfera local no Brasil*, analisando os dados das últimas três eleições municipais, é visível certa estabilidade do PSDB em termos de votações nominais e eleição de prefeitos e um ligeiro crescimento do PT, principalmente nas eleições de 2004. Em 1996, o PSDB obteve 13.080.192 votos nominais, representando 17,61% do total, e obteve 919 cadeiras no executivo. Nas mesmas eleições o PT obtém 7.090.121 (10,65%) votos e elege 112 prefeitos. Em 2000, o PSDB quase que manteve o mesmo índice de votos nominais (13.474.489 – 15,97%) e consegue mais 69 cadeiras no executivo, elegendo assim 988 prefeitos. Diferentemente do PSDB, os índices do PT demonstraram um aumento considerável tanto nos votos nominais quanto no número de prefeitos eleitos (11.938.803 votos nominais representando 14,15% do total e 187 cadeiras no executivo). Por fim, os resultados em 2004 neutralizam qualquer dúvida sobre a força eleitoral de ambos os partidos, pois o PSDB, mesmo após sofrer uma derrota de seu candidato nas eleições presidenciais, consegue um total de 15.735.933 (16,54%) votos nominais e elegendo 871 prefeitos. O PT, refletindo a tendência de crescimento nos ganhos eleitorais na esfera federal, aumenta consideravelmente o número de votos nominais, inclusive ultrapassando o PSDB e obtendo a maior marca dentre todos os partidos nacionais (16.205.308 votos – 17,04%), assim como elege 411 prefeitos, 224 a mais do que na eleição anterior<sup>46</sup>.

Este crescimento gradual de ambos os partidos nos municípios brasileiros é claramente refletido também na cidade de São Carlos. Como será apresentado neste capítulo, nas duas últimas eleições verifica-se uma polarização nas zonas de influência política entre os dois partidos, cabendo aos seus dirigentes um papel fundamental que é o controle do poder sobre a situação (PT) e *parte* da oposição (PSDB).

A análise proposta neste trabalho dissertativo visa suprir uma carência das pesquisas feitas sobre a política em São Carlos, uma vez que a prioridade da grande maioria dos trabalhos foi dada para a questão do poder local, do papel de lideranças, do contexto eleitoral e do sistema político-partidário. Pretendemos com isso enriquecer e complementar os diagnósticos já existentes com um tema pouco estudado na Ciência Política Nacional e

---

<sup>46</sup> Dados extraídos do portal on-line do TSE, disponível em [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

sem nenhuma referência no âmbito dos estudos na cidade de São Carlos: a seleção, formação e características da lista de candidatos.

Os estudos sobre a política partidária em São Carlos têm revelado um cenário onde os partidos aparecem mais como instrumentos para atuação de lideranças e grupos familiares do que enquanto organização ideologicamente coesa e institucionalizada. OLIVEIRA (1998) salienta que a maioria dos partidos que compõem o quadro partidário da cidade são pouco institucionalizados, fazendo do clientelismo seu canal de atuação. Os partidos teriam assim pouca importância, servindo em sua maioria como legendas de aluguel, existindo uma alta fragmentação partidária. MARRARA (1997) aponta que até 1996, a votação concentrava-se expressivamente em políticos ligados a partidos de centro-direita, fato este que segundo a autora, está relacionado com a tradição conservadora dos munícipes, realçada pela influência da igreja, e pela influência de pessoas populistas que eram ligadas ao meio político e também altamente difundidas dentro das comunidades.

O destaque e privilégio de campanha para um candidato referencial engloba o conjunto de estratégias de líderes partidários na busca por votos. São Carlos sempre fora perpetuado por instituições partidárias sazonais, cujas atividades acontecem somente nos períodos que antecedem as eleições. Como afirma Lopes (2000)

*“Partidos políticos que, na acepção do termo, são aqueles que expressam uma organização de massa com um programa e uma ideologia política definidos, praticamente não existem. O que existe em São Carlos são os partidos de lideranças, os chamados partidos eleitorais de massa: aqueles partidos sob a influência das lideranças políticas tradicionais e que se reúnem de tempos em tempos – os tempos das eleições” (pág. 89).*

A maioria dos partidos políticos de São Carlos seriam recheados de políticos e grupos políticos que possuem maior força e representação do que o próprio partido. O próprio termo personalismo remete à pessoa, portanto tendo maior peso do que a representação do partido enquanto organização.

*“Ainda hoje há uma política personalista, com maiores apelos populistas do que ideológicos. Existem algumas contradições no comportamento eleitoral, contradições estas que só se explicam pelo fato dos partidos não terem importância neste cenário” (LEITE, pág. 23).*

Com a volta do regime democrático, inaugurando também a volta ao multipartidarismo, surgem em São Carlos diversas legendas que abrigaram muitos políticos que outrora estavam ligados ao à Arena ou ao MDB. Diferentes grupos políticos foram se distribuindo dentro das legendas, tornando propício um cenário de disputa política acirrada já nas eleições municipais ocorridas em 1982. *Cada legenda estava sob o controle de uma pessoa, de um grupo político ou de uma família.* Na disputa para prefeito daquele ano, cada partido podia apresentar mais de um candidato por legenda, o que acarretou em alguns partidos estarem lançando dois ou até três candidatos. O eleito seria aquele mais votado dentro dos votos totais obtidos pela legenda.

O PMDB reunia em sua composição diferentes segmentos descontentes com o regime militar. Opta por lançar três nomes: Dagnone de Melo, Antonio Cabeça Filho e Jamir Leôncio Schiavone. Schiavone já havia sido vereador pelo MDB, mas era uma figura política sem tanta ressonância. Cabeça Filho estava ligado a ala mais a esquerda do PMDB, era metalúrgico, sindicalista, e fora um dos fundadores do MDB na cidade. Dagnone de Melo é engenheiro formado pela Universidade de São Paulo, fazia parta da ala liberal do partido, estava ligado ao grupo de influência de Mário Maffei<sup>47</sup> e certamente era a pessoa mais influente dentro do partido.

O PDS nasce com a fusão das duas ARENAS que dividiam o campo de apoio ao regime militar na cidade. O candidato pelo PDS, Rubens Massúcio, é fruto de uma disputa política que tivera origem dentro da própria ARENA. Esta disputa envolvia dois grupos políticos: o grupo de pessoas ligadas à figura de Ernesto Pereira Lopes e o grupo ligado à Antonio Massei. Ernesto Pereira Lopes fora uma das figuras políticas mais importantes na cidade de São Carlos na década de 50 e 60. Como industrial Lopes prospera neste período que envolveu a decadência do setor oligárquico cafeeiro, e marcou o advento do setor das

indústrias e das camadas médias urbanas (GERALDI, 2003). Sua popularidade fora construída ao longo dos anos por serviços prestados como médico, e também pela sua influência para com seus vários funcionários. Possuía também um jornal de expressão na cidade, o “Correio de São Carlos”. Elege-se vereador em diferentes gestões, chegando a ser eleito para deputado estadual e federal, e detinha o controle de uma parte da ARENA na cidade (fora um dos fundadores do partido em São Carlos), a sublegenda ARENA I.

A outra sublegenda, a ARENA II, estava sob controle de Antonio Massei. Massei era uma figura carismática e popular. Acusado pelos adversários (principalmente Cabeça Filho, que na época era uma das lideranças do MDB) de práticas clientelistas, trocando benefícios como atendimento hospitalar e distribuição de cestas básicas por votos, Massei conseguiu eleger-se prefeito por três gestões (1951, 1964 e 1976)<sup>48</sup>.

Em 1982, prevalecendo na disputa interna do PDS contra o grupo ligado à Pereira Lopes, Massei lança à sucessão a candidatura de seu sobrinho-neto, Rubens Massúcio. Rubinho, como era conhecido popularmente, era funcionário público municipal e já havia sido eleito para o Legislativo Municipal. Dono do principal jornal do município (jornal “A Tribuna”), Rubinho também controlava o time de futebol local, distribuindo e barateando ingressos. Era uma pessoa “*de forte empatia junto às classes populares, de hábitos políticos clientelistas e apelos demagógicos populistas*”. (LOPES, 2000, pág. 73). Essa indicação de Rubinho também refletia a decadência política e financeira de Pereira Lopes, que viria a falecer anos depois em 1993, aos 88 anos.

No PTB, assim como no PDS, prevalecia a disputa entre dois grupos políticos. O grupo ligado a Vicente Botta e o grupo ligado ao “clã Amaral”. A influência de Botta dentro do partido trabalhista era motivada pela sua popularidade frente eleitorado. Eleito por várias legislaturas, Botta decide apoiar e lançar o nome de Neurivaldo “Vadinho” José de Guzzi como candidato a prefeito pelo partido.

O clã Amaral tinha como representante máximo a figura de Francisco Xavier do Amaral. Segundo LOPES (2000)

---

<sup>47</sup> Maffei era uma notória figura política na cidade de São Carlos, fora prefeito de 1972 a 1978 e teve como secretário de obras justamente Dagnone de Melo.

<sup>48</sup> Ver LEITE (2000).

*“Xavierzinho era notória personalidade política que foi eminência parda por mais de trinta anos nos bastidores políticos são-carlenses, até hoje lembrado pela forte liderança que exercia, apesar de pouco participar dos pleitos eleitorais e ter exercido somente a vereança em sua carreira política” (pág. 73).*

O candidato selecionado pela família Amaral fora José Bento Carlos do Amaral. Bento Carlos já havia sido prefeito municipal em 1968 pela ARENA II, mas acabou sendo afastado em 1970, com um decreto de intervenção do presidente Médici, afastamento este que foi resultado da abertura de inquérito contra sua pessoa para investigar as acusações de prática de corrupção eleitoral, irregularidade de concorrência pública e recebimento de propinas de empreiteiros. As acusações acabaram não sendo apuradas e o inquérito foi arquivado.

O Partido dos Trabalhadores nasce no seio da Universidade Federal de São Carlos, através da participação dos professores (associados pela ADUFSCar) e funcionários. Tanto que o primeiro presidente do diretório municipal fora um funcionário da Universidade<sup>49</sup>. Esse nascimento também esteve atrelado às reivindicações de grupos na cidade com tendências mais progressistas na época, inclusive propiciando a adesão de pessoas ligadas ao movimento estudantil e aos centros acadêmicos (Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira – USP e Diretório Central de Estudantes – UFSCar).

O PT lança a candidatura para prefeito em 1982 o nome da professora Mirjam Schiel. Mirjam não era uma figura tão popular frente aos candidatos que se apresentavam para a disputa. Porém representava um marco na política da cidade, já que era a primeira candidata mulher à disputar uma vaga no executivo.

A disputa para as vagas na Câmara Municipal envolveu candidatos que em sua maioria estavam concorrendo pela primeira vez em uma eleição. A porcentagem de *outsiders* é grande (72,6%), o que não excluiu da lista de cada partido a presença de nomes tradicionais da comunidade são-carlense, ilustrando com os casos no PTB de Samuel Amaral, do “clã Amaral” e do autônomo Antonio Carlos Catharino, que já vinha sendo vereador por duas gestões consecutivas; dos professores Azuaite França e Dorival Mazola, principais lideranças

---

<sup>49</sup> José de Andrade era membro do SINTUFSCar (Sindicato dos Trabalhadores da UFSCar) e teve uma atuação decisiva na vinda do Partido dos Trabalhadores para a cidade.

dentro do PMDB; de José Fernando Porto do PDS, dentista de renome na cidade, que incluía atendimentos gratuitos para a população mais carente. A renovação no quadro de candidatos, como aponta SÁ (1999), não é acompanhada por uma total renovação nos quadros das lideranças em disputa, uma vez que o índice de eleição dos novatos fica em torno dos 17,6%.

A grande maioria dos partidos na cidade, como podemos observar, estava sob a tutela de lideranças políticas tradicionais na cidade. Por isso as eleições de 1982 não foi uma disputa entre partidos e programas ideológicos, mas sim disputa entre grupos familiares rivais na cidade.

**Tabela III - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 1982**

<b>Legenda</b>	<b>nº de votos</b>	<b>% válidos</b>
PMDB	21.480	37,0
PTB	16.912	26,0
PDS	11.369	19,0
PT	2.774	4,0
PDT	27	-
Nulos	2.264	4,0
Branco	4.617	10,0

Fonte: “Pesquisa Poder Local”: NPD – Núcleo de Pesquisa e Documentação / DCSo

Mesmo obtendo a maioria dos votos, Vadinho Guzzi não consegue se eleger porque sua legenda (PTB) obtém menos votos do que o PMDB. Sendo assim, Dagnone de Melo é eleito com 11.705 votos, porque dentro de sua legenda fora o mais bem votado. Sua votação esteve bem próxima da obtida por Rubinho Massúcio, que obteve 11.369 votos. O PT ainda figura como um partido pouco expressivo eleitoralmente, já que sua candidata, Mirjam Schiel, consegue apenas 4% do total de votos.

Essa pouca inserção eleitoral do Partido dos Trabalhadores reflete-se também nos votos obtidos pelos seus candidatos a vereador, já que nenhum não consegue ser eleito. As cadeiras ficam distribuídas entre PMDB (sete cadeiras), PTB (seis cadeiras) e PDS (quatro cadeiras)<sup>50</sup>.

<sup>50</sup> Os dados obtidos não fazem referência aos votos brancos e nulos. Fonte: LOPES (2000).

A próxima eleição municipal ocorreria somente após seis anos. Dagnone de Melo, então prefeito municipal, centraliza o PMDB em suas mãos, se alia com o PFL e PMC<sup>51</sup>, e atua decisivamente no lançamento da candidatura para prefeito de Antonio Adolpho Lobbe Neto. Lobbe Neto vinha de uma família tradicional na vida política em São Carlos, já que seu avô, Antonio Adolpho Lobbe, havia sido eleito prefeito em 1959 pela UDN e era uma figura bastante influente na cidade. Neto concorrera na chapa de Melo em 1982 como vice prefeito, e em 1986 foi eleito Deputado Estadual.

Tanto o PDS como o PTB, o primeiro enquanto um curral eleitoral de Rubinho Massúcio, e o segundo sob o controle de Vicente Botta e da família Amaral, lançam para disputar o cargo de prefeito os mesmos candidatos que haviam lançado nas eleições anteriores (Vadinho de Guzzi e o próprio Rubinho Massúcio). O nome de Rubinho era unanimidade dentro do partido, até porque ele próprio exercia o controle absoluto da organização. O partido se alia ao PDC na composição da chapa para as majoritárias, o que não ocorre na proporcional. O nome de Vadinho surgiu como a opção eleitoral mais viável no PTB, em virtude do mesmo ter obtido uma votação expressiva na eleição anterior. Vadinho nesta eleição teria o apoio de Paulo Altomani, empresário, que futuramente seria o principal nome dentro do PSDB.

O PT atravessava um momento delicado, com as constantes crises internas e disputas entre grupos políticos. Diferentes categorias disputavam um espaço dentro do partido, como o sindicalismo fabril, os intelectuais universitários e o funcionalismo público presente nas duas universidades<sup>52</sup>. O partido lança como candidato a prefeito o nome do professor da USP Orizide Manzoli.

O PSDB aparece no cenário político partidário brasileiro com a aprovação de seu primeiro estatuto no Congresso Nacional em 25 de junho de 1988. Surge em São Carlos também composto por muitos integrantes descontentes ou que foram expurgados do PMDB local (que então era liderado por Dagnone de Mello). Inicialmente o partido fora disputado por diversas lideranças políticas locais como reduto partidário em busca de influência política e cargos de liderança. O resultado disso foram as constantes disputas internas no período de pré-estruturação do diretório, disputas estas que giravam em torno do controle

---

<sup>51</sup> Partido Municipalista Comunitário.

<sup>52</sup> Informação extraída da entrevista concedida por Lineu Navarro, membro da executiva e atual vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

da direção partidária. O partido tinha como composição social membros oriundos de diferentes segmentos sociais (ex-membros do PMDB, profissionais liberais, empresários). Como salienta ROMA (1997), três grupos detinham disputavam o controle da implantação do partido: intelectuais de esquerda, rompido com o marxismo e buscando uma posição dentro da social democracia, além daqueles que tinham passado por alguns partidos; o grupo do vereador Antonio Carlos Villela Braga, que tentara sem sucesso ingresso no PDT; e por fim um grupo composto por empresários e pessoas influentes na cidade (com, por exemplo, Waldomiro Bueno, ex-vereador, que posteriormente deixaria a legenda em protesto contra o controle da mesma por pessoas ligadas à Dagnone de Mello).

As crises internas no PSDB também refletiram na escolha do primeiro candidato que iria disputar as eleições para o executivo municipal pelo partido. A Convenção do partido foi tumultuada, porque havia uma disputa entre o grupo pró e contra a candidatura do vereador Villela Braga, que havia saído recentemente do PMDB para ingressar no PSDB. Segundo ROMA (1997)

*“Houve denúncias de fraudes por ambas as partes. O resultado dessa convenção foi um empate em número de votos. Braga, presidente da Comissão Provisória, utiliza o instrumento legal rotulado como voto minerva para desempatar (...) Revoltados com o procedimento de Braga, muitos tucanos trabalharam para a campanha eleitoral de Vadinho. O resultado daquela eleição desgastou o candidato Braga que gastou muito dinheiro na campanha e obteve um resultado ruim” (pág. 38).*

A crise interna não somente resultou em afastamento de filiados, como refletiu também no resultado final da eleição, já que o candidato do partido acabou entrando na disputa desgastado, sem o apoio de boa parte dos antigos militantes.

**Tabela IV - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 1988**

<b>Legenda ou coligação</b>	<b>nº de votos</b>	<b>% válidos</b>
PTB	23.299	32,0
PMDB - PFL – PMC	19.056	27,0
PDS – PDC	18.276	26,0
PT	2.810	4,0
PSDB	1.965	2,5
PC do B	571	0,5
Nulos	2.125	3,0
Branco	4.076	5,0

Fonte: “Pesquisa Poder Local”: NPD – Núcleo de Pesquisa e Documentação / DCSo

Vadinho Guzzi, do PTB é eleito pela primeira vez prefeito municipal. Nota-se que novamente o pleito foi bastante disputado entre os candidatos dos três principais grupos políticos da cidade (grupo de Dagnone de Melo, clã Amaral e Vicente Botta). Este último consagra-se como o grande vitorioso nesta eleição, já que o novo prefeito eleito estava diretamente sob sua orientação. Neste cenário o PT e o PSDB aparecem ainda como meros coadjuvantes eleitorais, porque não ultrapassam os 7% a soma da votação obtida pelos seus respectivos candidatos a prefeito.

Para a Câmara dos vereadores, o PTB consegue a maioria das cadeiras, elegendo seis candidatos. O PMDB fica com cinco cadeiras, o PDC com quatro, o PDS com três e o PT debuta elegendo sua primeira vereadora (a professora Julieta Lui). O PSDB não consegue eleger nenhum candidato.

A configuração político partidária sofre algumas alterações no período que intercala as eleições de 1998 e 1992. Troca de legendas, conflitos internos em alguns partidos e coligações marcam as eleições do ano de 1992. A maioria dos partidos continuaria sendo espaço de atuação das principais lideranças locais. Os partidos que surgem no intervalo entre as eleições de 1988 e 1992 procuram de alguma forma (coligação, apoio de campanha) aproximar-se daqueles partidos que estavam sob o controle das figuras ilustres no município (PMDB, PDS, PTB). O PPS se alia ao PMDB e ao PFL, enquanto que o PSC busca coligação com o PTB e o PDS. O PSDB recebe o apoio do PL, legenda criada e controlada

pelo empresário Paulo Altomani. O PT se coliga ao PC do B como forma de fazer consolidar uma coligação de esquerda.

O PTB sofrera um grande desgaste com a baixa reputação da administração de Vadinho Guzzi. Isso implicou num esvaziamento de lideranças dentro do partido, já que o próprio Vadinho, após entrar em conflito com o então aliado Vicente Botta partido trabalhista, migra para o PRN. O controle do partido trabalhista passa a pertencer ao clã Amaral (Botta acaba indo para o PDT). Essa junção dos problemas administrativos da gestão de Vadinho mais os conflitos internos no PTB fortaleceu a figura de Rubinho Massúcio, que pode congrega forças abertas e veladas em prol de sua candidatura. Aberta porque consegue o apoio do PTB por intermédio do apoio da família Amaral. E velada através do apoio não declarado de Vadinho de Guzzi, com promessas de manter vários dos cargos de chefia da administração e verbas para a campanha (LOPES, 2000). Rubinho tem como vice o nome de Aírton Garcia, grande proprietário de terras no município, que inclusive já havia posto vários terrenos para serviços de loteamento de habitação.

Dagnone de Melo, principal nome dentro do PMDB, articula novamente sua candidatura, após um intervalo de uma eleição, quando apoiara o nome de Lobbe Neto. Melo controlava a legenda, era a maior liderança dentro do partido e isso lhe garantiu uma candidatura isenta de qualquer disputa interna. O PMDB articula uma aliança que envolveu o PFL, o PDT, o PTR, o PPS e o PRP.

O PSDB ainda tentava contornar as crises internas que assolavam o partido desde a sua fundação. O partido não havia constituído um diretório, não tinha sede fixa e estava carente de lideranças populares que pudessem entrar na disputa tanto no executivo como no legislativo com reais chances de obter uma vitória. Azuaite França, que disputara as eleições em 1988 pelo PMDB, se filia ao PSDB e inicia uma tentativa de organização do partido, constituindo uma Comissão Provisória cujo objetivo era filiar membros, realizar uma Convenção e constituir um diretório. Azuaite estava intimamente ligado ao grupo de Dagnone de Melo, fato este que motivou muitos membros do PSDB a fazerem oposição à iniciativa de Azuaite em assumir o controle do partido.

Não conseguindo compor a chapa para a formação da Comissão Provisória, e sem o apoio de grande parte dos principais membros do partido, Azuaite França deixa o partido e busca refúgio no PDT. O diretório municipal finalmente é composto em fevereiro de 1992,

agora sob o controle dos antigos membros fundadores, sob a liderança do ex-vereador Waldomiro Bueno e José Carlos Luporini (ex-membro do MDB e primeiro presidente do diretório).

O partido se aproxima do PL, cuja maior liderança era o empresário Paulo Altomani. Altomani articula uma aproximação com os tucanos, aproximação esta que resulta no lançamento de sua candidatura a prefeito municipal. Altomani representava para o PSDB a possibilidade do partido finalmente entrar na disputa com reais chances de obter votos para a legenda, o que possibilitaria estar elegendo seu primeiro vereador. O partido buscava também consolidar-se frente ao eleitorado da cidade, através de um candidato que se proclamava representante da renovação.

Ao contrário do seu empenho e sucesso em organizar-se na cidade, o Partido dos Trabalhadores tinha dificuldades para se consolidar frente ao eleitorado são-carlense. O partido já contava com sede própria e um diretório constituído, mas sofria desgastes fruto dos conflitos internos entre seus membros. As chamadas “correntes internas” no PT também tinham reflexo no diretório de São Carlos, motivando conflitos de caráter político e ideológico (disputa entre grupos mais radicais e moderados). O nome do professor da UFSCar Gil Vicente é lançado, indicando que o partido estava bastante vinculado com as duas principais universidades da cidade, já que novamente um professor de uma delas era indicado pelo partido para a disputa. Seu vice fora a secretária Silvana Donatti, uma das fundadoras do partido na cidade, que posteriormente assumiria a presidência do partido e seria candidata a prefeito em 1996.

**Tabela V - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 1992**

<b>Legenda ou coligação</b>	<b>nº de votos</b>	<b>% válidos</b>
PTB – PDS - PSC	37.237	42,0
PMDB – PFL – PDT – PPS – PRTB – PRP	26.928	30,0
PSDB - PL	7.736	8,0
PT – PC do B	5.367	6,0
PDC - PSD	2.779	3,0
PRN	570	0,05
Nulos	3.378	4,0
Branco	5.568	6,0

Fonte: “Pesquisa Poder Local”: NPD – Núcleo de Pesquisa e Documentação / DCSO

Após uma eleição polarizada com Dagnone de Melo, Rubinho Massúcio é eleito pela primeira vez prefeito municipal, após concorrer em três eleições consecutivas. Os candidatos apoiados pelo PSDB e PT (Paulo Altomani e Gil Vicente) sequer ameaçam em números de votos a hegemonia que existia entre os dois antigos rivais.

O PMDB, mesmo tendo seu candidato a prefeito derrotado, elege cinco vereadores, sendo assim o partido que mais elege vereadores nesta eleição. O PTB, que em 1988 havia conseguido a maioria da câmara, quando elegera seis candidatos, nesta eleição consegue eleger apenas dois vereadores: o advogado Paulo Duarte e pela quarta vez consecutiva Antonio Catharino. O PDS, sob influência do clã Amaral, elege quatro vereadores, sendo dois diretamente ligados ao clã (José Bento Amaral e Marco Antônio Amaral). Dos três vereadores eleitos pelo PDT, dois merecem destaque: Azuaite França, que outrora havia tentado assumir o controle do PSDB local; e do engenheiro Ariovaldo Brigante, que seis anos depois estaria concorrendo para vereador pelo PSDB, sendo inclusive um de seus membros mais influentes. Vicente Botta, que havia entrado em conflito Vadinho Guzzi e que vinha perdendo espaço de influência na política local, pelo PSD elege o comerciante Lucas Perroni Jr. Rubinho Massúcio consegue mais dois apoios na Câmara, com a eleição de dois vereadores do PSC, partido que o apoiara na disputa para prefeito. O PDC elege dois vereadores (sendo que um deles Mário Maffei Filho, filho do ex-prefeito Mário Maffei). O

PT consegue reeleger Julieta Lui, enquanto que o PSDB consegue sua primeira cadeira na Câmara, ao eleger o bancário Walceny Bragatto.

Em 1996 as coligações foram feitas apenas para a disputa pelo cargo majoritário, porque a legislação eleitoral naquele ano determinou que pudesse haver no máximo vinte e cinco candidatos por partido para a disputa aos cargos proporcionais. No entanto este número seria o mesmo em caso de coligações, o que reduziria o número de candidatos por partido caso este estivesse coligado para a proporcional. Por isso todos os principais partidos da cidade buscam a coligação para o pleito majoritário, o mesmo não ocorrendo com a eleição para vereador. A exceção neste caso é o PT, que opta por coligar-se com o PSTU também nas proporcionais.

A exemplo do que ocorrera em 1992, o cenário político-partidário durante a gestão de Rubinho Massúcio e nas eleições de 1996 sofrera diversas modificações. Rubinho, conseguindo o apoio de Lobbe Neto, consegue trazer o PMDB para compor a base aliada, tendo assim a maioria da Câmara para aprovação de projetos. Mas ao mesmo tempo em que ia perdendo popularidade durante sua gestão<sup>53</sup>, rompeu com antigos aliados que passaram a apoiar seu maior adversário político, o ex-prefeito Dagnone de Melo. Inclusive a base de apoio de Dagnone nas eleições para prefeito em 1996 fora apelidado de “balaio de gatos”, justamente por agrupar aqueles que em outras ocasiões haviam sido adversários políticos.

O Balaio era uma reunião das principais lideranças municipais, cada uma utilizando uma sigla para apoio político e plataforma de campanha. Sua composição tinha nomes como: Vicente Botta, que retorna ao PTB e assume o seu controle; o clã Amaral, que haviam deixado o PTB para fundar o PPB; Airton Garcia, disputando espaço dentro do PPB com a família Amaral após romper com Rubinho Massúcio (saindo inclusive como vice na chapa de Melo); Dagnone de Melo, então candidato a prefeito, filiado agora ao PFL; e Azuaite França, agora no PPS, como um dos candidatos a vereador mais cotados a reeleição.

A chapa surgia praticamente como imbatível no plano da eleição ao cargo majoritário. Nas proporcionais ela seria uma importante ferramenta para angariar votos para os partidos da coligação, mesmo que estes não estivessem coligados nesta esfera de disputa.

---

<sup>53</sup> MARRARA (1997) aponta que as maiores causas deste aumento da sua impopularidade foram os constantes atrasos na folha de pagamento do funcionalismo municipal, o esgotamento das políticas assistencialistas e o rompimento e as disputas política com figuras políticas populares.

Lobbe Neto, juntamente com o apoio do vereador Dorival Mazola, assume o controle do PMDB, após a saída de Dagnone de Melo. Lobbe ainda estava cumprindo seu mandato como deputado estadual quando entra pela segunda vez para disputar a prefeitura. O PMDB coliga-se com o PSC, PSL, PMN e PV, partidos estes vazios de políticos expressivos.

Diferentemente dos seus principais rivais na cidade, o PT tivera nestas eleições muita dificuldade para escolher um nome para o pleito ao Paço Municipal. O partido, que constantemente convivia com os conflitos dos grupos internos, dividiu-se quanto a sugestão do grupo liderado pelo professor e candidato derrotado Gil Vicente para uma coligação com o PSDB, com finalidade de apoiar a candidatura de Paulo Altomani. Silvana Donatti, que havia concorrido pra vereadora em 1988 e para vice-prefeito em 1992, justamente na chapa de Gil Vicente, lidera um movimento interno contra a proposta de Gil. Segundo Silvana

*“Em 1996 o partido estava discutindo uma composição com o PSDB e tinha um grupo ligado ao Gil Vicente que buscava a candidatura com o PSDB e estavam discutindo de apoiar o Paulo Altomani. Daí eu liderei um movimento juntamente com algumas pessoas, fomos pra macro-região, pro diretório estadual, pra barrar essa coligação, com o PSDB. Daí disseram que só se a legenda tivesse candidato, daí eu resolvi sair candidata a prefeito em 1996, com 1% de intenção de voto. Fizemos uma campanha boa, sem quase recurso nenhum e tivemos quase treze mil votos, cerca de 12,9% da votação”<sup>54</sup>.*

Logrando o apoio da maioria do diretório, a candidatura de Silvana foi motivada em princípio como alternativa para o não alinhamento com os tucanos. Essa perspectiva muda progressivamente durante a campanha, mediante o crescimento da candidata petista nas pesquisas de opinião, alimentando a esperança de sua primeira eleição. Para a chapa de vereadores, o partido continuava tendo dificuldades para angariar um número suficiente de candidatos através do qual seria possível atingir o coeficiente eleitoral pela soma de seus votos.

---

<sup>54</sup> Trecho da entrevista concedida por Silvana Donatti.

Sem conseguir sucesso na negociação do apoio com o partido dos trabalhadores, Paulo Altomani, agora figura de maior articulação no PSDB, pela segunda vez alia-se com o PL e lança sua candidatura no slogan “Vida Nova São Carlos”. Carente de lideranças de peso que possibilitaria fazer frente ao conglomerado de lideranças tradicionais dentro da coligação do “balaio de gatos”, o PSDB conta com o apoio do ex-vereador Mário Maffei Filho (candidato a vice na chapa de Altomani), além de alguns nomes que vinham ganhando peso na arena eleitoral, como do vereador Walceny Bragatto e do líder comunitário Equimarcilias Freire<sup>55</sup>.

**Tabela VI - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 1996**

<b>Legenda ou coligação</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% válidos</b>
PFL – PPB – PDT – PTB – PPS – PST	32.690	33,3
PSDB – PL – PSDC – PSB	30.556	31,1
PMDB – PSC – PSL – PMN – PV	13.233	13,5
PT – PSTU	12.494	12,7
PCO	391	0,3
PRN	310	0,3
Nulos	1.229	1,2
Branco	7.143	7,3

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TRE-SP

Após uma eleição acirrada, marcada principalmente por diversas acusações entre a coligação liderada por Altomani e a coligação liderada por Melo, este é reeleito com uma diferença de pouco mais de 2% em relação ao candidato tucano. Diferença esta bastante tênue diante do peso do balaio ao concentrar diferentes lideranças locais, e que sinaliza um desgaste das mesmas para com o eleitorado da cidade em sintonia com o aparecimento de novas lideranças locais. Este desgaste de lideranças pertencentes à coligação de Melo

<sup>55</sup> Freire é comerciante e vinha ganhando popularidade com a promoção de trabalhos comunitários em um dos bairros periféricos mais populosos de São Carlos, a Cidade Aracy.

também pode ser visto no resultado para a Câmara dos Vereadores, já que apenas 1/3 das cadeiras são ocupadas pelos seus integrantes.

Mesmo havendo uma renovação de quase 55% no quadro de vereadores da Câmara, algumas figuras permanecem ainda permanecem “intactas” eleitoralmente, garantindo novamente um assento na casa. É o caso de nomes tradicionais com Antonio Carlos Catharino – PSC, Marquinho Amaral – PPB e Dorival Mazola – PMDB.

O PSDB, mesmo não tendo eleito seu candidato a prefeito, consegue triplicar o número de vereadores eleitos em relação a eleição passada. Juntamente com o PSC, que também consegue três cadeiras, a bancada partidária tucana é a maior da Câmara. O PT, além de reeleger a professora Julieta Lui, consegue mais uma das vinte e uma cadeiras, elegendo pela primeira vez o previdenciário e membro do diretório Lineu Navarro, que tem no currículo a disputa de quatro eleições, duas para vereador (1982, 1988 e 1992) e uma para deputado estadual (1986).

Como foi possível notar através do retrospecto político-partidário em São Carlos de 1982 até 1996, os partidos que vinham mantendo a hegemonia eleitoral eram aqueles dominados por tradicionais grupos da cidade. Não existia uma legenda hegemônica. Diferentes foram os partidos que abrigava diferentes grupos políticos, cada qual viabilizando a sua melhor opção de candidato para a disputa eleitoral.

A partir das eleições do ano 2000, mudanças ocorrem no controle das rédeas do poder. O PSDB e o PT, que outrora ocupavam o posto de meros coadjuvantes na arena das eleições municipais em São Carlos, passam definitivamente a figurar como dois dos principais partidos políticos da cidade.

O processo que envolveu a seleção de candidatos de ambos os partidos, bem como o perfil dos candidatos de suas listas nas duas últimas eleições serão analisados com mais detalhes no capítulo seguinte. Podemos afirmar de imediato que o PT sempre teve dificuldades para compor sua chapa de candidatos a vereador, e nas eleições em 2000 não foi diferente. Tanto que o partido lança menos candidatos do limite máximo permitido. A surpresa para esta eleição é o nome do professor e ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos Newton Lima Neto como candidato a prefeito.

Newton Lima havia ganhado destaque e publicidade como candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Marta Suplicy para as eleições ao governo do estado de

São Paulo em 1998<sup>56</sup>. Como presidente do partido em 2000, e um dos principais nomes do diretório, o nome do professor foi o mais cotado para disputar as eleições, mesmo diante dos fracos resultados das pesquisas de opinião pré-eleições<sup>57</sup>, quando figurava com apenas 1% das intenções de voto dos eleitores da cidade. O partido rompe com o PSTU (que lança candidato próprio a prefeito, o professor Eraldo Strumiello) e retoma a aliança com o PC do B.

O PSDB anuncia novamente a candidatura de Paulo Altomani à prefeitura municipal, impulsionada não somente pelo seu bom desempenho na eleição anterior, mas porque o mesmo é o principal nome do partido e maior articulador das lideranças internas bem como da escolha dos candidatos. Não havia contestação ao nome de Altomani, porque as principais lideranças do partido (Waldomiro Bueno e o vereador Bragatto) sustentavam sua base de apoio no partido.

O PMDB, enfraquecido pela fuga de lideranças (que criaram outros partidos ou migraram para os já existentes), pelas seguidas derrotas na majoritária e pela perda de expressão na Câmara - reflexo da redução do número de vereadores eleitos pelo partido - através da atuação de seus principais lideranças e membros da executiva (os vereadores Dorival Mazola e Diana Cury), articulam o apoio a candidatura da reeleição de Dagnone de Melo. Melo, agora no PTB, se sobressai na antevéspera da eleição como a maior liderança política no município, porque enquanto prefeito e então favorito para novamente eleger-se na majoritária, consegue articular novamente uma aliança entre os partidos que abrigam as principais lideranças municipais (PTB, PMDB, PPB, PFL, PDT, PPS, PSB, PSC, PSD). O próprio Rubinho Massúcio, veladamente, mas por intermédio de seu partido, o PTB, passa a apoiar o antigo adversário político.

Por fim, algumas legendas nanicas também se aventuram na corrida eleitoral, tanto nas proporcionais como na eleição majoritária. O PSTU, após romper com o Partido dos Trabalhadores, lança o nome de Eraldo Strumiello como candidato a prefeito, um ex-militante do próprio PT. Rubens Perroni Junior, ligado a Vicente Botta e primo do vereador

---

<sup>56</sup> MIGUEL (2003) sugere que as empreitadas ambiciosas de carreira, ou seja, os *outsiders* que ingressam pela primeira vez em uma eleição disputando um cargo expressivo, podem na realidade estar atuando de modo estratégico, visando justamente ganhar popularidade, para enfim concorrer a cargos menores.

<sup>57</sup> Divulgadas nos jornais Primeira Página (Junho) e A Tribuna (Junho).

Lucas Perroni, sai candidato pelo PSDC, enquanto que Paulo Eugeni, que já havia disputado para o cargo de vereador, entra na disputa da prefeitura pelo PSL.

**Tabela VII - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 2000**

<b>Legenda ou coligação</b>	<b>nº de votos</b>	<b>% válidos</b>
PT – PC do B	40.342	39,93
PTB – PMDB – PPB – PFL – PDT – PPS – PSB – PSC - PSD	40.214	39,80
PSDB – PL – PMN – PRP – PHS – PT do B – PGT – PAN	11.874	11,75
PSDC – PTN	7.513	7,44
PSL	720	0,72
PSTU	276	0,28
Nulos	4.975	4,59
Branco	2.510	2,31

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TRE-SP

Com uma diferença de pouco mais de cem votos, pela primeira vez o PT elege seu candidato a prefeito, derrotando o atual prefeito Dagnone de Melo. O partido também elege a maior bancada da Câmara, reelegendo Julieta Lui e Lineu Navarro, além de eleger duas lideranças partidárias, Silvana Donatti e a professora Géria Montanari. Silvana inclusive fora a vereadora mais votada, com 3.386 votos. O partido demonstra maturidade ao superar as barreiras eleitorais em prol das antigas lideranças locais, disputando e elegendo suas lideranças, estas que participaram do processo de fundação e organização do partido na cidade (vide os vereadores eleitos).

**Tabela VIII – Resultado das eleições para vereador no município de São Carlos – 2000**

<b>Legenda</b>	<b>nº de vereadores eleitos</b>
PT	4
PTB	3
PMDB	2
PSDB	2
PPB	2
PDT	2
PSD	2
PST	1
PFL	1
PL	1

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TRE-SP.

A composição partidária da Câmara, além dos quatro vereadores eleitos pelo PT, divide-se entre o PTB (três vereadores eleitos<sup>58</sup>), PMDB, PPB, PDT, PSDB, PSD (dois vereadores cada) e PST, PFL, PL (um vereador eleito cada). Visualiza-se uma distribuição bastante heterogênea na casa, reflexo da distribuição de lideranças em diferentes partidos, sempre buscando um espaço para concorrer<sup>59</sup>.

Importante ressaltar que em São Carlos o PT e o PSDB se destacam dos demais partidos por sempre optarem lançar representantes às eleições majoritárias oriundos de suas próprias legendas. Dagnone de Melo, por exemplo, desde 1982, apenas deixou de disputar uma eleição, quando então prefeito não podia buscar a reeleição. Neste período passou por várias legendas, sendo que numa coligação com praticamente os mesmos partidos em diferentes eleições ele estava em dois partidos distintos. Neste caso o peso maior está no seu nome, dando peso a um partido, e não o contrário. O PT inclusive nunca buscou coligação

---

<sup>58</sup> Sendo um deles o então vereador Freire, que fora eleito pelo PSDB em 1996, mas abandona a sigla em 1998

<sup>59</sup> MICHELS (1982) aponta que uma liderança política, mesmo ciente da sua expressividade e popularidade junto ao eleitorado, pode não encontrar espaço para lançar-se candidato em um partido bastante oligarquizado recheado de outras lideranças. Em São Carlos várias legendas elegeram alguns de seus candidatos a vereador,

nas proporcionais, visando certa autonomia eleitoral de opção de escolha dos seus candidatos a vereador.

A grande maioria dos partidos em São Carlos, como foi demonstrado em estudos anteriores apontados no início do capítulo, funcionam de forma sazonal, porque tem suas atividades reativadas em períodos onde a máquina partidária é legalmente indispensável, ou seja, durante as eleições. Nasce então uma inédita oposição sob o prisma da ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores. De um lado o grupo ligado à Paulo Altomani, no PSDB. De outro Dagnone de Melo, que em 2004 tentaria recuperar-se da derrota sofrida em 2000.

Em 2004 pela primeira vez o PT iria concorrer para a prefeitura com o mesmo candidato da eleição anterior. No páreo estavam novamente Dagnone de Melo, desta vez pelo PFL, Paulo Altomani pelo PSDB e Eraldo Strumiello pelo PSTU. A novidade para esta eleição é a presença do PV lançando o vereador eleito pelo PSDB em 2000 e recém ingresso no partido, Walcenyr Bragatto, como candidato a prefeito. Bragatto rompe com o PSDB após um conflito com Altomani, pois queria o apoio do partido em sua candidatura a deputado estadual em 2002, mas teve seu nome recusado pelas lideranças tucanas, que optaram por apoiar a candidatura do ex-peemedebista Lobbe Netto.

O PV também serve de reduto para a vereadora eleita pelo PT nas últimas três eleições Julieta Lui. Julieta entrara em conflito com algumas lideranças do partido (principalmente com Silvana Donatti e Lineu Navarro), estes que possuíam a maior base de apoio dentro do diretório<sup>60</sup>. Acabou sendo expulsa do partido em 2002.

O Partido dos Trabalhadores, mesmo entrando na disputa com grandes possibilidades de vitória, reflexo da popularidade do então prefeito Newton Lima, articula, por meio de suas principais lideranças (Lineu, Silvana e o próprio Newton Lima), uma polêmica e até pouco tempo impensável aliança com o PMDB<sup>61</sup>.

---

evidenciando que o espaço almejado pelas lideranças municipais ramifica e potencializa eleitoralmente não dois ou três, mas diversos partidos.

<sup>60</sup> Julieta havia tentado sem sucesso fundar o PSOL na cidade, antes de ingressar no PV.

<sup>61</sup> Esta aliança será abordada com maior ênfase e detalhes no capítulo seguinte.

**Tabela IX - Resultado das eleições para prefeito no município de São Carlos – 2004**

<b>Legenda ou coligação</b>	<b>nº de votos</b>	<b>% válidos</b>
PT	48.876	42,8
PSDB	32.367	28,3
PFL	24.101	21,1
PV	7.560	6,6
PSTU	1.178	1,0
Nulos	5331	4,6
Branco	2499	2,1

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TRE-SP

A consolidação do Partido dos Trabalhadores enquanto uma potência partidária na cidade de São Carlos é comprovada através do teste das urnas nas eleições municipais em 2004. O partido reelege o prefeito Newton Lima Neto e consegue eleger dois vereadores para a Câmara Municipal (Lineu Navarro e Géria Montanari). O candidato pelo PSDB Paulo Altomani fica em segundo lugar, a frente de Dagnone de Melo, que com 24.101 fica em terceiro lugar.

**Tabela X – Resultado das eleições para vereador no município de São Carlos – 2004**

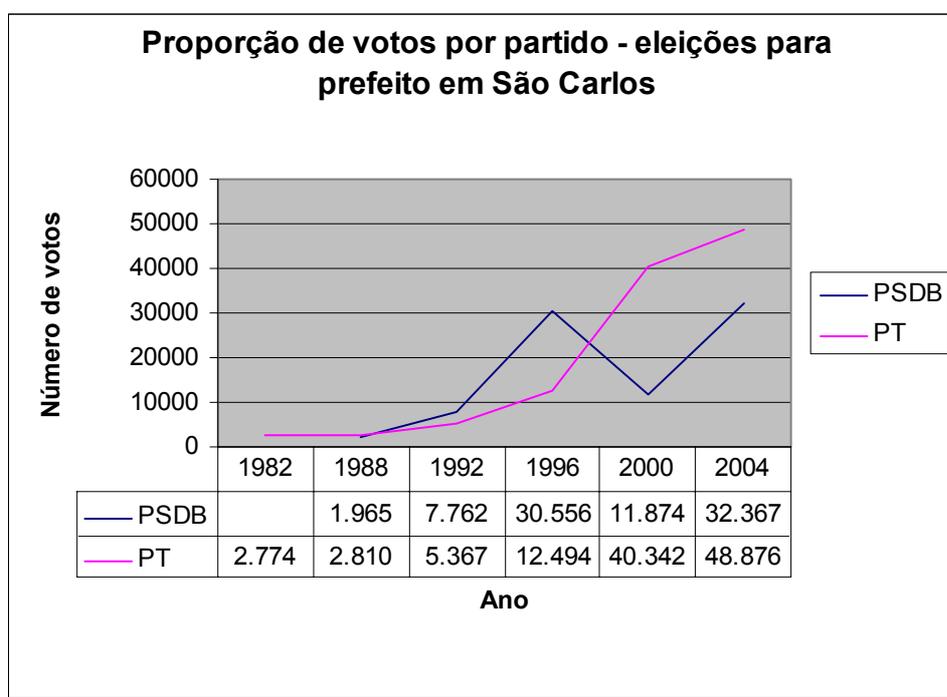
<b>Legenda</b>	<b>nº de vereadores eleitos</b>
PSDB	3
PT	2
PMDB	2
PDT	2
PPS	2
PFL	1
PV	1

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TRE-SP

Devemos ressaltar que em 2004, uma medida judicial do Supremo Tribunal Federal, com base no Artigo 26 da Constituição Federal, reduziu em mais de cinco mil as vagas de vereadores nas câmaras municipais de todo o país (16,48% das cadeiras disponíveis). A chamada PEC 353 afetou também o município de São Carlos, que teve de reduzir para 13 o número de vagas disponíveis, muito abaixo do número de vagas até as eleições de 2000, que era de 21. Mesmo assim o PT e o PSDB conseguem cinco cadeiras, correspondendo a quase 40% do total de cadeiras na Câmara. Desta forma, além de obterem a primeira e segunda colocação na disputa para prefeito, ambos os partidos conseguem uma fatia considerável das vagas para vereador.

O crescimento de ambos os partidos é um reflexo da estruturação dos mesmos enquanto potências partidárias rivais no âmbito da disputa eleitoral na cidade. Se observarmos os números das eleições municipais ocorridas desde o período da redemocratização, é possível constatar a expressividade e a polarização que ambos os partidos adquiriram e vem adquirindo no panorama local.

**Gráfico I**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE.

O gradativo aumento no número de eleitores que opta por um dos dois partidos é visível em virtude do aumento no número de votos (na proporção para o total) em um dos seus candidatos. Até 1992, o PT não ultrapassava a marca dos 7% (6,76% nas eleições daquele ano), enquanto que em 1996 atinge 13,93%, em 2000 39,93% e em 2004 42,84%. O PSDB vem no mesmo ritmo, pois enquanto em 1992 alcança 9,76%, em 1996 o cenário muda radicalmente, pois o partido chega aos 34,07%, tendo uma queda em 2000, com 11,75%, mas logo se recuperando em 2004, quando atinge 28,37% e fica em segundo lugar tendo seu candidato (Paulo Altomani) sido derrotado justamente pelo então prefeito Newton Lima.

O crescimento de votos em candidatos de um determinado partido pode refletir também o crescimento de votos totais na legenda. Em São Carlos, nas eleições de 2000, o PT torna-se a legenda mais bem votada, com um total de 4.557 votos válidos (4.51%). O PSDB aparece em terceiro lugar, com um total de 1135 votos válidos (1.12%).

O número de votos totais para ambos os partidos nas eleições para prefeito caminha em paralelo com o aumento no número vitoriosos aos cargos das eleições proporcionais e que conseguem obter uma cadeira na Câmara Municipal.

**Tabela XI - Número de vereadores eleitos pelo PT e PSDB**

Ano	1982	1988	1992	1996	2000	2004
<b>PT</b>	0	1	1	2	4	2
<b>PSDB</b>	0	0	1	3	2	3

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TRE – SP

A partir do diagnóstico até então apresentado, é possível afirmar que o PT e o PSDB figuram entre os principais partidos da cidade. Isto legitima a pretensão desta pesquisa em analisar o processo de construção de candidaturas tendo como caso dois importantes partidos de São Carlos nas duas últimas eleições.

Todavia, ainda não é possível afirmar que isso represente um enfraquecimento *definitivo* de antigas lideranças, em função do surgimento de novos atores políticos partidários. Justamente porque esta ascensão engloba o raio de apenas duas eleições.

Certamente as próximas eleições poderão dar mais lucidez a esta questão, o que corresponde a um incentivo temático para estudos futuros.

Dentro do subsistema partidário na cidade de São Carlos, o PT e o PSDB consolidam-se como duas potências eleitorais, cada qual com suas estratégias políticas para recrutar seus candidatos. O objetivo do capítulo seguinte será justamente analisar esta situação política, buscando apontar a metodologia, o papel das lideranças, as semelhanças, as diferenças e o resultado (via análise da composição social dos candidatos selecionados) do processo de seleção envolvendo o PT e o PSDB nas duas últimas eleições municipais em São Carlos.

## Capítulo 4

### A lógica da seleção: um estudo de caso sobre o PT e o PSDB na cidade de São Carlos – eleições de 2000 e 2004

---

O objetivo deste capítulo consiste em dar corpo e respaldo prático, através de um estudo de caso, a toda discussão que apresentamos anteriormente sobre o processo de seleção de candidatos à arena da disputa política. Procura-se com isso não restringir a pesquisa no campo teórico, haja visto a necessidade de dar escopo a uma área ainda pouco explorada empiricamente no campo das Ciências Sociais. Obviamente que os resultados oriundos da aplicação de categorias de análise que serão apresentadas não devem ser de forma alguma generalizados. A importância desta iniciativa insere-se na aplicação de uma discussão que pode ser útil para trabalhos futuros envolvendo outros campos de análise sobre seleção de candidatos em outras esferas do sistema político, sejam eles no executivo ou no legislativo, em âmbito federal, estadual ou municipal.

É possível creditar fatores diversos quando sugerimos uma avaliação das razões pelo qual uma pessoa disputa uma eleição. A diversidade deste fenômeno político não se sustenta somente nos diferentes sistemas políticos existentes, nas diferentes arenas de disputa, envoltos por diferentes cargos em questão. Esta diversidade também se alimenta do ponto de vista analítico pelo qual este fenômeno é observado. No caso desta pesquisa, priorizamos a análise da seleção em nível local, ou seja, durante a disputa para o cargo de vereador, observando o comportamento e a influência de duas instituições partidárias de peso em uma cidade. No caso a cidade escolhida é São Carlos e os dois partidos são o PT e o PSDB.

É equivocado pensar que um estudo institucional, em detrimento de um estudo mais comportamental, estuda somente instituições (neste caso políticas) enraizadas e coesas *enquanto uma instituição*. Este ponto de vista está no partido político enquanto uma instituição que exerce um papel chave no lançamento e construção de candidaturas, inclusive quando existe a distinção entre um partido mais orgânico do que outro menos compacto e institucionalizado. Até porque acredita-se aqui que um partido político não funciona por si só, mas através da ação de seus membros, sustentados por uma organicidade

histórica. Por isso se um partido é considerado um partido mais ou menos institucionalizado, é porque a ação de seus membros o conduz para ações partidárias específicas que servem de mote para o enquadramento nesta ou naquela classificação.

Antes de uma eleição existe uma outra disputa, um processo que antecede a disputa eleitoral. *A figura do candidato representa também o fruto de uma legitimação partidária.* Esta legitimação recai sobre um pequeno grupo de pessoas ou sobre uma atuação massiva dos membros de um partido político, no caso, em escala crescente de participação democrática. O partido político neste processo exerce um papel único, porque ele detém o monopólio legal da designação de candidatos (FARELO LOPES, 2002).

Como foi apontando anteriormente no primeiro capítulo, os líderes partidários controlam o que PANEMBIANCO (1990) chamou de *zonas de incerteza*. Analisando as atividades político-partidárias na esfera da zona referente ao recrutamento partidário, é possível chegar a um denominador comum que auxilie a entender o sucesso eleitoral oriundo de escolhas racionais. Porque todo candidato é o resultado de uma escolha. Quando um indivíduo é apresentado ao eleitor na forma de candidato, ele representa não somente o nome que disputa a eleição por uma legenda. Ele tem origem na decisão que os líderes desta legenda tomaram, confiando a si um espaço enquanto representante do partido.

Essa legitimidade que recai nos ombros da coalizão dominante deve-se a sua fisionomia, que é o elemento chave de distinção da ordem organizativa entre os partidos. Para aqueles que “ditam as ordens” dentro do partido, existem razões para o candidato recrutado estar encaixado em um perfil. E este perfil vai de encontro com o almejado por estes agentes. A fisionomia de um partido é o resultado da composição de seus quadros permanentes, bem como daqueles que são apresentados para o público na forma de candidatos (op.cit. 1990).

DUVERGER (1980), para análise da organização partidária, propõe um modelo teórico pelo qual é possível diferenciar um partido de outro focalizando sua estrutura e o cotidiano de seus membros. O sistema partidário, segundo este modelo, comportaria o que ele denomina de partidos de massas e partidos de quadros. Existem diferenças estruturais – de caráter social e político – entre os dois.

O partido de quadros tem como atividade principal a conquista de cargos políticos, eletivos ou não. Por isso o partido sempre está em busca de técnicos que possam preparar

eleições, atraindo e manejando os eleitores. A militância é inexpressiva e suas atividades se resumem praticamente ao período das eleições. Por isso o militante confunde-se com um membro do partido. A composição social é formada em sua maioria de pessoas notáveis, com um alto poder aquisitivo. Isso seria fundamental para o financiamento pessoal de campanhas. O sufrágio no partido de quadros é restrito, de forma que as principais decisões, inclusive na escolha dos representantes para a disputa eleitoral, ficam nas mãos de algumas lideranças. Uma candidatura ou adesão ao partido seria motivada por atos pessoais, baseados em aptidões e qualidades subjetivas. A articulação de um partido de quadros é fraca, e o comitê torna-se o centro das atividades, estas incentivadas pelo período eleitoral.

Assim como no partido de quadros, o partido de massas também busca através da eleição um meio de conquistar representação política. No entanto, no partido de massas as atividades eleitorais promovem a educação política de seus membros. Por isso nestes partidos os candidatos em grande parte são frutos de sua dedicação militante e atuação enquanto liderança partidária. Existe um controle de adesões, assim como existe um controle e restrição na composição da lista de candidatos. A ação político-partidária é centrípeta, possibilitando a forte articulação entre seus elementos de base, garantindo a participação de cada indivíduo nas resoluções de importantes questões do partido.

A alusão ao modelo de DUVERGER (op.cit.), tem sido a principal referência nos estudos sobre a política partidária em São Carlos, como forma de distinguir e classificar organizacionalmente os partidos da cidade. E em todos os trabalhos analisados, o PT é classificado como um partido com características de um partido de massas e o PSDB como um partido de quadros<sup>62</sup>.

Assim como nos trabalhos citados, o modelo em questão será utilizado como ferramenta de classificação teórica. Um ponto merece atenção: por esta pesquisa priorizar o diagnóstico de um dos aspectos organizacionais dos partidos políticos (seleção e composição da lista de candidatos), toda referência às características que diferenciam um partido de massas ou de quadros será de forma a se enquadrar no diagnóstico proposto. Ou seja, a referência no modelo de DUVERGER (op.cit.) será embasada apenas nos pontos em que ele trata de características que envolvam a seleção de candidatos. E neste aspecto

---

<sup>62</sup> Ver principalmente os trabalhos de ROMA (1997), MARRARA (1998) e GERALDI (2003).

diagnosticamos, como veremos adiante, que o PSDB e o PT aproximam-se respectivamente das características de um partido de quadros e de massas, quanto aos procedimentos envolvendo a seleção e o perfil social (background) da lista de candidatos.

O **plano metodológico** do capítulo consiste, primeiramente, na divisão da análise por eleição, para permitir um diálogo e contraste entre ambos os partidos durante cada período eleitoral. Cada eleição engloba uma conjuntura diferente com situações distintas, por isso seria negligente tentar abordar as duas eleições situando-as num mesmo contexto político.

Para cada eleição e nos dois partidos, dois pontos são fontes de referência e análise:

- ***O momento político que envolveu o recrutamento dos candidatos;***
- ***E o fruto deste processo de seleção, que é a lista de candidatos escolhidos para disputar o pleito.***

O período a ser apresentado corresponde às eleições ocorridas em 2000 e 2004, portanto as duas últimas eleições municipais. A pesquisa tratou de um período *a posteriori*, que já transcorreu, o que inviabilizou uma observação *em lócus* de toda a movimentação partidária, as convenções, o jogo político. Na realidade é importante considerar que o processo de seleção é um jogo de bastidor político-partidário. Envolve discussões, planejamento e estratégias que se restringem àqueles que controlam as zonas de incerteza. Por isso qualquer indivíduo estranho ou alheio ao círculo de confiança das lideranças partidárias dificilmente teria acesso a decisivas reuniões ou documentação oficial. Talvez no máximo o acesso fosse permitido nas convenções para votação e/ou ratificação dos nomes já pré-selecionados.

Para a reconstituição do *período histórico que antecede as duas eleições*, quando os partidos estavam recrutando e viabilizavam candidaturas, utilizamos a entrevista como fonte principal. O recurso da **narrativa oral** nesta pesquisa foi imprescindível por três motivos: como forma de demonstração da riqueza de detalhes e da conservação dos dados; porque grande parte do jogo político que envolveu o processo de seleção não aparece documentada, legitimando o relato daqueles que vivenciaram as reuniões, conselhos e

articulações; e porque as eleições analisadas já ocorreram, impossibilitando qualquer *tentativa* de observação participante.

*“a narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito, diante do qual se encontra um estudioso e que, ao ser fabricado, não seguiu forçosamente as injunções do pesquisador: o cientista social interroga uma enorme série de escritos, contemporâneos ou não, que constituem a fonte de dados em que se apóia o seu trabalho”* (QUEIROZ, 1983 in OLIVEIRA, 1998).

Para cada partido, além do depoimento de atores chaves no processo de seleção nas duas diferentes eleições, foi solicitado<sup>63</sup> qualquer documentação que pudesse dar apoio aos relatos obtidos, no caso alguma ata, minuta ou foto de qualquer reunião de diretório ou executiva quando em atividades envolvendo o recrutamento de candidatos. Os partidos disponibilizaram a cópia da lista dos membros do diretório, da executiva e as atas das Convenções de lançamento das candidaturas. Nenhum dos dois partidos disponibilizou qualquer documentação formal deste período específico, sob a justificativa de não possuírem este tipo de documentação, uma vez que o procedimento de escolha dos candidatos é feito de *maneira informal*, às portas fechadas, somente sendo registrado o momento de ratificação das candidaturas.

Como ferramenta para entendermos com maior profundidade todo o processo de escolha de candidatos, foi preciso também fazer um diagnóstico da lista de candidatos selecionados por cada um dos partidos. Para isso, adotamos as categorias de análise utilizadas por NORRIS (1995) que se distinguem entre modelo de suprimento e demanda. A autora aponta que o processo de seleção envolve o suprimento daqueles que querem disputar ou permanecer na Câmara ou a demanda dos ativistas partidários.

No primeiro caso (modelo de suprimento), existe o conceito de que o resultado de qualquer escolha reflete o interesse do indivíduo em prosseguir ou ingressar na carreira. Ambição, vontade política, motivação, são pontos de análise priorizados por este modelo,

---

<sup>63</sup> Solicitação feita ao PSDB para o secretário geral do partido, Júlio Soldado, e no PT diretamente na secretaria do diretório.

existindo assim um interesse maior na figura do indivíduo. Os fatores motivacionais seriam predisposições psicológicas para concorrer, que vêm catalisadas para a ação com uma estrutura de oportunidade.

Estas oportunidades englobariam o segundo ponto, relativo ao modelo de demanda. As escolhas seriam feitas pelas vontades do grupo dominante no partido, pautados nas demandas nascidas das vontades dos eleitores e/ou no critério institucional partidário, baseados na aplicabilidade, habilidades, qualificações e experiências. A estrutura do recrutamento encaixa-se em uma estrutura de oportunidades. A diferença entre os partidos seria fruto também desta estrutura, que contribui para apresentar a fisionomia do partido. Acreditamos com isso que as demandas partidárias *interferem com mais relevância no processo de construção de candidaturas* do que os trabalhos e atuações individuais. O partido enquanto instituição regularia as motivações.

Existe uma transformação significativa de um indivíduo neste cenário institucional, tramitando desde a sua simpatia pelo partido até sua eleição como representante do mesmo.

#### **Votantes → membros → pretendentes → candidatos → eleitos**

A pretensão nasceria mais de incentivos motivacionais, diferentemente do lançamento da candidatura, que é uma situação de visibilidade da influência da instituição partidária. Por isso daremos mais enfoque para o modelo de demanda do que para o modelo de suprimento.

Enquanto um trabalho singular que norteia a construção de diagnósticos e possibilita uma visão ampla do processo e dos resultados que englobam a construção de candidaturas, adotamos as categorias utilizadas por NORRIS (op.cit.) que se dividem em duas frentes:

- Sociológica, analisando as características de **background social** dos candidatos: profissão (ocupação), nível de escolaridade, idade e gênero.
- Política, analisando os **recursos** utilizados pelos partidos como critérios de distinção e opção por alguns candidatos em detrimento de outros. Estes recursos são: expressividade eleitoral (votações em eleições anteriores);

tempo de filiação e atuação na máquina partidária; e por fim o reduto eleitoral.

A utilização das categorias mencionadas possibilitou a realização de uma radiografia do perfil de candidato mais interessante para cada um dos partidos nas duas últimas eleições. A observação do background social dos candidatos permitiu a visualização da composição social da lista. Os recursos, por sua vez, atingem as demandas daquilo que o partido pode buscar em um candidato: chances reais de votação, atuação dentro da organização, tempo de filiação, atendimento aos diferentes redutos eleitorais no município. O peso de cada uma das variáveis vai depender do interesse de cada partido.

#### **4.1 - A seleção no discurso: uma síntese dos critérios formais de escolha dos candidatos do PT e PSDB em âmbito municipal.**

Qualquer partido político no Brasil, segundo o artigo 3º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos<sup>64</sup>, tem assegurada a sua autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento. Ou seja, após adquirir personalidade jurídica na forma de lei civil e posterior registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, o partido reconhece legalmente o regulamento que orienta sua forma de agir organizacionalmente.

Os partidos são autônomos para criarem suas próprias regras sobre o critério de seleção de candidatos. Estas regras devem ter uma conexão legal com a Legislação que é vigente para todos os partidos políticos.

O Estatuto sustenta os critérios formais da organização, inclusive tornando pública sua pré-definição de ações, desde o direcionamento de todo o capital que entra e sai do partido, da eleição de membros em todos os níveis e cargos, da composição dos diretórios até do processo de seleção de candidatos<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Lei nº. 9.096 de 19 de setembro de 1995.

<sup>65</sup> Podemos remeter a DURKHEIM (1998), quando este enxerga que a norma jurídica atua como meio de controle social, estabelecendo sanções e orientações de maior ou menor grau de retributividade. É a sustentação formal para finalidades de controle. No caso dos partidos políticos, a norma jurídica interna que os sustenta objetiva algo diferente, como veremos adiante.

No entanto, a linha que separa a atuação e os rumos tomados pelo partido na prática e aquilo que está prescrito legalmente em seu estatuto é significativa. Seria uma tarefa por demais simplista resumir a atuação política empregada pelo PT e PSDB via descrição deste mesmo procedimento presente em seus cadernos de resoluções. O jogo da seleção é um jogo de bastidor político. Isso significa que acima do que esperávamos encontrar de forma ilustrada e enquadrada no estatuto de ambos os partidos, por trás da cortina partidária existem ações, disputas e preferências que somente pode vir a público na apresentação da lista de candidatos para este mesmo público também selecionar e votar.

O Estatuto do PSDB, quando regulamenta os critérios para a seleção de candidatos, apresenta-se como menos excludente que o PT, exclusão esta resumindo o menor número de pré-condições para sair candidato pelo partido. Na realidade o PSDB não impõe praticamente nenhuma restrição quanto ao perfil de candidato que possa estar pleiteando uma candidatura na sigla. O partido exige a filiação mínima obrigatória de 1 (um) ano antes de qualquer eleição<sup>66</sup>. Outras restrições são de cunho *a posteriori*, ou seja, após a indicação da candidatura do aspirante.

“Art. 153 (...)§3º - O Partido poderá, por decisão da Comissão Executiva correspondente, requerer perante a Justiça Eleitoral, até a data da eleição, o cancelamento de registro do candidato que:

I - venha a ser expulso;

II - incida em ato de infidelidade partidária, apoiando ou fazendo propaganda de candidato a cargo eletivo inscrito por outro partido não escolhido em coligação com o PSDB, ou, de qualquer forma, recomendando o seu nome ao sufrágio do eleitor<sup>67</sup>.

O Estatuto prevê uma autonomia do diretório municipal frente ao diretório estadual quanto o perfil dos candidatos selecionados, o que garante um maior espaço de manobras e estratégias por aqueles que vivem no contexto a ser disputado, escolhendo os mais aptos. Também prevê eleições em caso de dois ou mais candidatos à cargos majoritários e requerimento de aprovação dos selecionados em Convenção Municipal.

Diferentemente do PSDB, o PT impõe um número maior de exigências para aqueles que desejam se candidatar utilizando sua sigla partidária. Prevê à Comissão Executiva ou ao Diretório a abertura e organização do período eleitoral para indicação, impugnação e

---

<sup>66</sup> Inciso 3º do Artigo 14. Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira, publicado pela Comissão Executiva Nacional – PSDB, em maio de 2005.

aprovação de candidaturas às eleições proporcionais e majoritárias, devendo ser respeitado o calendário nacional estabelecido pelo Diretório Nacional. Além disso, além do quesito legal mínimo de 1 (um) ano de filiação prévia as eleições<sup>68</sup>, para ser candidato pelo partido é necessário preencher pré-requisitos como estar em dia com a tesouraria e assinar em cartório o “compromisso partidário do candidato petista”. BRAGA (2006) aponta que este documento propõe algumas regras de controle dos dirigentes do partido sob a candidatura, tais como a contribuição financeira com o partido, a obrigação da veiculação da sigla partidária no material de campanha e a restrição do financiamento de campanha, reforçando o caráter partidário do mandato. O partido exige, como consta no item A do artigo 129, que o exame das candidaturas a vereador deve ser precedido de assinaturas<sup>69</sup> legitimando tal indicado, o que afunila ainda mais as chances de pessoas pouco influentes dentro do partido estarem almejando ingressar na disputa.

O PSDB figura, frente à análise de seus documentos, como um partido mais aberto a possibilidade de *outsiders* que estão a par do contexto e arranjos organizacionais de dentro do partido saírem candidatos. Essa estratégia do partido conflui com a lógica empregada em São Carlos na busca por renovar os quadros visando aumentar o potencial eleitoral do partido na busca pelo controle do poder político na cidade. O PT consegue a junção de lançar candidatos eleitoralmente viáveis que ao mesmo tempo possuem militância e influência organizacional. Como veremos no próximo tópico, praticamente são os mesmos que entram na disputa com chances reais pelo partido nas últimas duas eleições.

Estruturalmente, o PSDB em São Carlos é composto pelo diretório municipal, cujas competências, dentre outras, são a de deliberar sobre propostas de sanções a serem aplicadas aos filiados, traçar a linha político-parlamentar dos representantes do partido na Câmara e aprovar as eleições de prévias para cargos majoritários. O diretório assim tem o papel de eleger a Comissão Executiva, cujo mandato é de dois anos e integra-se de sete membros efetivos e quatro suplentes<sup>70</sup>. Dentre suas principais funções, a Comissão executiva é encarregada de dirigir as atividades do partido, executando as deliberações das

---

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> Legislação Partidária - Lei nº 9096/95 art. 18.

<sup>69</sup> Assinaturas estas que pode ser oriundas de três membros do diretório municipal, de um núcleo ou diretório zonal registrado na direção municipal ou de 2,5% de filiados presentes do último encontro realizado no município.

Convenções, bem como decidir sobre propostas de filiações e convocar as reuniões do Diretório e Convenção Municipal.

Toda essa estrutura em muito na aparência mostra-se articulada, uma vez que as atividades do partido não são cotidianas, com atividades semi-sazonais, principalmente frente a decisões de caráter orçamentário e eleitoral (ROMA, 1997). O partido não possui sede própria na cidade, e praticamente todos os documentos ficam sob o encargo do secretário geral<sup>71</sup> e no escritório de Waldomiro Bueno<sup>72</sup>. A natureza de participação dos membros ainda é debilitada, contando sempre com um número limitado de pessoas participantes<sup>73</sup>. Mais recentemente o partido buscou reativar algumas atividades partidárias, com o objetivo de enraizar-se institucionalmente na cidade, dando mais espaço para a Juventude do Partido, sinalizando inclusive uma indicação de candidatura para as eleições municipais de 2008<sup>74</sup>, bem como fazendo periodicamente campanhas de filiação, tal como ocorreu na segunda semana de abril de 2007.

Tal como um partido de quadros, a construção das listas para os cargos proporcionais no PSDB é feita de forma centrífuga, sem qualquer forma de consulta aos militantes. São nomeados delegados que assim encarregam-se de fechar a chapa, tecendo estratégias de disputa e optando pelos mais viáveis eleitoralmente. A participação neste processo é estritamente fechada, somente tendo acesso aqueles que controlam as zonas de incerteza do partido, ou seja, alguns membros da Comissão Executiva mais o presidente do partido.

Paulatinamente o partido vem buscando atrelar-se a uma imagem de representante também do setor empresarial, com a intermediação de Paulo Altomani, possibilitando assim a chamada “consulta indireta” a pessoas ligadas ao meio empresarial, refletindo assim na

---

<sup>70</sup> Compostos pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, dois vogais e o líder da bancada na Câmara.

<sup>71</sup> Atualmente o secretário é Julio Soldado, que trabalha no gabinete do vereador Mazola (eleito para a gestão 2004-2008) e é assessor direto de Paulo Altomani, presidente do partido na cidade.

<sup>72</sup> Waldomiro foi presidente do partido em quatro gestões e atualmente é membro da executiva.

<sup>73</sup> Várias pessoas entrevistadas que estão ou estiveram ligadas ao PSDB rechaçam esta afirmação contida em ROMA (op.cit.), dentre elas o ex-vereador pelo partido José Pinheiro, a delegada Célia Chinaglia, Waldomiro Bueno, dentre outros.

<sup>74</sup> O indicado pela Juventude é o secretário para assuntos jurídicos, Augusto Falvel. Segundo o atual presidente da Juventude Tucana na cidade, essa opção por Favel deve-se ao fato do mesmo atender tanto a parte eleitoral, pela boa visibilidade construída com atuações nos meios de comunicação, ações e trabalhos com deficientes visuais, como pela parte ideológica, pelo tempo de filiação no partido e atuação na Juventude.

composição profissional dos candidatos nas duas últimas eleições, em sua maioria profissionais liberais e empresários.

O PT possui uma estrutura interna composta pelo Diretório Municipal<sup>75</sup>, pela Comissão Executiva Municipal e pelos núcleos de base<sup>76</sup>. Ao contrário da maioria dos partidos na cidade e além do número mínimo previsto no Estatuto do PT<sup>77</sup>, a Executiva realiza reuniões geralmente semanais, na própria sede do partido no município, enquanto que a reunião do Diretório é mensal. A escolha dos membros da Executiva fica a par do Diretório, também encarregado, dentre outras funções, de estabelecer as diretrizes para a atuação dos vereadores na Câmara. Mesmo possuindo estatutariamente maiores incumbências e tarefas pré-definidas, em São Carlos, o Diretório age em conjunto com a Executiva, em uma atuação decisiva em assuntos relacionados a promoção de campanhas de filiação partidária e alistamento eleitoral. A composição da lista de candidatos envolve não somente algumas lideranças do Diretório, mas decisivamente os membros que atuam na Executiva.

#### **4.2 - A busca por evidência: o contexto das eleições no ano 2000 na cidade de São Carlos**

As eleições municipais realizadas no ano 2000 evidenciam um crescimento de forças políticas que até então eram inexpressivas eleitoralmente na cidade. Os redutos de influência política concentravam-se sob o controle de estruturas personalistas, cujas ações limitavam qualquer possibilidade de institucionalização da disputa político-partidária.

Por sua vez a ascensão do PT na cidade, em consonância com uma quase polarização da disputa partidária com o PSDB, foi relatada pelos mais recentes estudos como uma via de mão única rumo a um fortalecimento da disputa envolvendo com maior veemência atores partidários do que políticos personalistas.

---

<sup>75</sup> O partido, diferentemente do PSDB, possui sede própria, localizada na Rua Alexandrina, próximo às instalações da sede do Orçamento Participativo.

<sup>76</sup> São quatro os núcleos de base: Cidade Aracy, Santa Eudóxia, Santa Felícia e UFSCar.

<sup>77</sup> O Art. 76 prevê reuniões ordinárias e mensais, sem a necessidade de convocação, em dia, hora e local previamente estabelecido.

*“a vitória deste partido (PT) em São Carlos não deixa de ser um evento sui generis, se levarmos em conta que, durante praticamente toda sua história, São Carlos tenha sido uma cidade com claras tendências à direita” (GERALDI, 2005).*

Ambos os partidos nas duas últimas eleições, principalmente em 2004, quando a disputa estava mais consolidada e de confronto polarizado, de certa forma adotaram estratégias racionais com fins de se atingir objetivos ótimos. Resumindo, os dois partidos visavam ganhar as eleições e consolidar-se como força partidária na cidade e no caso do PT, após a conquista da prefeitura em 2000, acrescenta-se a implementação de políticas públicas visando maior participação da comunidade<sup>78</sup>.

Nas eleições de 2000, o PT compôs uma chapa com 21 candidatos (sendo 19 deferidos) e o PSDB lançou uma chapa com 31 candidatos (sendo 29 deferidos). Até então tinha sido a maior chapa composta pelo Partido dos Trabalhadores, mesmo que bastante distante do limite máximo possível de candidatos a serem lançados (41). Inclusive isso foi destaque na coluna política do jornal mais expressivo da cidade, Primeira Página.

*“O PT parece que finalmente aprendeu a lição, ao invés da chapa com poucos candidatos que costuma lançar, terá 21 candidatos a vereador. Ainda está longe do limite de 41, mas bem acima da média do número de candidatos que o partido costuma lançar”<sup>79</sup>.*

A dificuldade em preencher a lista de candidatos com o número máximo permitido foi uma característica que perdurou no PSDB e principalmente no PT até as eleições de 2000.

A oferta de vagas no PSDB era maior do que a demanda daqueles membros que efetivamente o partido conseguia recrutar. Por isso que um ano antes da eleição ocorreu uma intensa procura, por parte das lideranças do partido, por candidatos potenciais. As

---

<sup>78</sup> Vide exemplo a implantação do Orçamento Participativo em 2001, proporcionando um maior gerenciamento da verba pública pela própria população. Este programa insere-se no modelo de gestão pública discutido pelo PT e que paulatinamente vem sendo implementando nas administrações locais sob sua área de influência. Mais detalhes do OP em São Carlos ver JÚNIOR (2005).

atividades do partido, restrita aos períodos eleitorais, eram reativadas de forma a selecionar, filiar e inserir na chapa os futuros candidatos.

O PT enfrentava um outro tipo de dificuldade para recrutar candidatas. Segundo o relato de alguns membros do partido, existia o receio por parte de pessoas que trabalhavam nas fábricas e indústrias da cidade em saírem candidatas pelo partido, pois este ainda era visto como um partido radical, ligado aos sindicatos.

*“Existia um lobby das empresas locais pressionando aqueles que almejassem sair candidatas pelo PT. Isso ocorria porque o partido sempre esteve ao lado dos sindicatos operários quando existia a necessidade de reivindicação por melhores salários. Sair candidato pelo PT significava estar correndo o risco de perder o emprego”<sup>80</sup>.*

*“Ser do PT até 2000 significava ser radical, estar junto da luta proletária. Por isso muitos não queriam sair conosco na luta, concorrer como candidato, pedir votos para o partido nas eleições”<sup>81</sup>.*

Não ocorreram prévias para as eleições de 2000 tanto no PSDB como no PT. Inicialmente aquele indivíduo que almejava sair candidato ou conversava com lideranças propondo seu nome ou ia ao diretório e se disponibilizava (no caso do PT). No entanto, a maioria dos candidatos eram “garimpados” por lideranças partidárias.

Essa dificuldade de ambos os partidos em encontrar pessoas que topassem sair candidatas era alimentada por outro fator: a falta de dinheiro para investir em campanha. Uma campanha política envolve a utilização de materiais de divulgação que possuem um custo. Por isso muitas pessoas deixam de concorrer em detrimento da falta de recursos para bancar a campanha.

---

<sup>79</sup> Fonte: Coluna Alexandre Gomes, do Jornal Primeira Página, de 20 de junho de 2000.

<sup>80</sup> Trecho da entrevista concedida por José Edie Camelo, candidato a vereador pelo PT em 2000.

<sup>81</sup> Trecho da entrevista concedida por Landerson “Batata”, candidato a vereador pelo PT em 2000.

*“Eu gastei 24 reais do meu bolso. O resto o partido ajudava, fornecendo material impresso e tempo na televisão. Mesmo assim era muito pouco, se comparado com outros adversários que conseguiam apoio financeiro de empresários, políticos, etc”<sup>82</sup>.*

*“São altas as chances de se obter uma boa votação com bastante publicidade. E publicidade custa dinheiro, e nem todo mundo tem dinheiro sobrando para investir em campanha política”<sup>83</sup>.*

No entanto, é difícil afirmarmos com precisão a forma como os candidatos patrocinam suas campanhas e como os partidos em questão destinam seus recursos para os candidatos. O que podemos afirmar é que uma eleição pode ser pouco atrativa para aqueles que não possuem recursos financeiros para sustentar seus gastos com campanha<sup>84</sup>.

Naquele ano, o edital para a realização das convenções municipais precisava ser publicado dez dias antes do encerramento das inscrições. O PT realiza sua convenção municipal no dia 18 de junho<sup>85</sup>, homologando a candidatura de Newton Lima, professor da Universidade Federal de São Carlos, para concorrer ao cargo de prefeito. Newton concorrera em 1998 como vice-governador na chapa de Marta Suplicy ao governo do Estado e era uma figura bastante influente no partido, ocupando inclusive na época a presidência do partido<sup>86</sup>.

O partido buscou em 2000 expandir seus tentáculos na cidade procurando colocar em evidência para a população o nome do partido. Uma estratégia interessante foi o movimento “o PT fala com você”. Durante quase três meses diversos militantes do partido percorreram praticamente todos os bairros, de casa em casa, conversando com os moradores, buscando saber quais eram os principais problemas que aquela determinada região ou comunidade estava enfrentando (sociais, infra-estrutura, saneamento, etc.). Esta

---

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Trecho da entrevista concedida por Dorival Mazola, vereador eleito pelo PSDB em 2004.

<sup>84</sup> RODRIGUES (2006) salienta a dificuldade em encontrar trabalhos relativos a questão financeira dos partidos. Como ele mesmo afirma: “*Há alguns aspectos da vida pública que os políticos não gostam que sejam públicos: custos de campanha, recursos não contabilizados, contabilidade partidária e, igualmente, patrimônios pessoais acumulados durante o tempo de atividade política. São questões que sequer devem ser mencionadas*” (pág.09).

<sup>85</sup> A Convenção foi realizada na Câmara Municipal.

iniciativa ajudou o partido no *objetivo aparente* da mesma, que era conhecer os problemas principais de cada bairro, para que quando assumisse o governo tivessem possibilidades de estarem sanando os mesmos. Digo objetivo aparente porque a iniciativa também possibilitou o partido divulgar sua legenda, apresentar seus candidatos (que também participaram do corpo a corpo, inclusive o então candidato a prefeito) e fazer campanha.

Internamente o partido sofria um desgaste por conta dos conflitos entre grupos rivais<sup>87</sup>. A dinâmica da seleção no PT também envolvia a questão de lidar com os grupos que buscavam espaço dentro do partido, cada qual querendo ter representação na lista de candidatos. A idéia central propagada nas reuniões do diretório era utilizar o candidato como instrumento para fortalecer a legenda. Em 2000 não houve tanto desgaste no período de construção da lista de candidatos por conta da grande oferta de vagas frente a pouca demanda de pessoas disponíveis para entrar na disputa. A ratificação da candidatura era precedida da disponibilidade do pretendente em estar se comprometendo a divulgar a legenda, como forma de fortalecer a campanha para o executivo.

DUVERGER (1980) salienta que uma característica dos partidos de massa é promover a educação política não somente dos seus militantes e adeptos, mas também daqueles que concorrerão a um cargo público. Os candidatos a vereador recrutados pelo PT de São Carlos receberam uma espécie de treinamento em âmbito regional sobre as funções e como exercer o cargo preterido<sup>88</sup>. Este curso de preparação para vereadores foi promovido pela secretaria estadual de formação política e faz parte da cartilha do partido de promover cursos preparatórios para futuros candidatos<sup>89</sup>.

O recrutamento de candidatos no PSDB para as eleições em 2000 girou em torno de dois prismas: a disponibilidade de alguns membros do partido para aceitar entrar na disputa e a iniciativa dos líderes tucanos, Paulo Altomani e Waldomiro Bueno, em pessoalmente convidar pessoas que poderiam ser candidatos com chances de angariar votos para a legenda. Dos candidatos a vereador entrevistados que foram lançados pelo PSDB em 2000

---

<sup>86</sup> Em 1996 a candidata pelo partido fora Silvana Donatti, que obtendo uma expressiva votação, foi encarregada pelo partido de sair candidata a vereadora em 2000 para fortalecer a chapa e “puxar” votos.

<sup>87</sup> Os radicais, liderados por Julieta Lui e os chamados grupos Majoritários, liderados por Newton Lima, Lineu Navarro, Géria Montanari e Silvana Donatti. Para mais detalhes dos conflitos internos no PT desde a sua fundação, ver o capítulo anterior.

<sup>88</sup> Informação fornecida pelo diretório do partido na cidade, e reiterada por Danilo Moraes, presidente da Juventude do PT regional, e por Marcos Brandão e Landerson Batista, candidatos a vereador nas eleições de 2000.

e 2004, todos confirmaram o contato prévio de Altomani incentivando a inscrição na chapa.

*“Ele (Paulo Altomani) veio pessoalmente aqui na loja perguntar se eu não queria sair candidata. Disse que eu seria uma ótima candidata, porque já vinha fazendo trabalhos comunitários aqui no bairro. Ele enxergou minha popularidade, e colocou isso pra executiva. Me filiei no escritório do Lobbe, e tomei essa decisão porque tinha uma boa relação com Altomani”<sup>90</sup>.*

*“Eu não queria sair candidato, mas Altomani acabou me convencendo, até porque eu tinha uma amizade ele (...) Eu sou muito popular aqui na Vila Prado, e certamente o Altomani sabia que eu podia ajudar com votos a legenda dele”<sup>91</sup>.*

*“O Paulo (Altomani) veio até aqui no meu escritório, assim como ele faz com todos que ele acha que podem ser bons candidatos, e me convidou, isso logo após eu quase ter sido eleito em 1996, quando fui candidato a vereador. Na época eu não aceitei, mas um ano antes das eleições de 2000 ele veio novamente. Disse que informalmente conversava com as pessoas para saber quais os principais nomes dentro de cada bairro. E o meu era o mais citado aqui na Vila Izabel”<sup>92</sup>.*

Alguns membros do partido, em reuniões que ocorriam um ano antes da eleição, decidiam pelas pessoas que seriam convidadas para compor a chapa na disputa ao legislativo. Estes membros em 2000 eram: Paulo Altomani, Waldomiro Bueno, Ney Vilela<sup>93</sup> e Éder Gorni<sup>94</sup>. A movimentação e o recrutamento ocorriam um ano antes da eleição justamente porque um ano era o período mínimo que uma pessoa deveria ter de

---

<sup>89</sup> Mais detalhes ver no site [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)

<sup>90</sup> Trecho da entrevista concedida por Célia Chinaglia, candidata a vereador pelo PSDB em 2004.

<sup>91</sup> Trecho da entrevista concedida por Erondino Rios, candidato a vereador pelo PSDB em 2000.

<sup>92</sup> Trecho da entrevista concedida por Ariovaldo Brigante, candidato a vereador pelo PSDB em 2000.

<sup>93</sup> Membro do diretório e presidente do Instituto Teotônio Vilela.

<sup>94</sup> Membro da Executiva.

filiação em um partido para sair candidata pelo mesmo. Como veremos adiante, muitos candidatos que saíram pelo PSDB filiaram-se ao partido exatamente um ano antes das eleições.

O partido realiza sua Convenção no dia 30 de junho<sup>95</sup>, exatamente no penúltimo dia possível para a inscrição das chapas. O partido esperava ter realizado esta convenção no dia 25 de junho, o que não foi possível em decorrência das dificuldades em preencher a vaga de candidato à vice-prefeito na chapa encabeçada por Paulo Altomani. Vários nomes da antiga base governista vieram a compor a chapa de vereador, o que sem dúvida foi uma estratégia do partido para colocar em destaque nomes com certa visibilidade na cidade. Podemos citar os nomes dos então vereadores Ademir Oliveira e Walceny Bragatto, e de Jurandir Ferrante, que era uma das antigas lideranças do PMDB e filia-se ao PSDB em 1995 para disputar as eleições de 1996 e 2000.

É importante observar que os bastidores das estratégias que envolviam os partidos na cidade não estavam tão presentes nas manchetes dos principais jornais. E mesmo aos olhos de cada partido, existia o receio em expor por demais qualquer tática que pudesse colocar em risco toda uma preparação para a disputa daquele ano. Inclusive porque os jornais destacavam que a grande maioria dos partidos da cidade, os chamados “partidos sazonais”, tiveram seus trabalhos “retomados” na antevéspera das eleições, mais ou menos três meses antes do pleito<sup>96</sup>.

A pouca repercussão nos meios de comunicação desta movimentação partidária pode ser um reflexo da pouca importância que a maioria dos partidos representava na cidade, mas principalmente porque o jogo político que envolve este processo político costuma ser reservado aos bastidores de cada partido. No entanto os jornais continuam sendo um meio informativo importante, principalmente nas publicações que antecedem a inscrição as chapas. Em São Carlos, nas duas últimas eleições, os principais jornais iniciaram suas atividades de publicação de assuntos sobre as eleições quinze a dez dias antes da inscrição das chapas no Cartório, porque é justamente neste período que a maioria dos partidos iniciam suas atividades relativas à eleição.

---

<sup>95</sup> A Convenção fora realizada num reduto tradicional dos tucanos na cidade, o Hotel Indaiá. Na ausência de uma sede do diretório, era prática comum as reuniões da cúpula tucana serem realizadas em hotéis ou na casa de lideranças do partido.

<sup>96</sup> Os partidos citados são: PTB, PMDB, PPS e PFL. Fonte: Jornal 1º Página e jornal A Tribuna, ambos edição de junho de 2004.

Após a apresentação do contexto que envolveu a seleção de candidatos a vereador pelo PT e PSDB para as eleições de 2000, passaremos agora a analisar o resultado deste processo, ou seja, a lista de candidatos selecionados.

A análise do background social dos candidatos a vereador do PT e do PSDB, mostra-se pouco congruente, divergindo nas opções daqueles que seriam os melhores candidatos ao pleito. A primeira diferença reside no primeiro ponto a ser destacado, a *ocupação profissional*. Para NORRIS (op.cit.), a ocupação profissional é o mais importante e complexo background a ser discutido, porque envolve categorias profissionais que podem variar de pesquisa para pesquisa. Optou-se pelas categorias ocupacionais estabelecidas por KERBAUY (2004), já que as mesmas foram apresentadas num trabalho envolvendo o perfil de carreira do vereador.

Observando a tabela abaixo, existem diferenças no perfil profissional do candidato proposto por cada partido<sup>97</sup>. Como já foi dito, a composição de um partido reflete sua faceta enquanto grupo que corresponde a determinados interesses (PANEMBIANCO, op.cit.). No caso dos candidatos, é nítida a diferença entre aqueles que cerram fileiras pelo PT e pelo PSDB. Salientamos que nesta tabela contabilizamos todos os candidatos selecionados pelos partidos, independente do seu deferimento pelo Cartório Eleitoral.

**Tabela XII**

<b>Eleições em São Carlos - ano 2000</b>		
<b>Ocupação dos vereadores por partido</b>		
<b>Profissões</b>	<b>Partido nº e %</b>	
	<b>PT</b>	<b>PSDB</b>
1-Profissionais Liberais	1 = 4.7	9 = 29
2-Empresário na indústria, comércio e serviços	2 = 9.5	5 = 16.1
3-Técnicos administrativos	3 = 14,2	0
4-Funções administrativas de alto nível	0	0
5-Professores	3 = 14.2	4 = 12.9
6-Não-manual de rotina e funções de escritório	3 = 14.2	7 = 22.5
7-Técnicos artistas e serviços de trabalho manual	0	0
8-Trabalhadores Manuais da indústria	2 = 9.5	0
9-Trabalhadores Manuais em serviços gerais	3 = 14.2	3 = 9.6
10-Trabalhador doméstico	0	0
11-Artesãos e artistas	0	0
12-Empresário no setor primário	0	0
13-Trabalhadores rurais	0	0
14-Publicitário, locutores, radialista, jornalista	0	0
15-Funções religiosas	0	0
16-Aposentado	2 = 9.5	0
17-Servidores Públicos	1 = 4.7	1 = 3.2
18-Desempregado	1 = 4.7	0
19-Estudante	0	1 = 3.2
20-Político Profissional	0	1 = 3.2
<b>Total</b>	<b>21 = 100</b>	<b>31 = 100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

Levando-se em conta a porcentagem dos candidatos que se enquadra em uma ocupação, o PT equilibra suas opções entre as profissões categorizadas por RODRIGUES (2002) como relativas às classes populares. Os trabalhadores manuais, somando-se os da indústria e serviços gerais, correspondem a 23.7%, o maior grupo ocupacional no partido. Essa situação sugere que, mesmo restrito durante um longo tempo aos dois *campus* Universitários, e ao vínculo que os sindicatos na cidade tinham com grupos fora do partido<sup>98</sup>, o PT, com o lançamento dessas candidaturas busca aumentar sua representatividade neste segmento na cidade.

Os técnicos e professores também são ocupações que prevalecem neste cenário de escolha partidária no Partido dos Trabalhadores, em detrimento de profissões como

<sup>97</sup> Para mais detalhes ver ANEXO II: A ocupação de cada candidato segundo registro no TSE.

<sup>98</sup> MARRARA (1998) diz que o sindicalismo na época era fora controlado por Cabeça Filho, que fora fundador do MDB em São Carlos, com isso limitando essa aproximação com o Partido dos Trabalhadores.

empresários e profissionais liberais, que somadas não atingem sequer a porcentagem relativa a uma das categorias.

No PSDB prevalece uma opção ocupacional diferenciada com relação ao PT, como é possível visualizar. Quase que 46% dos candidatos são ou profissionais liberais ou empresários. Dentre as profissões liberais, podemos destacar os advogados, engenheiros e médicos. Mesmo tendo um expressivo número de candidatos encaixados na categoria 6 (22.5%), o partido preencheu quase que metade de suas vagas com ocupações não relacionadas com as classes populares. ROMA (op.cit.) aponta que em São Carlos destacam-se na agremiação tucana figuras políticas consideradas como *boss*<sup>99</sup>. Em inglês, *boss* significa “chefe”, “patrão”, e é exatamente essa figura do líder, do empresário moderno, que o PSDB vem buscando se identificar e transparecer para a população. Reflexo disso são as categorias apontadas acima, assim como a figura de Paulo Altomani, que desde 2000 vem buscando transformar a fisionomia do partido.

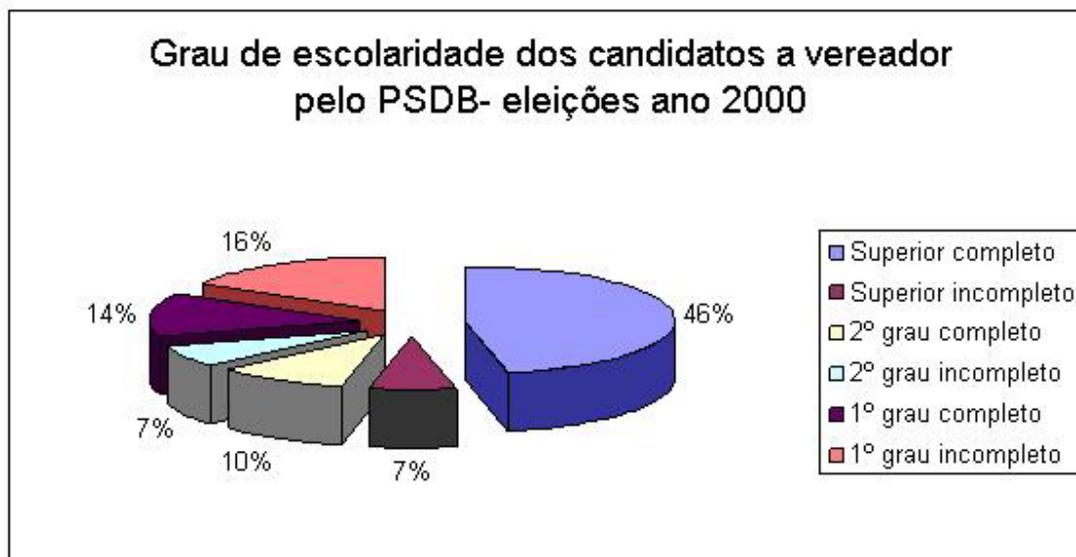
Nota-se que a categoria dos professores equilibra-se no contingente de ambos os partidos (média de 13%). No caso do PT, como apontamos no capítulo anterior, os professores exerceram fundamental importância no processo de fundação do partido na cidade, principalmente àqueles ligados à Universidade Federal de São Carlos.

Outra característica social relevante a ser analisada é o grau de escolaridade dos candidatos. Não somente nas eleições de 2000, mas em 2004, existe uma regularidade quanto a preferências por pessoas mais ou menos instruídas para serem candidatas, dependendo da vontade do partido. Os candidatos do PSDB, até por estarem vinculados à categorias profissionais de empresários e profissionais liberais (principalmente advogados e médicos), possuem maior grau de escolaridade que os candidatos do PT.

---

<sup>99</sup> Este termo o autor extrai de WEBER (1984), cujo significado é um empresário político-capitalista que busca votos eleitorais muitas vezes em benefício próprio. Esse tipo de político, segundo Weber, fornece recursos financeiros ou é quem coleta esses recursos.

**Gráfico II**

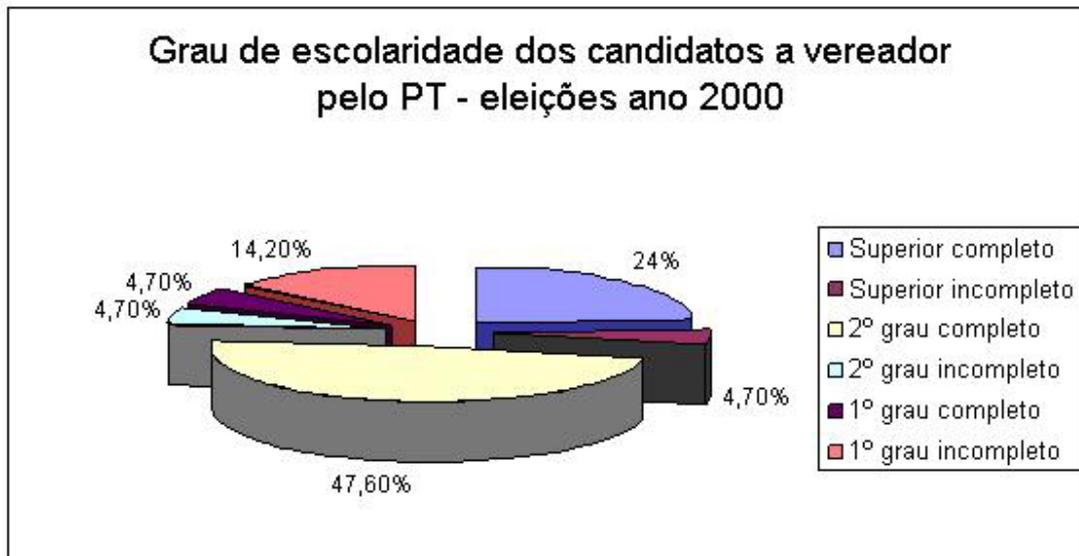


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos.

Dos candidatos que possuem nível superior, os professores e os advogados correspondem à maioria neste grupo. A categoria de pessoas com alto nível de escolaridade cresce em paralelo com o sucesso que os mesmos obtiveram nas eleições. Dos dez candidatos mais votados pelo partido, nada menos que oito tinham nível superior, inclusive os quatro primeiros colocados pelo partido e os únicos dois eleitos<sup>100</sup>.

No Partido dos Trabalhadores, a variável escolaridade é um pouco diferente. Nota-se no quadro que o partido, em comparação com o PSDB, tem sua lista composta por candidatos com menor grau de escolaridade.

Gráfico III



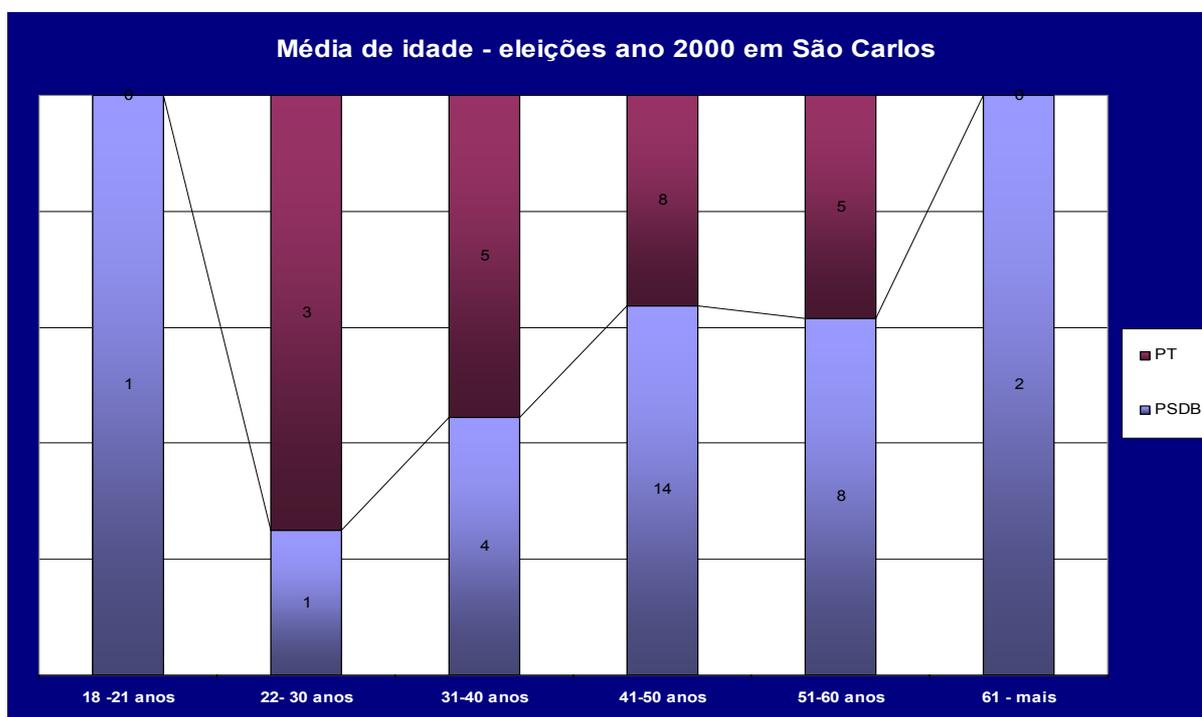
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos.

Cerca de 70% dos candidatos pelo Partido dos Trabalhadores possuíam até o nível médio, diferentemente do PSDB, onde esta porcentagem não ultrapassava os 50% (47% do total). Os candidatos com 2º grau completo são a maioria no PT, o mesmo não ocorrendo com a sua expressividade eleitoral. Dos cinco primeiro colocados em número de votos pela legenda, apenas a 1º colocada (Silvana Donatti) possuía o 2º grau completo. Os outros quatro candidatos, inclusive os outros três eleitos, possuem nível superior.

Se existem divergências de background referentes à ocupação e nível de escolaridade entre os dois partidos, o mesmo não ocorre com relação a idade dos escolhidos para disputa do pleito.

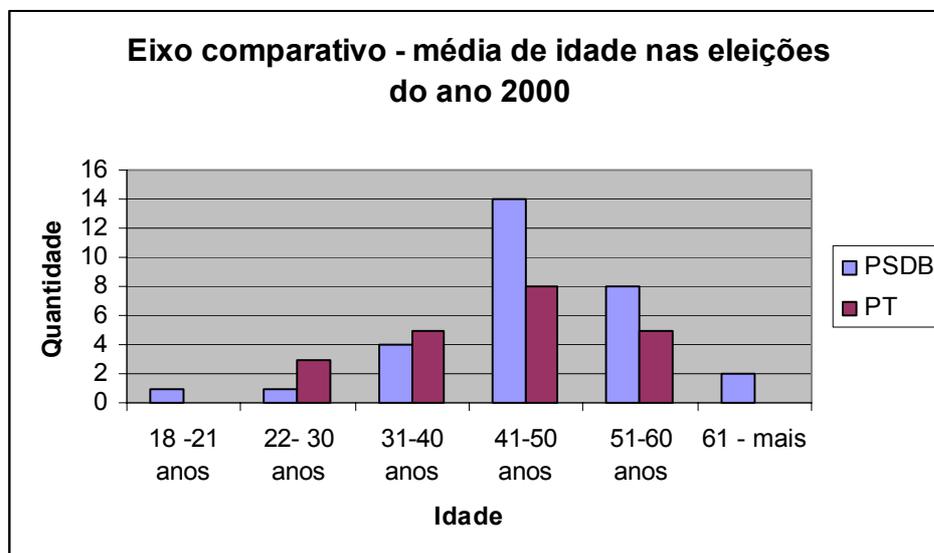
<sup>100</sup> Apenas o 5º e o 7º colocado (Osmair Candido Thomé e Antonio Pires de Almeida), ambos com 455 e 310 votos respectivamente, não possuíam nível superior.

Gráfico IV



São poucos os candidatos lançados que preenchem os extremos do índice de faixa etária. Enquanto o PSDB lança três candidatos nesta situação, o PT não lança nenhum. O primeiro tem a média de idade dos candidatos em torno dos 45,6 anos, enquanto que o segundo 42,8 anos. A grande maioria dos candidatos lançados por ambos os partidos situam-se na faixa de 41-50 anos, faixa etária que supostamente o indivíduo já deve adquirido maturidade e estabilidade, o que lhe garante tempo, disponibilidade e capacidade de decisão maior para ingresso na disputa política. Como defendemos que os candidatos são escolhidos de forma otimizada pelos partidos, a idade também entra como um índice a ser avaliado neste processo. Tal como sugere WEBER (1997), lançar um candidato jovem demais pode ser arriscado, em virtude da sua pouca vivência, popularidade e ainda necessidade de “crescer na vida”, adquirir maturidade e estabilidade, seja ela financeira e social. Assim como lançar alguém com uma idade avançada também pode ser arriscado, uma vez que a disputa política é algo desgastante, exige presença física e disponibilidade quase que integral.

Gráfico V



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos.

Quando apontamos uma “idade média” preferida pelos partidos, ela vai de encontro com a vivência social e maturidade que o indivíduo adquire com o passar do tempo, independente de uma experiência política rica ou da sua presença enquanto *outsider* na disputa.

Por fim, observando a distribuição de candidaturas por gênero, novamente percebe-se uma estratégia de ambos os partidos em suprir tanto as imposições da legislação<sup>101</sup> como atender uma demanda eleitoral.

**Tabela XIII - Distribuição de vagas por gênero – eleições ano 2000 em São Carlos**

Sexo	PT	PSDB
<b>Masculino</b>	85.7%	83.8%
<b>Feminino</b>	14.3%	16.2%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

Na tabela acima constam os dados referentes àqueles que foram selecionados pelo partido, independente da sua homologação no cartório eleitoral. Se levamos em

consideração apenas os *candidatos deferidos*, teremos pelo PT dezesseis candidatos do sexo masculino e três candidatas do sexo feminino, correspondendo a 84.2% e 15.7% respectivamente. No PSDB esses números correspondem a vinte e três candidatos do sexo masculino e cinco candidatas do sexo feminino, que corresponde a 82.1% e 17.8% respectivamente.

Segundo NASSER (2004), em 1995 foi aprovado no Congresso Nacional a Lei de Cotas, que estabelecia um mínimo de 20% de vagas, de cada partido ou coligação, para candidaturas de mulheres aos cargos de eleição proporcional no âmbito municipal. Um ano depois, em 1996, ainda segundo a autora, a legislação determinou uma cota de no mínimo 30% e no máximo 70% para cada um dos sexos, no preenchimento das vagas de candidaturas dos partidos e coligações, aos cargos de eleição proporcional, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Ou seja, independente do sexo, a lei buscava o não prevailecimento de qualquer uma das categorias de gênero.

O PT e o PSDB, a par das cotas exigidas pela lei, apresentaram candidatos em sua grande maioria do gênero masculino, inclusive em porcentagem abaixo do estipulado por lei. Existia uma dificuldade nos dois partidos em estar preenchendo a chapa com o número mínimo de mulheres exigido por lei.

*“Todos os partidos na cidade sentem a dificuldade em compor a chapa com o número mínimo de mulheres exigido por lei. Isso não ocorre só no PSDB, eu percebo que essa dificuldade existe em todos os partidos”<sup>102</sup>.*

As três candidatas lançadas pelo Partido dos Trabalhadores não somente eram figuras influentes dentro do partido como possuíam capital eleitoral expressivo, tendo como reflexo o sucesso nas eleições daquele ano. Dos quatro vereadores eleitos pelo PT, três eram do sexo feminino, sendo que as mesmas obtiveram quase que 60% do total de votos nominais obtidos pelo partido. Esse sucesso e expressividade da candidata mulher no PT não ocorre no seu partido rival. Além de eleger dois candidatos do sexo masculino, dos dez

---

<sup>101</sup> Lei nº 9504, de 30/09/96 artigo 10º.

<sup>102</sup> Trecho da entrevista concedida por Ney Vilela.

candidatos mais bem votados pelo PSDB, apenas o 10º colocado é do sexo feminino (Eliane Mendonça Sartório, com 230 votos válidos).

Ordenar a lista de candidatos observando a legislação vigente também é uma estratégia partidária. O partido pode ter um número de mulheres que esteja de acordo com a legislação, a qual se empenha em nivelar a representação de gênero. No entanto, em uma lista de candidatos existe a distribuição de incentivos seletivos, e no caso das mulheres o que se percebe é a pouca expressividade no âmbito das decisões no núcleo do PSDB, também porque quase todas as candidatas pelo partido em 2000 tinham um tempo de filiação de pouco mais de um ano, que é exatamente o tempo exigido pela lei para filiação prévia em um partido antes de uma disputa eleitoral.

No PT, ao contrário, a expressividade da mulher é mais visível, não somente pelos resultados eleitorais apresentados, mas também pela sua influência no centro de decisões do partido. A participação do gênero feminino nos cargos da executiva municipal é decisiva e como exemplo, podemos citar, a atuação de Mirian Schiel, então primeira candidata pelo PT nas eleições para o executivo municipal em 1992<sup>103</sup>. A presença da então vereadora Silvana Donatti como um dos pilares para a fundação do partido na cidade. A presidência do partido exercida num ano decisivo como 2004 por Géria Montanari, também eleita vereadora em 2000 e reeleita em 2004; e a influência na executiva da atual 1º secretária Fátima Bonjiono, para não citar outros exemplos.

Para MARRARA (1998), muitas mulheres obtêm um espaço na disputa proporcional em São Carlos apenas para cumprir formalidades do jogo político, pois segundo a autora, confessam-se pertencentes ao séquito de seguidores de líderes políticos locais, não tendo militância política anterior nem condições para fazer campanha. Esta afirmação está parcialmente completa porque, como pudemos observar, ao contrário do que ocorre no PSDB, a participação do gênero feminino no PT tanto no controle das zonas de incerteza quanto no potencial eleitoral é elevada.

Diante da exposição das diferenças e semelhanças entre os dois partidos no que concerne ao background de seus candidatos lançados no pleito, trataremos a seguir de observar alguns **recursos** utilizados pelos partidos que solidifica e ampara o que NORRIS (op.cit.) chamou de *discriminação* por parte dos selecionadores. O conceito de

---

<sup>103</sup> Desde 2002 Miriam está filiada ao Partido Verde (PV).

discriminação representa um julgamento das virtudes das características de grupo, ou seja, um candidato interessa mais ao partido em detrimento de outro por motivos próprios destas lideranças. O processo de seleção envolve uma forma de discriminação, e nessa atitude reside a inclinação de um partido para um perfil de candidato a ser apresentado, representando o perfil do próprio partido para o público.

O interesse por algum recurso oriundo do indivíduo motiva o partido a estar optando por ele como uma vitrine do partido. O partido atua exercendo o que ELGIE (1995) denominou de *seleção institucional partidária*, pondo em destaque os que melhor correspondem aos interesses daqueles que controlam as zonas de incerteza. Esse desempenho de atuação do partido revela um tipo de organização com opções específicas, com formas de seleção distintas.

O ingresso na carreira política em geral não é uma tarefa simples. Na esfera municipal supõe-se que o cargo de vereador, por ser em geral o primeiro cargo para a grande maioria dos indivíduos que ingressa na vida política (MIGUEL, 2003), necessariamente não tem como pré-requisito de *expertise* qualquer forma de experiência política. Essa avaliação é bastante relativa e pode variar de partido para partido. Inclusive tem crescido no Brasil a influência das estruturas partidárias na potencialização da obtenção e/ou aumento de credenciais institucionais<sup>104</sup> que possibilitem uma disputa com mais legitimidade e chance. A fidelidade ao partido poderia resultar em maiores chances de concorrer a um cargo eletivo, assim como de obter êxito na eleição (SCHMITT & ARAÚJO, 1997).

Em São Carlos, SÁ (1999) aponta que a renovação nos quadros de políticos eleitos de maneira geral é muito baixo, em igual proporção com relação a chance de ser eleito sem ter disputado eleições anteriores. O número de candidaturas até 1996 pendia sempre em maior número para os *outsiders*, ou seja, os novatos que nunca haviam entrado em uma eleição como candidatos. Por exemplo, em 1992, o número de candidatos novatos era de 75.5% do total de candidatos inscritos. Em 1996 esse número cai para 56.6%, mas não deixa de ser uma quantidade expressiva, tendo em vista a dificuldade em recompor os quadros partidários, além de naquele ano ocorreu a diminuição de oferta de vagas para cada

---

<sup>104</sup> O termo “credenciais institucionais” está em KUSCHNIR (2000) e remete a condições sociais que envolvem o aspirante, como alianças pessoais já estabelecidas em posições de destaque e prestígio, incentivo da legenda e apoio na campanha (ajuda material, principalmente) e um patrimônio de potenciais eleitores.

partido em até 50%, o que obrigou os líderes partidários a buscar novas agremiações para fazer coligação.

Se o número de vereadores novatos inscritos é expressivo, a chance de esse novato obter sucesso é baixa. Das quatro eleições que se sucedem após a abertura para o regime democrático (1982, 1988, 1992 e 1996), apenas em 1992 os candidatos novatos eram maioria na Câmara de Vereadores (38.1%). Em 1996 esse cenário se modifica radicalmente, sendo então eleitos na grande maioria (42.9%) aqueles que já estavam com mais de três candidaturas. O caráter conservador do eleitor de São Carlos, já descrito e enfatizado pelos estudos locais (por exemplo, GERALDI, 2004), não deve ser observado apenas na ótica da escolha de políticos tradicionalistas e populistas. O caráter conservador engloba manter no cargo um político que já possui visibilidade, portanto maior legitimidade frente ao eleitorado, independente de sua posição política.

Os partidos têm ciência deste importante fator enquanto ferramenta de auxílio para angariar votos e vencer eleições. Esta experiência é alimentada também pelo potencial eleitoral destes candidatos, ou seja, ambos os partidos preferem candidatos com experiência em eleições anteriores que tenham sido expressivamente votados.

A primeira variável a analisarmos é a expressividade eleitoral, ou seja, o número de votos obtidos nas eleições de 1996 pelos candidatos que também disputaram as eleições em 2000.

Dos 31 candidatos selecionados pelo PSDB para as eleições de 2000, 32% eram candidatos que já havia disputado as eleições no ano anterior. O partido opta pela renovação, uma vez que a maioria dos candidatos estava em sua primeira candidatura. O que é possível ser observado neste caso é que a opção do partido em estar renovando seu quadro de candidatos tem uma relação direta e estreita com o sucesso eleitoral dos mesmos.

O curioso é que até o ano 2000 a legislação permitia a chamada “candidatura nata”, que possibilitava um candidato que havia concorrido em uma eleição para um cargo proporcional concorrer na eleição seguinte, independente do seu desempenho e a da necessidade de ratificação pelo partido. Como o índice de renovação dos partidos locais (inclusive PT e PSDB) é significativo, fica evidente que foram poucos políticos que utilizaram de fato esse recurso.

Através do quadro abaixo, é possível diagnosticar que a média de votos obtida pelos vereadores que continuaram na disputa na eleição seguinte é superior a daqueles que figuravam no quadro de candidatos apenas em 1996.

**Tabela XIV**

<b>Resultado – eleições 1996</b>	
<b>Candidatos presentes em 1996 que não disputaram as eleições em 2000 pelo PSDB</b>	
<b>Candidato</b>	<b>n° de votos</b>
LUIZ CARLOS BORTOLANI	308
RUI FERREIRA DO NASCIMENTO	75
RUIZ CARLOS CEZARIO	424
WALDEMAR CALAFATI	234
YEDA MARIA DE FIGUEIREDO ANDRADA E SILVA	150
BENEDITO APARECIDO DOS SANTOS	209
CARLOS CICERO NOGUEIRA	454
CELIA MARIA SOARES	57
CLAUDETE APARECIDA ROCHA PENA	135
EDMILSON VICENTINI	199
EQUIMARCILIAS DE SOUZA FREIRE	679 - eleito
ERMELINDA CIPRIANO CAMPANINI	40
FATIMA APARECIDA BIANCHI OLIVEIRA	157
FLAVIO APARECIDO GOMES	199
JOSE ROBERTO ANDRADE PAINO	293
<b>Média</b>	<b>240 votos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

Neste rol de candidatos figura inclusive um que consegue ser eleito e que em 2000 já não estava mais nos quadros de selecionados do partido. A média de votos destes vereadores é de 240 votos, um número considerável dentro da esfera de votos necessários para se obter uma cadeira na Câmara naquelas eleições (cerca de 600, dependendo do coeficiente eleitoral).

**Tabela XV**

<b><u>Resultado – eleições 1996</u></b>	
<b>Candidatos presentes em 1996 selecionados para a disputa em 2000 pelo PSDB</b>	
<b>Candidato</b>	<b>nº de votos</b>
OSWALDO NOCERA	107
WALCINYR BRAGATTO	1378 – eleito
ADEMIR MARTINS DE OLIVEIRA	555 – eleito
ALESSANDRO TADEU SPAZIANI	405
ANTONIO PIRES DE ALMEIDA	438
JOAO CARLOS MORA	311
JOAQUIM ZACARIN	141
JOSE PINHEIRO	550
JURANDIR FERRANTE	448
PAULO CESAR DA SILVA	213
<b>Média</b>	<b>456 votos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

Existem alguns candidatos que em 1996 tiveram uma votação maior do que alguns que concorreram também em 2000. Alguns fatores podem sugerir essa não continuação na disputa nas eleições seguintes pelo PSDB: abandono da vontade de concorrer, disputa e/ou vitória em um cargo mais expressivo, troca de legenda, problemas com o partido e o corpo dirigente (como é o caso do vereador Equimarcilias de Souza Freire, que mesmo saindo vitorioso em 1996, acabou migrando para o PTB fruto de problemas com membros do partido). No PT, dos 13 candidatos selecionados pelo partido em 1996, apenas cinco, que corresponde a 38.4%, disputaram também as eleições em 2000. Nota-se uma situação interessante: os cinco candidatos que disputaram as eleições nos dois pleitos foram os que tiveram a mais expressiva votação do partido em 1996.

**Tabela XVI**

<b><u>Resultado – eleições 1996</u></b>	
<b>Candidatos presentes em 1996 que não disputaram as eleições em 2000 pelo PT</b>	
<b>Candidato</b>	<b>n° de votos</b>
WILSON CAETANO	33
BENEDITO DA SILVA	75
CARLOS DONATO LABADESSA	2
EVANILDA MARIANA DA SILVA	112
HELILDE CLEIRE ALVES GOMES	87
JONAS MODESTO DE ABREU	89
JOSENILDO GOMES DA SILVA	51
FRANCISCO CARLOS DE SALES FLORIDO	55
<b>Média</b>	<b>63 votos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

A média de votos daqueles que disputaram somente em 1996 pelo PT está muito abaixo da média de votos dos que disputaram somente em 1996 pelo PSDB. Entretanto, a média de votos dos candidatos selecionados pelo PT para as eleições em 2000 é quase o dobro da média de votos dos candidatos do PSDB para a mesma disputa.

**Tabela XVII**

<b><u>Resultado – eleições 1996</u></b>	
<b>Candidatos presentes em 1996 selecionados para a disputa em 2000 pelo PT</b>	
<b>Candidatos</b>	<b>n° de votos</b>
GERIA MARIA MONTANARI FRANCO	697
LUIZ ANTONIO NAVARRO MAGALHAES LUZ	911 eleito
JULIETA LUI	1676 eleita
RUBENS SERANTOLA	221
CASIMIRO PASCOAL DA SILVA	707
<b>Média</b>	<b>842 votos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

O PT soube de fato discriminar aqueles que seriam uma opção não tão viável eleitoralmente. E essa restrição está muito mais evidente do que no PSDB em virtude deste partido ter inserido em sua lista de candidatos aspirantes que tinham obtido uma votação abaixo da média dos não selecionados (Oswaldo Nocera e Joaquim Zacarin, como exemplo). Salientamos que em 2000 existia a dificuldade em angariar pessoas disponíveis para preencher a chapa de candidatos. Isto foi um fator chave para os tucanos estar inserindo em sua lista alguns candidatos que não obtiveram votação expressiva.

Uma eleição não se encerra somente nos seus resultados, ao final da apuração. Esses mesmos resultados entram no cálculo racional estratégico do partido visando um maior sucesso nas próximas eleições. A diferença que pode existir está na primordialidade desta atuação como atividade principal e quase que exclusiva de um partido.

Passemos agora a análise da segunda variável: o tempo de filiação ao partido e atuação na máquina partidária. Um partido de massas, segundo DUVERGER (op.cit.), consegue em muitos casos aliar o adepto do partido enquanto substância de ação, não somente nos trabalhos organizacionais do partido, mas também como um agente recrutado para disputar uma eleição. Enquanto o partido de quadros às vésperas da eleição busca candidatos “técnicos” para atrair e manejar os eleitores, o partido de massas privilegia aqueles que possuem maior tempo de filiação e dedicação ao partido.

Existe uma coincidência no PT que permeia a relação entre os mais votados e a figuras expressivas dentro do partido, com um tempo relativamente significativo de filiação prévia as eleições e também com atuação significativa nos bastidores organizacionais do partido.

**Tabela XVIII**

<b>Candidatos selecionados para disputar as eleições em 2000 pelo PT</b>		
	<b>Candidatos</b>	<b>Tempo de filiação em 2000</b>
<b>Disputaram as eleições em 1996</b>	GERIA MARIA MONTANARI FRANCO	8 anos
	LUIZ ANTONIO NAVARRO MAGALHAES LUZ	8 anos
	JULIETA LUI	15 anos
	RUBENS SERANTOLA	14 anos
	CASIMIRO PASCOAL DA SILVA	12 anos
<b>OUTSIDERS</b>	APARECIDO IRENEU BATISTA DE OLIVEIRA	1 ano
	CARLOS PEZ	14 anos
	GILSON DONIZETTI MUNIZ	1 ano
	ISMAEL FELICIANO FERREIRA	1 ano
	ISMAEL FERREIRA	1 ano
	JOSÉ EDIE DE ASSIS CAMELO	7 anos
	LANDERSON AP. BATISTA	1 ano
	LÍDIO FERREIRA FILHO	1 ano
	LUIS ROBERTO PELETERO	8 anos
	MÁRCIO ROGÉRIO BERTUGA	10 anos
	MARCO ANTONIO BRANDÃO	3 anos
	MESSIAS RAMOS RIBEIRO	1 ano
	PEDRO DA ROCHA CARVALHEIRO	1 ano
	ROBERTO CARLOS DOS SANTOS	1 ano
	ROSELEI AP. FRANÇOSO	4 anos
	SILVANA DONATTI	19 anos
	TEREZINHA GOMES DA SILVA	4 anos
<b>Média Geral</b>	<b>6,1 anos</b>	

Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos

A maioria dos candidatos lançados pelo partido possui um tempo de filiação que não corresponde a filiação de véspera, ou seja, aquela feita com um ano de antecedência para cumprir as exigências legais. Muitos destes candidatos podem não fazer parte do grupo

majoritário no partido (no caso os chamados independentes<sup>105</sup>), mas porque atrelaram cacife eleitoral e tempo de filiação, acabaram ingressando na disputa. Julieta Lui é o maior exemplo desta situação. Ela iniciou sua carreira política eletiva em 1988, ao sair candidata pela primeira vez pelo Partido dos Trabalhadores, conseguindo ser a primeira vereadora eleita pelo PT na cidade. Sua filiação no partido se deu em 1985. Até as eleições de 2000, vinha sendo a vereadora mais bem votada pelo partido. Antes de sua expulsão em 2002, era uma das lideranças da linha minoritária e mais radical do partido.

Os candidatos que disputaram as eleições em 1996 e em 2000 foram os mais bem votados e os que tinham o maior tempo de filiação ao partido. A média de tempo de filiação dos que disputaram as duas eleições é de 11,4 anos, maior do que o tempo médio de filiação de todos os candidatos lançados pelo partido (6,1 anos).

*“Para sair candidato, você tem que ter o perfil de candidato, carisma, e tudo isso somado ao incentivo partidário. A máquina partidária, sua influência dentro dela, deve estar atrelada com sua atuação no movimento. Quem faz movimento, que tem atuação expressiva acaba saindo candidato (...) **É uma via de mão dupla, porque existe o interesse do partido em colocar alguém forte, mas que tem que ser atuante dentro do partido.** Em 1983 o partido coloca meu nome para presidente do diretório, justamente pela minha constante e incisiva atuação. O que prevalece é a dedicação”<sup>106</sup>.*

O corpo dirigente do PT tem sido o mesmo daqueles que obtêm maiores chances de vitória eleitoral. Neste caso, os controladores da zona de incerteza do recrutamento que direcionam suas perspectivas em candidatos potenciais. Eles próprios também figuram enquanto candidatos potenciais, a partir do momento que utilizam do seu controle e atuação dentro do partido para obter apoio da militância (sob a alegação de estarem representando ideologicamente a organização, tal como um incentivo coletivo) e ganhar notoriedade e visibilidade perante o eleitorado, através de disputas constantes. Por exemplo, os últimos quatro presidentes do partido foram justamente os políticos eleitoralmente mais bem

---

<sup>105</sup> Podemos citar os nomes de Márcio Rogério Bertuga e Rubens Serantola.

sucedidos pelo partido na cidade (Lineu Navarro, Silvana Donatti, Newton Lima e Géria Montanari).

Pessoas como Casimiro Pascoal, que sempre esteve no corpo dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores na cidade, filiado em 1º de maio de 1988, nascido em São Carlos, sempre obteve resultados expressivos nas eleições que disputou, uma vez que era figura expressiva entre a comunidade São-Carlense. Bacharel em Ciências Sociais, Pascoal fora um dos que enxergou a necessidade do partido criar núcleos de bairros e organizar o movimento operário, temendo, com a institucionalização do partido, uma apatia das atividades de movimento, esta sufocada pela burocratização da atividade partidária. Géria Montanari, que atualmente na gestão 2004-2008 ocupa o cargo de secretária da Educação, foi presidente da ADUFSCAR<sup>107</sup>, participou da direção nacional da ANDES<sup>108</sup>, e se filia ao partido em 1986. Disputa as eleições municipais em 1992, 1996 e 2000, até que consegue se eleger. Em 2004 Géria era presidente do PT na ocasião em que o partido disputava a reeleição como favorito no executivo e a manutenção ou ampliação dos cargos no Legislativo, ou seja, uma situação política favorável. O partido, segundo a autora, era um meio de exercer uma atuação política mais institucionalizada.

*“Mas eu entendi que embora fosse importante eu continuar a trabalhar na questão do movimento sindical, eu achei que era importante me envolver com a vida partidária porque através da atuação partidária eu acredito que é possível provocar mudanças na sociedade com posições políticas mais claras, to num partido, ou eu estou desse lado ou eu estou de outro ! Por estar desse lado, do lado do socialismo, eu ingressei no PT em 1986, eu não fui das fundadoras aqui em São Carlos não, tinha até uma participação nas campanhas eleitorais anteriormente, mas não era filiada. Ai eu pensei que se era pra transformar para além do movimento sindical eu tenho que ir pra vida partidária”<sup>109</sup>.*

---

<sup>106</sup> Entrevista concedida por Lineu Navarro, atual vereador pelo PT e membro da executiva municipal.

<sup>107</sup> Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos

<sup>108</sup> Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

<sup>109</sup> Trecho da entrevista concedida por Géria Montanari Franco – atual secretária da educação do segundo mandato do prefeito Newton Lima – PT.

Lembrando que o tempo de filiação refere-se ao presente no registro do cartório eleitoral de São Carlos em anexo com a ficha de inscrição para as eleições de 2000. Ao subtrairmos em quatro anos o tempo de filiação de cada um dos candidatos descritos, que era a situação dos mesmos na eleição em 1996, veremos que o tempo médio de filiação continua acima da média do tempo de filiação dos candidatos pelo PT que disputaram o pleito apenas em 2000. Existem as exceções, no caso Silvana Donatti, que em 1996 disputou a prefeitura municipal, e José Edie Camelo, Márcio Rogério Bertuga e Luís Petelero, todos fundadores do partido e que pela primeira vez entravam na disputa eleitoral.

No PSDB a situação é um pouco diferente. Os candidatos que concorreram em 1996 e 2000, nesta última já tinham um tempo expressivo de filiação, acima da média dos que concorreram apenas em 2000. Vejamos a tabela abaixo:

**Tabela XIX**

<b>Candidatos selecionados para disputar as eleições em 2000 pelo PSDB</b>		
	<b>Candidatos</b>	<b>Tempo de filiação em 2000</b>
<b>Disputaram as eleições em 1996</b>	OSWALDO NOCERA	5 anos
	WALCINYR BRAGATTO	8 anos
	ADEMIR MARTINS DE OLIVEIRA	5 anos
	ALESSANDRO TADEU SPAZIANI	8 anos
	ANTONIO PIRES DE ALMEIDA	4 anos
	JOAO CARLOS MORA	4 anos
	JOAQUIM ZACARIN	4 anos
	JOSE PINHEIRO	4 anos
	JURANDIR FERRANTE	5 anos
	PAULO CESAR DA SILVA	5 anos
	ANTONIO CARLOS BACARO	2 anos
	ARIOVALDO BRIGANTE	1 ano
	CARLOS AP. ELIAS RIBEIRO	1 ano
	DIRCEU MATHIAS DE AGUIAR	1 ano
	ELIANE SARTÓRIO	1 ano
	ERONDINO RIOS	1 ano
	GUSTAVO CAETANO CUNHA	1 ano

<b>OUTSIDERS</b>	JAI ME BEZERRA DE ARAÚJO	1 ano
	JOÃO ALBERTO MOURA	1 ano
	JOÃO LUIZ VIEIRA DE ALMEIDA	5 anos
	JOÃO OSCAR COMAR	1 ano
	MARCELO DOS SANTOS	1 ano
	MARIA HELENA RODRIGUES	9 anos
	MARTA RITA BRANCO	1 ano
	MAURO AUGUSTO DEMARZO	1 ano
	OSMAIR CANDIDO THOMÉ	1 ano
	RONALDO CESAR CARBONI	1 ano
	SILVIO JOSÉ DA SILVA	1 ano
	SONIA LUCIA TREVIZAN	1 ano
	SONIA MARIA RISSI	1 ano
	ULISSES MENDONÇA CAVALCANTI	1 ano
	<b>Média Geral</b>	<b>2,7 anos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos

O tempo médio de filiação dos candidatos peessedebistas que disputaram as eleições em 1996 e 2000 era de 5 anos, quase o dobro da média geral dos candidatos outsiders (1,6 anos). Esses candidatos “veteranos”, que nas eleições de 2000 o tempo de filiação ao PSDB estava acima da média do partido no período, em 1996 eram praticamente recém chegados. Por isso não podemos afirmar que o PSDB optou por candidatos com um tempo expressivo dentro do partido, ao contrário do PT. No PSDB, os indicadores apontam para a não necessidade de um tempo de militância, o que facilitaria o ingresso e lançamento de um candidato que racionalmente poderia ser estratégico para se obter votos. Por outro lado, no PT as chances de um *outsiders* preencher fileiras no partido são bem menores, em detrimento não somente das restrições estatutárias<sup>110</sup>, mas também da exigência de tempo de filiação. Os resultados eleitorais têm favorecido aqueles com maior tempo de militância e que preenchem as colunas de direção do partido.

A média do tempo de filiação dos candidatos a vereador que disputaram apenas as eleições em 2000 pelo PT não somente é maior do que a média do tempo de filiação dos

<sup>110</sup> Como apontamos no tópico anterior.

outsiders do PSDB em 2000 (5 anos do PT contra 1,6 anos do PSDB), como também é igual a média do tempo de filiação daqueles que disputaram as duas eleições. Tanto que figuras do PSDB que eram expressivas dentro do partido, mas que não obtiveram uma votação convincente, acabaram não entrando no pleito nas eleições seguintes. O caso mais expressivo certamente é o de José Roberto Paino.

Atualmente diretor do sindicato dos metalúrgicos, membro do Diretório Municipal, da Comissão de Ética e Delegado da Convenção Regional, Paino participou na década de 1970 do movimento sindical, tendo o cargo de vereador (que conquistara em 1968) destituído pelos militares. Compunha a legenda do PMDB, mas por achar que o partido estava se tornando por demais fisiológico, migrou para o PSDB no final da década de 1980 por influência de José Luporini (que na época era um dos membros mais influentes do diretório). Sai candidato em 1992 e 1996, não obtendo votação suficiente para se eleger.

Nota-se também que a grande maioria dos candidatos outsiders lançados pelo PSDB em 2000 tinham não mais do que um ano de filiação antes das eleições realizadas em outubro daquele ano. 86% dos candidatos se filiaram ao partido nas vésperas de estourar o prazo legal limite para ingresso em um partido antes de concorrer pelo mesmo, ou seja, entraram no PSDB para disputar as eleições.

*“O esquema é justamente esse: os líderes, faltando pouco mais de um ano pra fechar o tempo limite de filiação, correm atrás dos futuros candidatos, dos mais interessantes eleitoralmente, incentivando a filiação. Pode ver que vários deles não tem mais do que um ano de filiação”<sup>111</sup>*

Destarte, existe um viés neste ponto. O PSDB, desde sua fundação, enfrentou graves conflitos internos, com constantes disputas pelo controle do partido na cidade. Vários nomes do partido, que preenchiam a lista de filiados desde a sua fundação na cidade<sup>112</sup>, acabaram se desligando do mesmo, como forma de protesto por serem contra indicação de apoio do partido a candidatura e incentivo à filiação de Dagnone de Mello ao

---

<sup>111</sup> Trecho da entrevista com Thiago Peixe, filiado ao PSDB e secretário pessoal do vereador Rubens Maciel, do mesmo partido.

<sup>112</sup> Grupo ligado à Azuaite Martins contra o grupo ligado à Waldomiro Bueno de Oliveira, ambos figuras notórias no cenário político local.

PSDB (que acabou não ocorrendo)<sup>113</sup>. Nenhum dos candidatos que concorreram em 1996 figuravam na lista de membros pertencentes à direção do partido aprovada na Convenção Municipal em 1992. Por isso mesmo o partido enfrentou uma espécie de “digressão de composição”, o que dificultou a solidificação de um corpo de militantes passíveis de cerrarem fileiras na disputa eletiva pelo partido, tal como ocorreu no PT.

LOPES (2000) salienta que no PT em São Carlos não existem os chamados caciques políticos, haja visto o controle no partido não ser exercido de forma unilateral, o que o singulariza frente aos outros partidos na cidade. A disputa dentro do partido, segundo o autor, é feita de forma democrática possibilitando o debate. A afirmação *poderia estar plenamente correta*, se não houvesse um adendo nesta questão: não havendo caciques políticos, basicamente seria mais provável que houvesse uma melhor distribuição de incentivos pertinentes ao recrutamento e lançamento de candidaturas. É uma via de mão dupla: o PT para manter sua identidade e não abrir brechas imersões eleitoreiras em seu quadro de candidatos tem que optar por um caráter de seleção mais exclusivo e restritivo. E esta seleção fica a critério justamente das lideranças, dos líderes, que pelo poder de influência no partido conseguem obter espaço não somente para lançar suas candidaturas, como para selecionar aqueles que entrarão na disputa. A escolha dos candidatos pode acarretar em confronto entre os líderes partidários (FLEISCHER, 1993).

*“No partido existem as lideranças que possuem seus seguidores. Tem o grupo do Lineu, o grupo da Géria, o grupo da Silvana, o grupo do Newton, o grupo da Julieta, que foi expulsa, os radicais e os independentes, no qual eu faço parte. A dinâmica da seleção envolve grupos que buscam constantemente mais espaço. Foi pouco turbulento em 2000. Mas bastante complicado em 2004, por conta da redução no número de vagas”<sup>114</sup>.*

O PSDB em São Carlos privilegia em 2000 candidatos que obtiveram um resultado palpável em termos de contribuição de votos para o coeficiente partidário. O PT consegue mesclar uma seleção privilegiando candidatos com maior influência dentro do

---

<sup>113</sup> Alguns poucos membros que saíram do partido acabaram retornando, com a perda de influência interna de Azuaite Martins.

<sup>114</sup> Trecho da entrevista concedida por Marco Brandão, candidato a vereador pelo PT em 2000.

partido que possuem cacife eleitoral. Ambos os partidos agem estrategicamente buscando maximizar os seus ganhos eleitorais. No caso do PT, este propósito é recheado com a possibilidade de trabalhar e motivar candidaturas de indivíduos com mais tempo de militância e potencialmente “bons de voto”, que estejam afinados ideologicamente com o partido, no caso, de acordo com aqueles que controlam as zonas de incerteza.

Por fim, o último recurso a ser analisado é o *reduto eleitoral*. O plano de ação traçado por um partido político ao selecionar seus candidatos depende também do reduto eleitoral que o indivíduo está atrelado. A viabilidade eleitoral e uma maior possibilidade de agregar diferentes setores sociais obrigam os partidos a buscar uma *descentralização da indicação*, cooptando pessoas oriundas de diferentes segmentos sociais<sup>115</sup> e de diferentes regiões espalhadas pela cidade. É difícil imaginar que numa cidade com o porte de São Carlos, um partido restrinja-se a lançar candidatos apenas da parte Leste da cidade, por exemplo, ou imersos na grande maioria em uma única categoria profissional. A heterogeneidade de uma lista de candidatos nasce da diversificação de opções.

*“Os partidos também buscam candidatos de diferentes seguimentos. É interessante você ter, por exemplo, tanto pessoas de bairro como de área de atuação. Funcionário público, mas é professor? Tem que ter professor, mas em certo número porque não podem ser todos os candidatos professores, entendeu?! Então você vê o camarada que vem da cidade Aracy, tem que ter candidato, porque é um bairro muito populoso de São Carlos e popular. Tem também que ter o representante das classes mais abastadas, da classe média, tem que ter tudo, não adianta você querer inventar algo. Quanto mais o partido procurar o eleitor, mais chance ele tem, em mais segmento ele entra”<sup>116</sup>.*

O partido procura o eleitor de acordo com a sua demanda, ou seja, os líderes partidários irão selecionar aquele candidato que possa estar atendendo aos anseios de um

---

<sup>115</sup> Categorias profissionais, movimentos sociais, etc.

determinado bairro ou grupo social. RIPER (1987) diz que uma seleção bem direcionada deve seguir a política básica da descentralização, expandindo os tentáculos do partido para dentro das “fileiras do povo” (pág.135). Isso significa que é mais viável o partido possuir um candidato de um determinado bairro para poder ampliar o seu alcance eleitoral e recrutamento de mão de obra (para trabalhos de campanha e filiação ao partido) naquele bairro.

No rol de candidatos lançados em 2000 pelo PT, apenas duas duplas de candidatos moravam no mesmo bairro ou Vila<sup>117</sup>. Todos os seus candidatos espalham-se pelas diferentes zonas e bairros da cidade. A distribuição é bastante ramificada, inclusive porque apenas três candidatos residem na região central do município<sup>118</sup>. Essa tática reflete a necessidade do partido em estar buscando difundir a legenda, trazendo para suas fileiras representantes das diferentes localidades.

O partido preocupa-se inclusive em ter em suas fileiras líderes comunitários e de bairros, tal como as lideranças dos Loteamentos Habitacionais São Carlos II e III<sup>119</sup>, além de recrutados oriundos da zona Sul, que é a mais carente da cidade<sup>120</sup>. Podemos citar algumas lideranças comunitárias: Márcio Bertuga, residente no Jardim Botafogo, mas bastante influente no bairro Cidade Aracy, onde trabalha no posto de saúde local. Era ligado ao grupo de Julieta Lui. Roselei Aparecido Françoso, residente no Santa Eudóxia, ligado aos metalúrgicos da fábrica da Wolksvagem. Ismael Ferreira, ligado à questão ambientalista (APASC<sup>121</sup>), convidado pessoalmente por Newton Lima para compor a chapa em 2000, em detrimento da sua atuação na Associação de Pais e Mestres do Bairro Jardim João Batista. Roberto Carlos dos Santos, filiado em 1990 no partido, fora pastor na Cidade Aracy. Marco Antonio Brandão, professor bastante conhecido na cidade (ensino médio e curso pré-vestibular), atualmente trabalhando na Fundação Pró-Memória.

No PSDB, assim como ocorre no PT, também os candidatos são oriundos de diferentes regiões da cidade. Apesar de uma alta porcentagem dos candidatos a vereador

---

<sup>116</sup> Trecho da entrevista concedida por Maurício Ortega, vereador pelo PSDB na gestão 2004-2008.

<sup>117</sup> Silvana Donatti e Gilson Muniz, residentes do Jardim Paulista e Ismael Ferreira e Márcio Bertuga, residentes no Jardim Botafogo.

<sup>118</sup> Géria Montanati, residente no Santa Paula, e dois candidatos que não tiveram o pedido referendado (Terezinha Silva e Luis Roberto Petelero).

<sup>119</sup> Lídio da Rocha Filho e Pedro Carvalheiro, respectivamente.

<sup>120</sup> Landerson Batata, residente no Vila Morumbi, Rubens Serantola, residente no Jardim Beatriz, Messias Ribeiro, residente no Jardim Real.

pelo partido residir em bairros não periféricos, principalmente no centro. Nada menos que 31% dos candidatos residiam na região central do município. Mesmo assim, o partido procura cooptar candidatos em regiões importantes que até mesmo o PT não tinha representantes, como a Cidade Aracy II (Osmair Thomé), Boa Vista (Sonia Trevizan) e Vila Prado (Eliane Sartório e Erondino Rios).

No entanto, diferentemente do PT, o PSDB possui em sua lista de candidatos muitos profissionais liberais e empresários. Médicos (João Carlos Mora e João Comar), engenheiros (Ariovaldo Brigante) e advogados<sup>122</sup> (João Moura e Ulisses Cavalcanti) são categorias profissionais não encontradas na lista de candidatos do PT.

É importante percebermos que a heterogeneidade na composição da lista de candidatos de cada partido não existe de forma aleatória e despropositada. Muito pelo contrário. Os candidatos representam a demanda da liderança partidária. Mesmo possuindo diferenças no perfil do candidato recrutado, tanto o PT como o PSDB procurou diversificar as opções de candidatos na lista aberta do partido. Isto é uma forma de não somente atender a demanda do eleitorado, a partir da sua preferência por um perfil de candidato específico, mas também como forma da legenda sair fortalecida com os votos obtidos por cada um presente na lista.

As eleições ocorridas em 2000 apontam para um novo cenário político-partidário na cidade. E neste cenário o PT e o PSDB surgem enquanto agentes em diferentes pontos diferenciados e em alguns até semelhantes frente aos critérios, procedimentos e ações que envolvem a seleção de seus candidatos e o incentivo na construção de candidaturas.

A partir de toda discussão proposta no tópico referente às eleições em 2000, passemos agora a decifrar o contexto que envolve o processo de seleção para a campanha de 2004, de uma forma comparativa, de modo a proporcionar uma progressiva visualização da seleção envolvendo as duas eleições, estas que serão sintetizadas nas considerações finais.

---

<sup>121</sup> Associação de Proteção Ambiental de São Carlos

<sup>122</sup> WEBER (1997) sugere inclusive que a classe do direito seria a mais preparada para a vida política, por possuírem o dom da retórica somado ao conhecimento das leis.

### 4.3 – A rivalidade PT x PSDB: o contexto das eleições no ano de 2004

A mudança no cenário de disputa e a nova configuração política que a cidade enfrentava gradativamente envolviam e influenciavam nas estratégias de ação política dos líderes partidários. Com a PEC 353<sup>123</sup>, reduziu de 21 (vinte e um) para 13 (treze) o número de cadeiras na Câmara Municipal. Este fato caminhou em paralelo com a redução no número de candidatos lançados naquela eleição, já que pela Legislação o número de candidatos total equivale a soma do número de cadeiras em disputa somados a 1/3 deste número multiplicado pelo número de partidos. Cada coligação contaria com uma média de 26 candidatos. Era previsto cerca de 500 candidatos a vereador no total, mas sob efeito da coligação apenas 185 foram homologados pela Justiça Eleitoral.

Em 2004, a redução do teto limite de candidatos a serem lançados por cada partido provocou um fato inédito tanto para o PT como para o PSDB no âmbito do processo de seleção de candidatos. Pela primeira vez ambos os partidos tiveram que “cortar” pretendentes a candidaturas em detrimento da maior oferta de pré-candidatos frente a demanda de vagas na lista de cada partido. Mesmo considerando que tradicionalmente na cidade é alto o índice de renovação dos quadros que disputam as eleições<sup>124</sup>, essa renovação deveria ocorrer atrelada com a possibilidade de deixar de fora um candidato que poderia estar participando da lista caso não houvesse ocorrido a redução.

A título de exemplo, o PSDB e o PT compuseram suas listas em 2004 com 15 e 17 candidatos respectivamente. Uma lista bem menos volumosa se comparada com a composta em 2000, principalmente no PSDB, já que este apresentou em 2000 nada menos que 29 candidatos, enquanto que o PT entrou no pleito com 19<sup>125</sup>.

O PSDB iniciou desde meados de maio do ano anterior a busca de uma aliança com o PMDB, já que neste período, um ano antes da inscrição dos candidatos no Cartório Eleitoral, partidos sazonais e semi-sazonais costumam viabilizar filiações como forma de cumprir o requisito previsto em Lei exigindo do candidato a filiação prévia partidária de um ano. As atividades destes partidos pouco organizados seriam dessa forma *intercaladas*,

---

<sup>123</sup> Mais detalhes ver capítulo 3.

<sup>124</sup> Ver LOPES (2000).

<sup>125</sup> Nos dois casos, estamos fazendo alusão apenas aos candidatos referidos pelo cartório eleitoral.

principalmente nos intervalos que antecedem um ano de inscrição das chapas e quatro meses antes da disputa em outubro.

A aliança com o PMDB naquela ocasião seria fundamental para a ambição principal dos líderes do PSDB, que buscavam contemplar seu objetivo máximo, que era a conquista do mandato de prefeito do seu candidato e maior liderança, Paulo Altomani. O PT havia crescido em demasia na cidade, principalmente nos índices de aprovação popular<sup>126</sup>. O PSDB tinha ciência deste crescimento, e mesmo o PMDB estando em um momento delicado na cidade, desgastado por conta dos resultados eleitorais pouco expressivos em 2000<sup>127</sup>, uma aliança com o PMDB sem sombra de dúvidas fortaleceria a candidatura de Altomani, já que unificaria os votos direcionados para os candidatos do partido também para o candidato tucano. Com essa ambição de apoio partidário somava-se a busca pelo apoio também do PTB, já que este possuía expressividade eleitoral na cidade, pois em 2000 conseguira ser a terceira legenda mais votada. A articulação do PSDB com o PTB poderia ter ficado comprometida, em decorrência do efeito dominó, já que os trabalhistas cogitavam apoiar a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, na campanha de reeleição. A formalização do apoio com o PTB veio com a indicação na chapa para vice de Altomani o nome do trabalhista João Paulo Porto, formalização esta através da Convenção dos tucanos realizada na escola Eugênio Franco no dia 27 de junho.

Segundo o presidente do partido em 2004, Waldomiro Bueno, a seleção dos candidatos a vereador em 2004 foi complicada, em virtude da saída de algumas lideranças do partido, que também eram angariadoras de votos (Ademir de Oliveira e o então vereador Walceny Bragatto<sup>128</sup>), além do fato do número de pessoas querendo se candidatar ser maior do que a oferta de vagas disponíveis. Questionado sobre os critérios que o partido adotou nesta situação ele diz:

---

<sup>126</sup> Fonte: Jornal “A Tribuna” – maio de 2004.

<sup>127</sup> O PMDB consegue eleger dois vereadores, João Muller e Diana Cury, número pouco expressivo pela tradição e força eleitoral que o partido sempre manteve na cidade, além de figurar apenas como a sétima legenda mais votada (com 256 votos, representando 0.26% do total), ficando atrás de partidos como PSDC, PDT e PPB. A razão para este desgaste pode residir no fato da legenda estar por deveras fragmentada na cidade, de ter sido porta voz de má administrações anteriores, além de ter sido abrigo de diversos políticos personalistas, que vinham paulatinamente perdendo influência e representação.

<sup>128</sup> Ambos foram para o PV.

*“No partido a executiva que decide quem serão aqueles que iremos convocar para compor a chapa. Existe uma negociação entre as lideranças, no caso eu, (Paulo) Altomani, Júlio (Soldado), (José Francisco) Pires<sup>129</sup>, Ney Vilela, Lobbe (Neto). A indicação é feita em cima daqueles que tem mais condições de serem candidatos. Em 2004 tivemos que usar alguns critérios: primeiro, priorizamos os que tiveram mais de 500 votos na eleição passada e quem já era vereador. Depois observamos as lideranças de bairro. Mesmo assim tinha mais gente. Acabamos tendo que sortear”.*

Assim como ocorrera em 2000, o responsável por entrar em contato com as pessoas selecionadas pela executiva tucana fora Paulo Altomani. O convite era feito informalmente, geralmente com a visita de Altomani ao preterido, este previamente escolhido pelas lideranças tucanas.

Os critérios utilizados pelo partido para selecionar seus candidatos foram o cacife eleitoral e potencial de divulgação da legenda. No entanto, a diferença entre o processo de seleção nas duas eleições (2000 e 2004) com a adoção destes critérios repousou na necessidade do partido em 2004 ter que “enxugar” sua lista de candidatos, por conta da redução do número de vagas disponíveis. Por isso o convite e a aposta em novas lideranças, algumas inclusive oriundas de outros partidos (Dorival Mazola, ex-vereador pelo PMDB e Maurício Ortega, oriundo do PPS).

A decisão de opções, escolhas, aprovação ou restrição de possíveis nomes para compor a lista de candidatos pelo PSDB ficou a critério exclusivamente de algumas lideranças tucanas, já citadas anteriormente. É uma seleção de gabinete, porque em nenhum momento houve qualquer tentativa de organizar uma consulta aos militantes, uma reunião de diretório aberta aos interessados em participar do processo de escolha e ratificação desses nomes. A legitimidade da escolha das lideranças por este ou aquele candidato repousou na adoção dos critérios de discriminação citados.

O interesse do partido naquele momento era que os candidatos selecionados divulgassem ao máximo a legenda do PSDB em suas campanhas, a fim de fortalecer a candidatura de Altomani à prefeitura. Os incentivos seletivos distribuídos pelo partido

---

<sup>129</sup> Membro do diretório e assessor do deputado Lobbe Neto.

faziam parte desta estratégia. Ser candidato pelo PSDB não representava somente a chance de eleger-se vereador, mas também de conseguir uma secretaria ou cargo na prefeitura caso o prefeito tucano fosse eleito<sup>130</sup>.

O PT em 2004 encarava uma situação inédita até então em sua história na cidade. Pela primeira vez o partido entrava em uma eleição em São Carlos como favorito, tanto na disputa no executivo como no legislativo. Também em âmbito nacional o partido teve um crescimento abrupto de filiados, saltando de 300 mil para cerca de 500 mil<sup>131</sup>. O prefeito Newton Lima vinha obtendo bons índices de aprovação por parte da população de São Carlos, e isso credenciava o partido na obtenção de maior apoio de legendas para fazer uma coligação. Juntamente com o PSDB, disputava o apoio do PMDB, inclusive sugerindo a indicação de um membro deste partido para compor a chapa de vice na disputa pela prefeitura municipal.

O partido realiza sua Convenção no dia 27 de junho, portanto a três dias do encerramento do prazo para inscrição das chapas. A Convenção foi realizada no salão paroquial da igreja São José e foi marcada por bastante discórdia por parte da indicação para a chapa que disputaria a prefeitura. Uma boa parte dos militantes e membros do diretório queria compor uma chapa “puro sangue”, ou seja, tanto o candidato a prefeito como o vice sendo do mesmo partido, cogitando a indicação do nome de José de Andrade, este que era bastante ligado à setores de dentro do partido que não estavam no controle do poder partidário no PT em São Carlos (em sua grande maioria ligados à Articulação, tendência majoritária até então dentro do partido na cidade). Argumentavam que seria um desrespeito às diretrizes ideológicas do partido uma coligação com o PMDB, já que este estaria repleto de figuras conservadoras representantes da política tradicional da cidade.

*“Na Convenção nós lutamos para não haver uma coligação com o PMDB, porque o partido na cidade representa aquilo que demais ela tem de conservador. Na realidade essa coligação foi fruto de uma ordem superior, vindo lá de cima. Como o partido em âmbito nacional estava coligado com o PMDB, era natural que forçassem a*

---

<sup>130</sup> Comentário extraído da entrevista concedida por Ney Vilela.

<sup>131</sup> Fonte: site do Partido dos Trabalhadores – [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br), divulgados também no TSE.

*gente a fazer o mesmo. Queríamos o nome de Zé Andrade, que era militante dentro do partido, nos ajudando em diversas campanhas. Optaram pelo nome de Emerson Leal. Queríamos compor uma chapa puro sangue, porque acreditávamos que o partido poderia vencer as eleições sem essa coligação. O que acabou acontecendo foi que nós ressuscitamos o PMDB, que estava moribundo no cenário político local ”<sup>132</sup>.*

Para as proporcionais, o partido também faz coligação, neste caso com o PC do B e o PDT. Era a primeira coligação proporcional na história do partido na cidade.

A indicação dos candidatos que concorreriam para o cargo de vereador também foi marcada por alguns conflitos internos. Além de entrar como favorito na disputa ao executivo municipal, o PT pela primeira vez tinha um excedente de pré-candidatos dispostos a figurar na lista de candidatos à Câmara Municipal. Assim como no PSDB, o contexto político era bem diferente se comparado com as eleições de 2000.

Primeiro, nas eleições de 2000 o PT entrava com poucas chances de conquistar a prefeitura municipal, além de enfrentar a tradicional dificuldade do partido para compor sua lista de candidatos a vereador (desde 1982 nunca a lista foi preenchida com o número máximo de candidatos permitidos). Em 2004 não mais faltam pretendentes, mas sim vagas para disputa pelo partido.

Segundo, os conflitos internos sempre existiram no PT de São Carlos. No entanto, de forma mais acentuada do que ocorrera em 2000, o processo de seleção envolveu disputas entre os grupos internos, gerando pela primeira vez uma convocação do diretório para ratificação dos nomes propostos pelas lideranças. Em março de 2004, o partido realizou uma plenária no diretório, com o intuito de apresentar e colocar em votação os nomes dos pré-candidatos aprovados por uma espécie de conselho do partido, formado por membros do diretório, vereadores eleitos e o prefeito municipal. Os principais nomes deste conselho eram justamente as maiores lideranças do partido e todos saíram candidatos nas eleições em 2004: o prefeito e candidato a reeleição Newton Lima (encarregado de pessoalmente convidar algumas pessoas para disputar as proporcionais pelo partido), o vereador Lineu

---

<sup>132</sup> Trecho da entrevista concedida por Fátima Bonjiono, atual 1º secretária da Executiva do Partido dos Trabalhadores e fundadora do partido na cidade.

Navarro, Casimiro Paschoal, a vereadora Silvana Donatti e a vereadora Géria Montanari. Segundo Ismael Ferreira, membro do diretório e candidato a vereador nas duas últimas eleições, esta reunião foi marcada por muita discórdia quanto aos critérios que o partido deveria utilizar para selecionar aqueles que disputariam o pleito.

*“A reunião foi pesada, porque tinha uns sessenta nomes possíveis de colocar na lista. Muitos contestavam a coalizão com o PMDB. Muitos acabaram ficando de fora porque não conseguiram uma votação convincente em 2000. O partido acabou optando por renovar a maioria dos nomes e manter aqueles antigos do partido, que tiveram tido um bom resultado na eleição passada”<sup>133</sup>.*

*“Agora em 2004, nós estávamos montando chapa pra 21 vagas. Ai saiu aquela decisão do STF que reduziu pra 13, o que aconteceu, nós estávamos coligados com o PMDB, o PC do B, e o PDT não conseguiria quorum suficiente se não coligasse, então nós nunca tínhamos feito coligação proporcional, mas isso foi de um dia pro outro (redução no número de cadeiras), antes de fecharmos a chapa, tudo muito rápido(...) Nesse momento nós fizemos uma reunião, explicamos pros candidatos, e neste momento se valorizou o tempo de filiação, a representatividade, por exemplo, nós não podíamos deixar dois candidatos de um mesmo bairro saírem e um outro de uma região “descoberta”, então o critério que nós utilizamos, mesmo da militância, do tempo de filiação, a representatividade no movimento, se era ligado à movimento de igreja, etc. Tentamos obter a maior representatividade possível”<sup>134</sup>.*

O próprio Ismael Ferreira não figurava na lista de candidatos apresentada inicialmente na plenária. Seu nome foi inserido posteriormente, assim como de algumas pessoas que não faziam parte do grupo majoritário do partido, mas tinham um tempo

---

<sup>133</sup> Trecho da entrevista concedida por Ismael Ferreira.

<sup>134</sup> Trecho da entrevista concedida por Silvana Donatti, vereadora eleita pelo PT nas eleições de 2000 e 2004 e presidente do diretório na gestão 2004-2006.

expressivo de filiação e eram lideranças comunitárias (Humberto Pietronero<sup>135</sup>, Nereide da Silva<sup>136</sup> e Carlos Alberto Rodrigues<sup>137</sup>). No entanto, apenas oito candidatos que disputaram as eleições em 2000 também disputaram as eleições em 2004, enquanto que nove candidatos era outsiders.

O nome de alguns destes outsiders foram bastante contestados pelos membros partidários, justamente porque não atendiam aos critérios apontados pela executiva e lideranças petistas com relação ao tempo de filiação e militância, justificando a construção da lista. São eles: Emerson Signori, que viera do diretório do PT em Campinas e havia se filiado ao partido à pouco mais de dois anos. E Carlos Alberto Rodrigues, motorista de carga e liderança do bairro Cidade Aracy, que a convite de Newton Lima filia-se ao PT em 2003 justamente para disputar as eleições. Curiosamente no ano seguinte ambos acabaram se desligando do partido e migraram para o PSDB<sup>138</sup>.

Muitos candidatos selecionados pelo partido eram convidados ou notificados desta escolha por intermédio do prefeito Newton Lima. Tal como Paulo Altomani fizera um ano antes das eleições pelo PSDB, a figura de Newton era elementar na atividade do partido de trazer lideranças para a legenda com o intuito de fortalecer a chapa e disputar a eleição.

*“O Newton (Lima) veio até aqui na minha loja e pediu que eu me filiasse ao PT para disputar as próximas eleições (em 2004). Inclusive me ofereceu ajuda financeira. Eu disse pra ele que já tinha me comprometido com o Altomani(...). Os cabeças do partido sempre fazem isso, buscam aquelas pessoas que fazem trabalho na comunidade. Eu sou muito conhecida por aqui pelo meus trabalhos filantrópicos”<sup>139</sup>.*

Uma intensa disputa e articulações entre os partidos marcaram as eleições ocorridas em 2004, na busca pela formação de um time político viável eleitoralmente que disputaria as eleições em 3 de outubro. Essa “dança dos partidos” gerou uma indefinição e

---

<sup>135</sup> Funcionário da UFSCar e membro do SINTUFSCar (Sindicato dos Trabalhadores da UFSCar).

<sup>136</sup> Trabalha na Fundação Pró-Memória e está filiada ao PT desde o dia 05 de junho de 2002.

<sup>137</sup> Funcionário da EMBRAPA e bastante ligado ao grupo de Lineu Navarro.

<sup>138</sup> Informação concedida pela candidata a vereadora pelo PT em 2004 Nereide da Silva, e confirmada pela secretaria do diretório do Partido dos Trabalhadores em São Carlos.

imprevisibilidade, que perdurou até dez dias antes da data limite para lançamento de candidaturas. As Convenções sempre eram marcadas e remarcadas, no intuito de não dar brecha para um partido, mediante a lista de candidatos já registrada por outrem, finalizar uma composição visando articular melhor a distribuição e disputa de votos. Ficou evidente que existia olhares mais apurados do PSDB na composição do PT e vice e versa. Tanto que o PSDB previa sua Convenção para o dia 24 de junho, mas adiou a mesma para o dia 27 de junho, em detrimento do PT ter agendado a realização da sua na mesma data.

A cobertura dos meios de comunicação, mesmo que restrita tão somente aos resultados de bastidores, estava atenta para a movimentação partidária pré-lançamento de candidaturas.

**Figura II**



Matéria publicada no Jornal Primeira Página no dia quatro de julho de 2004

<sup>139</sup> Trecho da entrevista concedida por Célia Chinaglia, candidata pelo PPS em 2000 e pelo PSDB em 2004.

Podemos afirmar que a disputa municipal em 2004 foi uma disputa delicada, uma vez que a PEC 353 obrigou os partidos a cortarem o contingente de candidatos possíveis a serem lançados. Cada peça neste tabuleiro seria fundamental para cada partido como forma de conseguir alcançar o coeficiente eleitoral. Para garantir a presença ou a continuidade na Câmara Municipal, as siglas e coligações precisariam atingir entre 8 e 9 mil votos, um coeficiente acima da média nas eleições em 2000, por exemplo, que fora de 4.799 votos.

Ao final das eleições, como vimos no capítulo anterior, o PT e o PSDB não somente conseguem 40% das cadeiras na Câmara Municipal, como os prefeituráveis de cada partido ocupam o primeiro e segundo lugar na corrida eleitoral (Newton Lima se reelege e Paulo Altomani obtém a segunda maior votação).

Tal como foi feito nas eleições em 2000, trataremos agora de apresentar o perfil de candidatos selecionados e os recursos utilizados por cada um dos partidos na construção da lista de candidatos a vereador para as eleições de 2004. É importante analisarmos o perfil dos candidatos em duas eleições seguidas porque a comparação ajuda a verificar se existe continuidade nos critérios adotados na seleção dos candidatos que compuseram a lista partidária. Se existem diferenças localizadas entre os dois partidos, buscaremos agora observar se estas se propagam em dois pleitos seguidos, assim como se existem diferenças de perfil no mesmo partido em diferentes pleitos.

Observando primeiramente a ocupação dos selecionados, notamos, a exemplo do que ocorre na eleição anterior, que existem nítidas diferenças quanto às categorias profissionais optadas pelos selecionados do PT e do PSDB.

**Tabela XX**

<b>Eleições - ano 2004</b>		
<b>Ocupação dos vereadores por partido</b>		
<b>Profissões</b>	<b>Partido nº e %</b>	
	<b>PT</b>	<b>PSDB</b>
1-Profissionais Liberais	2 = 11.7	4 = 26.6
2-Empresário na indústria, comércio e serviços	0	5 = 33.3
3-Técnicos administrativos	3 = 17.6	0
4-Funções administrativas de alto nível	1 = 5.8	0
5-Professores	4 = 23.5	2 = 13.3
6-Não-manual de rotina e funções de escritório	1 = 5.8	1 = 6.6
7-Técnicos artistas e serviços de trabalho manual	0	0
8-Trabalhadores Manuais da indústria	2 = 11.7	0
9-Trabalhadores Manuais em serviços gerais	1 = 5.8	0
10-Trabalhador doméstico	0	1 = 6.6
11-Artesãos e artistas	0	0
12-Empresário no setor primário	0	0
13-Trabalhadores rurais	0	0
14-Publicitário, locutores, radialista, jornalista	0	0
15-Funções religiosas	0	0
16-Aposentado	0	0
17-Servidores Públicos	3 = 17.6	0
18-Desempregado	0	0
19-Estudante	0	0
20-Político Profissional	0	0
21 - Não declarado	0	2 = 13.3
<b>Total</b>	<b>17= 100</b>	<b>15= 100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

No PSDB ocorre um deslocamento de categoria rumo a uma maior concentração quanto à preferência por candidatos oriundos de profissões liberais e empresários. Juntas essas categorias correspondem a quase 60% de todos os selecionados. Na eleição anterior esse número era de 46%, o que comprova nossa tese de que o partido aos poucos foi buscando, nos moldes de suas principais lideranças, vincular-se com o setor empresarial e com a classe média na cidade. Dos profissionais liberais, os advogados<sup>140</sup> somam metade de todos os profissionais da categoria 1. Soma-se a esta primeira categoria o fato de ocorrer uma diminuição abrupta nos selecionados inseridos na categoria denominadas *populares*: não-manual de rotina e funções de escritório (categoria 6) e trabalhadores manuais em serviços gerais (categoria 9). De 22.5% relativos à eleição anterior, em 2004 os

trabalhadores inseridos nesta categoria 6 representam 6.6%. O partido também não lança nenhum trabalhador manual para a disputa, diferentemente do que ocorre em 2000, quando lança três candidatos (cerca de 10%) imersos nesta categoria.

No PT existe uma concentração maior em termos de distribuição dos candidatos nas categorias profissionais. A exemplo do que ocorre em 2000, o partido insere em sua lista candidatos oriundos de categorias atreladas às classes populares, tais como técnicos (17.6%) e trabalhadores manuais (11.7%). Nota-se que a categoria dos professores corresponde a maioria dos candidatos selecionados pelo partido, em antagonismo com os profissionais liberais e os empresários, que somados correspondem a 11.7% dos selecionados (contra 23.5% só de professores). Destes professores, 50% trabalham com ensino superior enquanto que os outros 50% lecionam no ensino médio. O funcionalismo público aumenta sua participação de membros nas fileiras do partido, já que aumenta em mais de 10% sua representatividade dentro dos selecionados (a segunda maior categoria, em igual proporção que a dos técnicos).

Um fato marcante que merece destaque nesta análise das categorias profissionais diz respeito aos representantes oriundos dos meios de comunicação, como radialistas, apresentadores, repórteres, comunicadores em geral. MIGUEL (2000) salientou que os profissionais ligados à área de comunicação possuem um capital eleitoral frutífero, que nasce da sua proximidade com o cidadão, tendo com veículo justamente os meios de comunicação. Nas eleições tanto em 2000 como em 2004 nem o PT ou o PSDB inserem no seu rol de candidatos pessoas vindas profissionalmente dos meios de comunicação.

A exceção neste caso é o vereador Rubens Maciel. Maciel trabalhou na polícia militar durante trinta anos, e neste período iniciou sua trajetória no meio radialístico. Trabalhara na rádio progresso e posteriormente na rádio clube, com um programa diário de atendimento a população. Seu programa atuava como um porta voz radialístico para pessoas de diversos bairros periféricos que o utilizava para reclamar dos problemas da região e solicitar qualquer espécie de ajuda. Foi através do programa que Maciel ganhou destaque e popularidade, a ponto de pessoas ligadas ao PPS local o convidarem para disputar o pleito para prefeito nas eleições em 2004. Neste caso a carreira política é impulsionada e incentivada por terceiros, que enxergaram em Maciel uma figura

---

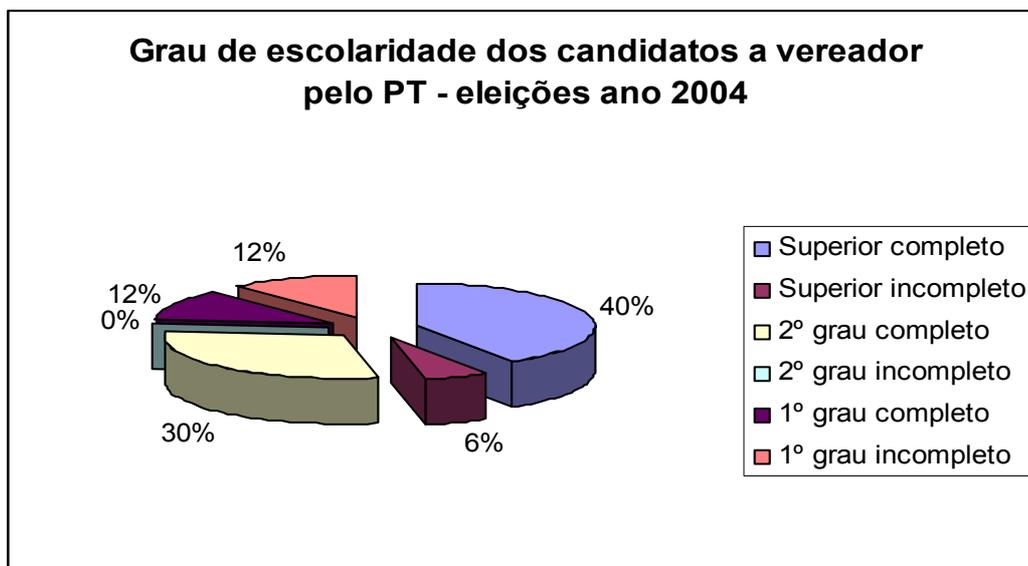
<sup>140</sup> São eles: José Pinheiro e José Pereira dos Reis.

interessante que poderia estar rendendo bons frutos eleitorais. Maciel de elege como o oitavo mais bem votado, recebendo 9.929 votos. De fato ele fora o único eleito, já que todos os outros haviam sido reeleitos. Logo no segundo mês de mandato, Maciel entra em atrito com o presidente do PPS, este que acaba o acusando de plagiar um projeto de sua autoria. Esta divergência resultou na saída compulsória de Maciel do PPS um ano depois, seguido de um convite por parte de Altomani para ingressar nas fileiras do PSDB. Quando questionado sobre a razão de ter escolhido este partido, Maciel diz que era porque o mesmo encabeçava a oposição ao governo “mensaleiro”<sup>141</sup>.

Além dos profissionais da comunicação, foi possível diagnosticar que diversas outras categorias não são preenchidas com nenhum representante, ocorrendo assim a concentração de candidatos escolhidos em não mais que uma média de seis categorias frente as vinte apresentadas nesta pesquisa. Os partidos não somente centralizam suas opções e diferenciam-se nas mesmas, como vem mantendo uma regularidade nesta opção.

Quando observamos a escolaridade dos candidatos selecionados pelo PT e PSDB, notamos que, ao contrário do que ocorre com a ocupação, existe uma tendência de aproximação de ambos no sentido de selecionar candidatos com maior grau de escolaridade.

**Gráfico VI**



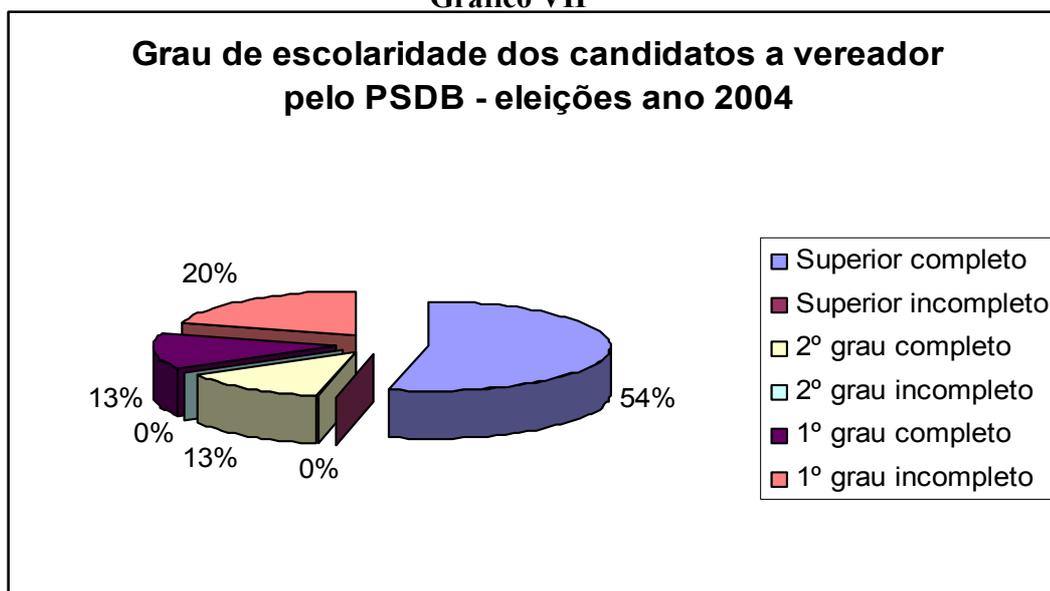
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos.

<sup>141</sup> Referência à crise do mensalão, que esteve no seu ápice em meados de 2005 durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em comparação com a eleição anterior, ocorre um aumento no número de candidatos selecionados pelo partido que possuem nível superior. Se em 2000 este número correspondia a 24% do total, em 2004 essa porcentagem salta para a casa dos 40%, em paralelo com o decréscimo dos que possuem 2º grau completo, que antes correspondia a maioria preenchendo 47.6% da lista e nesta eleição ficam na faixa dos 30%.

O cenário se mantém relativamente mais estável no PSDB quando observamos o grau de escolaridade dos seus candidatos que disputaram o pleito em 2004. O partido mantém um alto índice de escolaridade, inclusive aumentando em 9% o número de candidatos com diploma universitário, em comparação com o ano anterior (54% em 2004 contra 46% em 2000). Este índice prevalece como maioria no partido, tanto que ultrapassa a casa dos 50%, além de ser maior numericamente que a soma de todas as outras categorias juntas (46%), como podemos observar no gráfico abaixo.

**Gráfico VII**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos

Certamente nenhum dos dois partidos adota o critério da escolaridade como pré-condição para o lançamento e incentivo de uma candidatura. Mas a escolaridade está intimamente ligada com a categoria ocupacional, uma vez que uma grande parcela dos

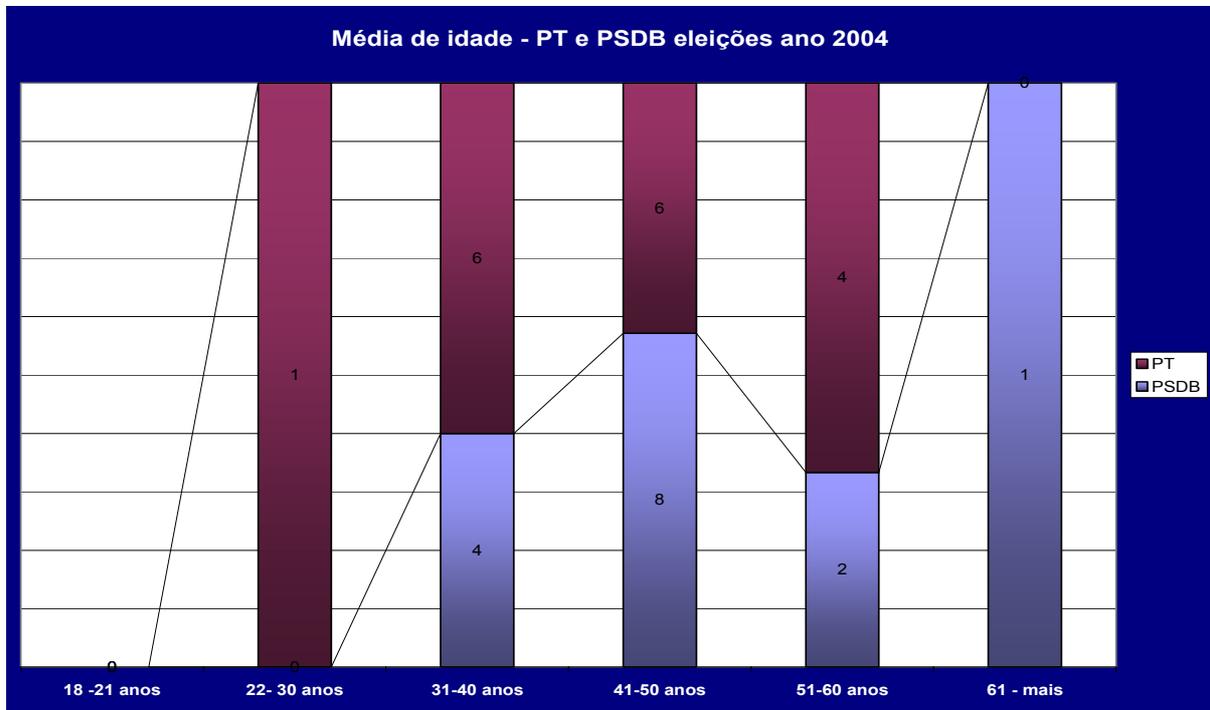
empresários e profissionais liberais do PSDB declarou-se possuidores de diploma, e esse perfil ocupacional vem preenchendo paulatinamente mais espaços no rol de candidatos do partido. Assim, praticamente todos os candidatos lançados pelo PT possuidores de nível superior (com exceção de Roberto Carlos, que é servidor público estadual) trabalham como educadores. O aumento no grau de escolaridade do partido está diretamente relacionado com o aumento no número de professores selecionados. Nisto podemos também apontar uma ligeira redução da presença de trabalhadores manuais e ligados à indústria metalúrgica, que na lista correspondem àqueles detentores de grau de escolaridade até o 2º grau. Lembrando esta tendência está de acordo com as bases do partido em São Carlos, uma vez que o PT nasceu na cidade sob forte influência da categoria dos educadores (oriundos principalmente das duas Universidades públicas da cidade).

Assim como existe a predominância dos candidatos com nível superior completo, estes também obtiveram os melhores resultados eleitorais tanto no PSDB como no PT. No primeiro, dos cinco primeiros colocados, apenas um não possuía diploma universitário, mas o 2º grau completo (Júlio César de Souza, comerciante). No segundo o número dos que não possuem diploma aumenta para dois (Silvana Donatti e Aparecido Evangelista, este montador de máquinas, e ambos com o 2º grau completo).

Não que exista uma relação de causa e efeito entre o grau de escolaridade e o sucesso eleitoral. Muito menos uma relação entre a opção deste ou aquele partido por pessoas mais escolarizadas. O que de fato vem ocorrendo, certamente não de forma proposital, é uma junção entre os maiores detentores de capital eleitoral como sendo na maioria detentores de diploma. Os partidos se interessam pelo primeiro item, já que este sim é um ponto de critério de seleção examinado tanto pelo PSDB como pelo PT<sup>142</sup>.

A estabilidade em alguns perfis de candidatos nas duas eleições é mantida também quando analisamos a idade dos selecionados. A maioria dos candidatos do PSDB está na faixa dos 41 a 50 anos. No PT essa faixa etária divide espaço com candidatos que estão na casa dos 31 a 40 anos.

**Gráfico VIII**

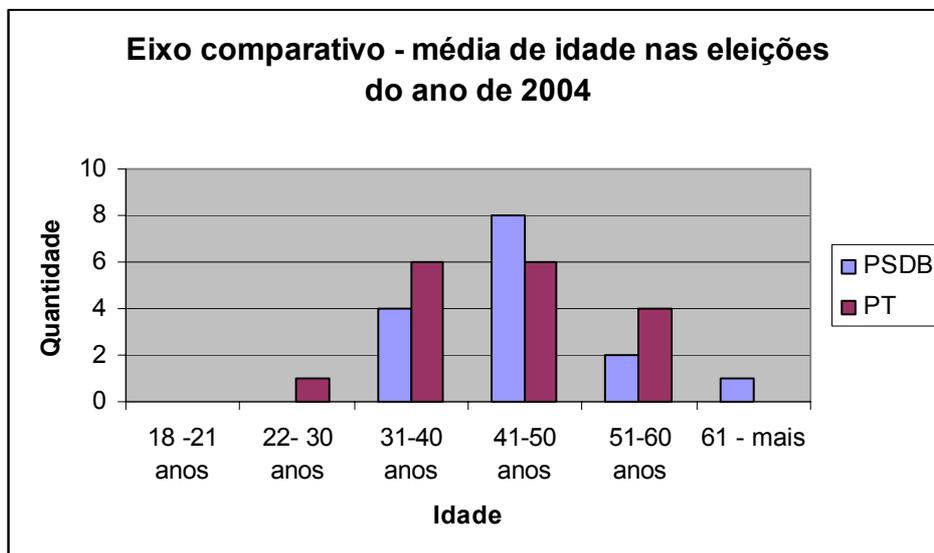


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE.

No eixo acima podemos perceber que existe uma distribuição semelhante quanto a faixa etária dos 31 aos 40 anos e dos 41 aos 50 anos (na primeira 26.6% para o PSDB e 35.2% para o PT e na segunda 53.3% para o PSDB e 35.2% para o PT). Em compensação, em 2004 o PSDB não lança nenhum candidato com menos de 30 anos, assim como não existe na lista do PT ninguém acima dos 61 anos.

<sup>142</sup> Este item merece um melhor respaldo analítico, que será apresentando mais adiante mediante a análise da renovação na lista de candidatos dos dois partidos.

**Gráfico IX**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos.

O cargo de vereador, tal como apresentamos no capítulo II, ainda é a primeira opção para a entrada de *outsiders* na carreira política no Brasil<sup>143</sup>. Cargos mais “altos” costumam ser reservados para elevadas faixas etárias<sup>144</sup>. A última eleição municipal, em âmbito nacional, mostrou que o cargo de vereador também é pleiteado por pessoas de elevadas faixas etárias. Em 2004, de todos os candidatos à vereador deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, nada menos que 92.478 candidatos (representando 71.3% do total) possuíam entre 35 e 59 anos, diante dos 32.050 candidatos menores de 35 anos (entre 18 e 34 anos), representando 21.4% do total. A faixa etária dos candidatos do PT e do PSDB em São Carlos enquadra-se em correlação com esta média nacional, o que elimina qualquer possibilidade de uma estratégia em âmbito local visando candidatos com X idade. Existe uma tendência nacional, e São Carlos não está fora da situação.

Na divisão de candidatos por gênero, existem critérios legais que regularizam esta escalação. Tais critérios de certa forma “forçam” os partidos a não desequilibrarem a balança tendendo para um lado (no caso o masculino). Se em 2000 existia uma grande

<sup>143</sup> Ver o tópico: “O cargo de vereador”.

<sup>144</sup> Tal como aponta LEMOS (2003) analisando a composição social do senado, ou RODRIGUES (2002) em sua análise sobre a Câmara dos Deputados.

lacuna entre o gênero masculino e feminino selecionados no PT e PSDB de São Carlos, em 2004 esta lacuna se ameniza como podemos ver na tabela abaixo.

**Tabela XXII**

**Distribuição de vagas por gênero – eleições ano 2004 em São Carlos**

<b>Sexo</b>	<b>PT</b>	<b>PSDB</b>
<b>Masculino</b>	64.7%	66.6%
<b>Feminino</b>	35.3%	33.4%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

A participação do gênero feminino aumenta praticamente na mesma proporção nos dois partidos. O crescimento médio é de 19.1% em relação a eleição passada, e esse crescimento está relacionado com a obrigatoriedade exigida pela legislação. Como já foi dito, a legislação obriga o mínimo de 30% de distribuição de cadeiras para um ou outro gênero. Interessante notar que é exatamente nesta porcentagem que se encontra a distribuição do gênero feminino, por isso o que existe é *a prioridade em adequar-se a legislação*. No PT, apesar das mulheres preencherem um espaço importante no partido, sob a liderança e atuação de pessoas como Silvana Donatti e Fátima Belém (atual tesoureira da Executiva), o aumento na proporção de mulheres também está ligado com a necessidade de adequar-se a legislação.

Dos dez mais bem votados pelo PT, três são mulheres (inclusive as duas primeiras colocadas). O PSDB ainda encontra dificuldades em preencher sua lista de candidatos com mulheres com expressividade eleitoral, uma vez que dos dez primeiros colocados pelo partido, apenas um era mulher (Célia Chinaglia, 8º mais votada na legenda e 42º na classificação geral). Por isso o partido mantém o histórico de nunca ter conseguido eleger uma vereadora. Soma-se a este ponto o fato do partido possuir poucas mulheres compondo o quadro de lideranças do partido<sup>145</sup>.

---

<sup>145</sup> Analisando a composição do diretório e da executiva do partido, dos 77 membros do diretório, 20 são mulheres, correspondendo a 25,9%. No entanto foi possível observar que a maioria das mulheres que figuram no quadro de membros do diretório possui alguma relação de parentesco com as principais lideranças masculinas do partido. Vide o exemplo de Lílian Lobbe, esposa de Lobbe Neto, Maria Inês Botta, vinculada ao clã de Vicente Botta, Maria Bueno de Oliveira, esposa de Waldomiro Bueno, Roberta Paino, esposa de José Paino, Alice Camargo Altomani, esposa de Paulo Altomani, dentre outros nomes.

As características dos candidatos escolhidos pelo PT e PSDB nas eleições de 2004 evidenciam resultados de opção e cálculo eleitoral. Cada um dos indivíduos que figura como aspirante pelo partido à uma cadeira na Câmara dos Vereadores foi selecionado de modo a trazer algum benefício para o partido. Cada eleição não é um fato isolado, mas interliga-se entre a eleição que já passou e a que está por vir.

Em 2004 os dois partidos optam, assim como ocorrera em 2000, pela renovação. Na realidade esta renovação abrange somente àqueles que não tiveram um desempenho eleitoral satisfatório, uma vez que a credencial que legitima um indivíduo a figurar em duas listas seguidas na maioria dos casos carrega consigo sua informação mais importante: quantos votos ele obteve no pleito anterior. A diferença fundamental entre o PT e o PSDB reside na importância que o primeiro destina aos candidatos com maior tempo e filiação e atuação orgânica dentro do partido.

Esta afirmação se confirma quando analisamos os critérios utilizados pelos partidos para selecionar seus candidatos, partindo da análise de três importantes recursos partidários: a expressividade eleitoral, a partir dos votos obtidos na eleição anterior, o tempo de filiação e o reduto eleitoral.

**Tabela XXII**

<b><u>Resultado – eleições 2000</u></b>	
<b>Candidatos presentes em 2000 que não disputaram as eleições em 2004 pelo PT</b>	
<b>Candidato</b>	<b>nº. de votos</b>
APARECIDO IRENEU BATISTA DE OLIVEIRA	38
CARLOS PEZ	110
GILSON JAMES DONIZETTI MUNIZ	95
JOSÉ EDIE DE ASSIS CAMELO	76
JULIETA LUI	1732 – eleita
LANDERSON APARECIDO BATISTA	150
MÁRCIO ROGÉRIO BERTUGA	214
MARCO ANTONIO LEITE BRANDÃO	96
MESSIAS RAMOS RIBEIRO	57
PEDRO DA ROCHA CARVALHEIRO	6
RUBENS SERANTOLA	187
<b>Média</b>	<b>251 votos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

O Partido dos Trabalhadores disputou a eleição em 2004 com 17 candidatos, com um índice de renovação de 52.9% em relação à eleição anterior, já que deste total, nove eram estreantes enquanto que oito (47.1%) já haviam disputado as eleições no ano anterior. O partido preparava uma lista de 21 candidatos, mas precisou coligar-se na chapa proporcional para não correr risco de não atingir o coeficiente eleitoral (coligação esta feita com o PC do B e o PDT).

Uma das funções de um partido político é excluir, no sentido de interferir legalmente na seleção de candidaturas, optando por aqueles que em um determinado contexto político-eleitoral lhe convenha como sendo a opção mais coerente.

**Tabela XXIII**

<b>Resultado – eleições 2000</b>	
<b>Candidatos presentes em 2000 selecionados para a disputa em 2004 pelo PT</b>	
<b>Candidato</b>	<b>nº de votos</b>
CASIMIRO PASCHOAL DA SILVA	587
GERIA MARIA MONTANARI FRANCO	1198 – eleita
ISMAEL FELICIANO FERREIRA	239
ISMAEL FERREIRA	269
LUIZ ANTONIO NAVARRO MAGALHÃES LUZ	1631 – eleito
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS	92
ROSELEI APARECIDO FRANÇOSO	222
SILVANA DONATTI	3386 – eleita
CASIMIRO PASCHOAL DA SILVA	587
<b>Média</b>	<b>953 votos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

A expressividade eleitoral foi um recurso fundamental nesta situação de escolha e restrições. Como podemos observar a partir das duas tabelas acima, a média de votos obtidos pelos selecionados em duas eleições consecutivas (2000 e 2004) é quase cinco vezes maior do que a média daqueles que somente disputaram em 2000. Assim como os votos obtidos individualmente por cada um destes candidatos escolhidos para disputar os dois pleitos é maior do que os votos obtidos por aqueles que disputaram apenas em 2000. Os líderes petistas utilizaram deste recurso para legitimar a seleção de uns em detrimento de

outros. O nome de Roberto Carlos surge como um viés nesta lista, porque a sua votação não fora das mais expressivas, tanto no resultado geral (já que ocupou a 198ª colocação) como dentro do partido, ficando apenas o 14º mais votado. No seu caso prevaleceu a sua atuação dentro do diretório enquanto membro da executiva, um tempo expressivo de filiação<sup>146</sup> e afinidade com o grupo majoritário que controlava o partido.

Mesmo não obtendo uma votação expressiva, devemos apontar outros fatores que contribuíram para que *alguns* candidatos em 2000 não entrassem na lista em 2004. Alguns acabaram saindo do partido no intervalo entre as duas eleições. Foi o caso de José Edie Camelo, Aparecido Batista de Oliveira e Julieta Lui<sup>147</sup>. Outros ocuparam cargos na prefeitura com a vitória do partido (Gilson Donizetti Muniz e Márcio Bertuga). O candidato derrotado em 2000 Rubens Serantola optou por apoiar seu colega Roberto Carlos em sua campanha. Alguns simplesmente não saíram porque perceberam que não seriam selecionados novamente, em razão do fraco desempenho eleitoral atrelado à pouca influência que tinham sobre o grupo majoritário do partido. Marco Brandão e Landerson “Batata” figuram no grupo que eles mesmo denominam de “independentes”, sem vínculo com as principais lideranças do partido.

*“A coligação gerou uma tendência para a individualização e não força da legenda. Eu não sei porque estava envolvido com outros projetos. Mas também porque faço parte do grupo mais independente do partido, e como não tive uma votação pra se eleger, ficou difícil qualquer tentativa né?! Mas pretendo na próxima (em 2008) tentar novamente disputar a vereança”<sup>148</sup>*

*“Se em 2000 a idéia era fortalecer o partido, divulgar a legenda, em 2004 o cenário foi totalmente diferente. A coligação dificultou a saída daqueles candidatos que saíram por ideal. Entram os mais votados,*

---

<sup>146</sup> Roberto Carlos filiou-se ao Partido dos Trabalhadores no dia 24/01/1990. Fonte: Cartório Eleitoral de São Carlos.

<sup>147</sup> Julieta consegue eleger-se como vereadora, mas como acabou sendo expulsa do partido, figura como um viés na lista daqueles que concorreram em 2000 mas não concorreram em 2004.

<sup>148</sup> Trecho da entrevista concedida por Landerson Batista, candidato pelo PT em 2000.

*aqueles que estão juntos com as lideranças do partido. Os mais independentes ficaram de fora”<sup>149</sup>*

**Tabela XXIV**

<b>Resultado – eleições 2000</b>	
<b>Candidatos presentes em 2000 que não disputaram as eleições em 2004 pelo PSDB</b>	
<b>Candidato</b>	<b>nº de votos</b>
ADEMIR MARTINS DE OLIVEIRA	635
ALESSANDRO TADEU SPAZIANI	21
ANTONIO CARLOS APARECIDO BACARO	62
ANTONIO PIRES DE ALMEIDA	310
ARIOVALDO BRIGANTE	601
ELIANE MENDONÇA DA SILVA SARTÓRIO	230
ERONDINO RIOS	197
GUSTAVO CAETANO POZZI DA CUNHA	106
JAIME BEZERRA DE ARAÚJO	56
JOÃO ALBERTO CRUVINEL MOURA	152
JOÃO CARLOS MORA	234
JOÃO OSCAR COMAR	407
JOAQUIM ZACARIN	113
MARCELO BENEDITO DOS SANTOS	218
MARIA HELENA STABALITO RODRIGUES	12
MAURO AUGUSTO DEMARZO	71
OSMAIR TADEU CANDIDO THOMÉ	455
OSWALDO NOCERA	26
PAULO CESAR DA SILVA	132
RONALDO CESAR CARBONI	232
SILVIO JOSÉ DA SILVA	149
SONIA LUCIA TREVIZAN	37
ULISSES MENDONÇA CAVALCANTI	147
WALCINYR BRAGATTO	1613 - eleito
<b>Média</b>	<b>259 votos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

O índice de renovação no PSDB é ainda maior se comparado com o PT, ficando na casa dos 85.8%, já que apenas quatro (14.2%) candidatos, dum total de vinte e oito,

<sup>149</sup> Trecho da entrevista concedida por Marco Antonio Brandão, candidato pelo PT em 2000.

disputaram as eleições tanto em 2000 como em 2004. No entanto, um fato diferente ocorre, a respeito do que acontecera na eleição anterior. A média de votos obtidos pelos candidatos em 2000 não selecionados para concorrer em 2004 fica semelhante àqueles que concorreram nas duas eleições. Inclusive três dos candidatos que foram selecionados nas duas eleições sequer obtiveram uma votação que ultrapassasse a média daqueles não selecionados, como podemos observar no quadro abaixo:

**Tabela XXV**

<b><u>Resultado – eleições 2000</u></b>	
<b>Candidatos presentes em 2000 selecionados para a disputa em 2004 pelo PSDB</b>	
<b>Candidato</b>	<b>nº. de votos</b>
JOSÉ PINHEIRO	656 - eleito
JURANDIR FERRANTE	217
MARTA RITA PEREIRA BRANCO	182
SONIA MARIA RISSI	172
<b>Média</b>	<b>306 votos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE

O PSDB, no período que intercala as duas eleições, buscou ampliar e renovar seu rol de candidatos na busca por lançar na disputa pessoas mais competitivas. Os partidos tinham ciência que em São Carlos os votos concentram-se na figura do político influente, por isso era preciso carregar na legenda indivíduos influentes. Até porque o partido perdera seu candidato mais expressivo (Bragatto), restando, portanto apenas José Pinheiro com chances reais de disputa, porque os votos estariam mais concentrados em detrimento da redução no número de vagas.

Podemos observar, entretanto, que alguns indivíduos que tiveram votação expressiva em 2000 (mais que o dobro da média geral), acabaram não figurando na lista de selecionados para a disputa em 2004.

*“O critério principal era o número de votos obtidos. Se tivesse mais que 500 votos, certamente o candidato seria convidado novamente.*

*Alguns mesmo se saindo bem na eleição em 2000 optaram por não entrar na chapa em 2004, certamente por motivos pessoais”<sup>150</sup>*

Neste caso, podemos citar os nomes de Ademir Oliveira (635 votos), Ariovaldo Brigante (601 votos), Osmar Candido Thomé (455 votos) e Walcenyr Bragatto (1613 votos). Ademir e Bragatto saíram do PSDB em 2003 e filiaram-se ao PV, enquanto que Ariovaldo Brigante simplesmente optou por não sair candidato.

*“O Paulo (Altomani), um ano antes da eleição, volta ao meu escritório para cobrar minha candidatura. Eu disse que precisava dar um tempo, estava cansado da vida política. Já havia saído candidato em 1996 pelo PMDB e em 2000 pelo PSDB. A política me desgastou muito, e hoje estou bastante afastado das atividades partidárias”<sup>151</sup>*

Paulo Altomani incentiva o retorno de Dorival Mazola em 2003, que era ligado ao partido na sua fundação na cidade, e estava agora no PMDB, e Maurício Ortega em 2002, oriundo do PPS<sup>152</sup>. Ambos são figuras notáveis na cidade e atuaram como “carros-chefe” na campanha de 2004.

Mazola, que lecionava Educação Moral e Cívica e atualmente possui uma rede de auto-escolas na cidade, à convite de Azuaite Martins em 1980, ingressa no MDB e disputa as eleições em 1982 e 1988 e 1992, sendo eleito em todas. Tentara articular uma entrada no PSDB ainda no começo dos anos 90, mas o grupo no qual estava ligado (sob a liderança de Dagnone de Mello) acaba fracassando. Seu ingresso como candidato somente ocorreria dez anos mais tarde

O início da carreira política de Mazola surge ante seu carisma e popularidade na cidade de São Carlos, esta reconhecida pelos líderes do MDB que enxergaram nele uma pessoa ilustre e com um potencial eleitoral. Diferentemente de Maurício Ortega, que teve sua carreira impulsionada como consequência primeiramente das atuações no movimento estudantil, no ingresso no MDB e posterior ingresso no PPS, ainda no começo da década de

---

<sup>150</sup> Trecho da entrevista concedida por Waldomiro Bueno, presidente do diretório do PSDB em 2004.

<sup>151</sup> Trecho da entrevista concedida por Ariovaldo Brigante.

<sup>152</sup> Ortega alega que sua saída do partido fora motivada pelo progressivo ingresso de pessoas que não estavam em acordo com a filosofia do partido, que o mesmo tinha se desalinhado.

80 (mais especificamente em 1984). Por três vezes consecutivas fica como suplente nas eleições que concorrera para vereador. Decide sair do partido em 2002 sob a alegação da falta de espaço e do ingresso de pessoas não alinhadas com as idéias iniciais do mesmo. Ingressa no PSDB no mesmo ano, e esta sintonia com alguns membros já existia desde a época do MDB, na qual Ortega e esses membros participavam. Ficam bem claras as intenções do partido nesse convite à Ortega, na resposta dada quando questionado os motivos que levaram o PSDB a lhe escolher para ser o candidato e como funcionava esse processo:

*“O grupo me aceitou, eu demonstrava uma força popular, conhecimento, já me aceitaram então(...)Na verdade pra escolha tem uma convenção pra escolher os candidatos. Mas antes desta convenção já existe todo um trabalho prévio de quem tem chances, quem não tem...não adianta a gente querer ser hipócrita. O partido vai buscar votos, lógico! Você tem que buscar o voto, o partido busca o voto. Então quem tem mais condição? Quem tem maior força é quem tem maior densidade eleitoral. É lógico, e também quem se afina mais com o partido, uma pessoa que cai de pára-quadras no primeiro ano não pode pensar em querer, né?! **O partido tem toda sua executiva, seu diretório que coordena isso aí. Mas a escolha é basicamente por densidade eleitoral (...)** Muitas vezes são escolhidos (os candidatos) para estar ajudando, para estar completando a chapa. Eu sei que essa não é a maneira ideal de se escolher candidato, mas eu estou falando com você sem hipocrisia. Não adianta querer “viajar”, o negócio é assim mesmo... Como que você vai medir isso aí? Vai fazer uma prova, um exame?”<sup>153</sup>*

Tanto Ortega como Mazola, juntamente com José Pinheiro, acabam se elegendo pelo PSDB. A estratégia fora: trazer para a lista novos quadros, alguns com reais chances de ganhar a eleição, outros para compor a legenda e angariar votos buscando atingir o coeficiente para a legenda (os primeiros seriam os chamados “banqueiros” e os segundos os

---

<sup>153</sup> Trecho da entrevista concedida por Maurício Ortega, atual vereador pelo PSDB.

“peixinhos”<sup>154</sup>). A manutenção de nomes como Jurandir Ferrante justifica-se pela sua força dentro do partido (era delegado e membro da executiva), e por ser um dos membros mais antigos que compunham a lista em 2000 (estava filiado ao partido desde 30/08/1995<sup>155</sup>). No caso de Sonia Rissi e Marta Branco, o partido necessitava distribuir as vagas por gênero, e frente à dificuldade que o mesmo sempre teve em preencher a lista com candidatas mulheres, optou-se por manter ambas para a disputa, já que suas votações não foram inexpressivas, como ocorrera com Maria Stabalito, que em 2000 tivera apenas 12 votos.

O PT vinha colhendo sucessivas vitórias porque planejava não de forma uniforme e quantitativa a composição de sua lista, já que vinha depositando confiança naqueles mais votados, conseguindo mantê-los em sucessivas listas. Até porque o projeto do partido era assumir o controle da representação, com indivíduos que de fato tinham representação dentro do partido. Nomes como de Lineu, Géria e Silvana figuravam na lista de candidatos do partido em várias eleições, e essa exposição em sucessivas eleições de candidatos chaves fora importante não somente para a carreira política dos mesmos, mas como uma forma do partido familiarizar nomes carregando a sigla da legenda com o eleitorado. O desafio maior às vésperas de outubro de 2004 era tentar manter o quadro altamente favorável que o sustentava como o partido que controlava o Paço Municipal, assim como tinha o maior número de representantes na Câmara Municipal.

O PSDB buscava neste intervalo fortalecer a legenda solidificando novos nomes de peso no cenário eleitoral na cidade. Perdera alguns quadros, e a movimentação era para recompor peças importantes no tabuleiro, como forma de entrar na corrida eleitoral com reais chances de obter algumas cadeiras.

Analisando o tempo de filiação dos candidatos recrutados por ambos os partidos, podemos notar que o cenário não sofre alterações com relação a eleição anterior, ou seja, os candidatos do PT possuem maior tempo de ligação ao partido se comparado aos candidatos do PSDB

---

<sup>154</sup> Segundo relato de José Roberto Paino – delegado peessedebista.

<sup>155</sup> Fonte: Cartório Eleitoral de São Carlos.

**Tabela XXVI**

<b>Candidatos selecionados para disputar as eleições em 2004 pelo PT</b>		
	<b>Candidatos</b>	<b>Tempo de filiação em 2004</b>
<b>Disputaram as eleições em 2000</b>	GERIA MARIA MONTANARI FRANCO	12 anos
	LUIZ ANTONIO NAVARRO MAGALHAES LUZ	12 anos
	ISMAEL FERREIRA	5 anos
	ISMAEL FELICIANO FERREIRA	5 anos
	CASIMIRO PASCOAL DA SILVA	16 anos
	SILVANA DONATTI	23 anos
	ROSELEI AP. FRANÇOSO	8 anos
	ROBERTO CARLOS DOS SANTOS	5 anos
<b>OUTSIDERS</b>	HUMBERTO PIETRONERO	19 anos
	CARLOS ALBERTO RODRIGUES	1 ano
	CÍNTIA AP. FERNANDES	1 ano
	EMERSON RENATO SIGNORI	3 anos
	NEREIDE DA SILVA	3 anos
	ANTONIO BARROS LIMA	2 anos
	CARLOS HENRIQUE GARCIA	3 anos
	CLAUDETE OLIVEIRA ROLASES	7 anos
	APARECIDO EVANGELISTA	5 anos
	<b>Média geral</b>	<b>7,5 anos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral de São Carlos

A média geral do tempo de filiação dos candidatos lançados pelo PT é de 7,5 anos e do PSDB de 3,3 anos. Podemos notar que apenas dois candidatos lançados pelo Partido dos Trabalhadores se filiaram um ano antes da eleição. A média de tempo de filiação dos

candidatos que disputaram também as eleições em 2000 é de 10,7 anos, maior que a média geral dos candidatos outsiders (4,7 anos) quanto da média geral dos candidatos lançados pelo partido em 2004. Com exceção de Cíntia Fernandes, Carlos Alberto Rodrigues e Emerson Signori<sup>156</sup>, todos os candidatos outsiders eram membros do diretório, inclusive figurando neste grupo um membro fundador do partido na cidade (Humberto Pietronero).

Sem dúvidas o tempo de filiação é um recurso importante utilizado pelo PT como critério de distinção entre aqueles que irão continuar ou ingressar pela primeira vez na lista de candidatos. No entanto, soma-se a este critério também o resultado eleitoral que o candidato obteve na eleição anterior. Alguns candidatos que concorreram em 2000 faziam parte do diretório e já estavam filiados ao partido por um tempo acima do mínimo exigido pela legislação. No entanto acabaram não figurando na lista justamente porque não possuíam cacifê eleitoral (obtiveram uma votação abaixo da média do partido). Podemos citar os nomes de Marco Antonio Brandão, Carlos Pez, Landerson Batista.

Existe um grupo de candidatos selecionados pelo partido para disputar as eleições em 2000 que tinham também um tempo expressivo de filiação, mas que acabaram não concorrendo porque ou tiveram sua candidatura indeferida ou homologaram renúncia. São eles: Luís Roberto Peletero (indeferido no cartório eleitoral, era membro do diretório e tinha 8 anos de filiação em 2000) e Terezinha Gomes da Silva (renunciou a candidatura e tinha 4 anos de filiação em 2000).

---

<sup>156</sup> Mesmo estando filiado ao PT desde 2001, o candidato era ligado ao partido em Campinas e veio para São

**Tabela XXVII**

<b>Candidatos selecionados para disputar as eleições em 2004 pelo PSDB</b>		
	<b>Candidatos</b>	<b>Tempo de filiação em 2004</b>
<b>Disputaram as eleições em 2000</b>	JOSÉ PINHEIRO	8 anos
	SONIA MARIA RISSI	5 anos
	JURANDIR FERANTE	9 anos
	MARTA RITA PEREIRA BRANCO	5 anos
<b>OUTSIDERS</b>	DORIVAL MAZOLA PENTEADO	1 ano
	JULIO CÉSAR PEREIRA	1 ano
	JOSÉ MAURÍCIO ORTEGA	1 ano
	ROXANE CONCEIÇÃO ROCHA	2 anos
	ANTONIO FLORINDO ZANETTE	12 anos
	ADRIANA ZABOTTO	1 ano
	JOÃO VITOR FERREIRA JUNIOR	1 ano
	CÉLIA DONIZETTI CHINAGLIA	1 ano
	LUÍS CARLOS FERNANDES	1 ano
	JOSÉ PEREIRA DOS REIS	1 ano
	FLÁVIO EDUARDO DONADONI	1 ano
	<b>Média geral</b>	<b>3,3 anos</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados oriundos do Cartório Eleitoral

Novamente, como ocorreu nas eleições passadas, a situação do PSDB em 2004 é um pouco distinta do PT. A média geral do tempo de filiação dos candidatos petistas não somente é maior do que a média geral do tempo de filiação dos candidatos tucanos, como

---

Carlos em 2004. Fonte: secretaria do Partido dos Trabalhadores em São Carlos.

também é maior do que a média daqueles candidatos peessedebistas que disputaram as duas eleições (7,5 anos dos petistas contra 6,7 anos dos tucanos).

Afirmamos anteriormente que a lista de candidatos do PSDB em 2004 é composta em sua maioria por candidatos novatos. Dos onze candidatos que disputavam pela primeira vez uma eleição pelo partido, nove haviam se filiado um ano antes da eleição. Isso corresponde a 81,8% do total de outsiders, porcentagem bem acima dos candidatos petistas em 2004 que se encontravam na mesma situação (22,2%). As exceções nesta lista do PSDB são Antonio Floriano Zanette (12 anos), membro fundador do partido e sócio da maior liderança tucana, Paulo Altomani, e Roxane Rocha, professora, filiada ao partido em 01 de abril de 2002.

Analisando a atual lista<sup>157</sup> com os membros do diretório, da comissão de ética e dos delegados do PSDB, foi possível diagnosticar a presença de praticamente todos os nomes daqueles candidatos a vereador em 2000 filiados um ano antes da eleição<sup>158</sup>. No entanto isso não representou um critério analisado pelo partido no momento da seleção, já que a nova gestão do diretório assumiu justamente no ano da eleição, portanto após o período de recrutamento promovido pelas lideranças tucanas. Isso significa que, mesmo que o recém filiado optasse por fazer parte do diretório, esta decisão seria um fato *a posteriori* do período de análise, recrutamento e filiação de preteridos.

A maioria dos outsiders tucanos, por terem ingressado no partido em 2003 com a finalidade inicial de disputar as eleições no ano seguinte, possuem credenciais institucionais que os legitimaram frente às lideranças do partido. Como apenas Dorival Mazola e Maurício Ortega já haviam disputado outras eleições (por outros partidos) e, portanto, já terem demonstrado *eleitoralmente* seu cacife eleitoral, não é possível afirmarmos que essa credencial dos outsiders está de acordo com qualquer resultado obtido em eleições anteriores.

O indivíduo que é selecionado possui características que representam algum ganho para o partido frente ao eleitorado. Como pudemos diagnosticar, o PSDB tem como critérios de seleção a expressividade eleitoral e o PT, somado a este elemento, o tempo de filiação e atuação na máquina partidária. No entanto, a estes dois critérios acrescenta-se a

---

<sup>157</sup> Referente ao ano de 2007.

<sup>158</sup> A exceção neste caso é Roxane Rocha, que não consta na lista fornecida pelas lideranças tucanas (Nery Vilela e Waldomiro Bueno).

necessidade do partido buscar atender as demandas específicas de cada região ou grupo social, como forma de fazer-se representado neste meio. O candidato e conseqüentemente o político eleito são as figuras que representam o partido em público.

Analisando o reduto eleitoral dos candidatos selecionados por ambos os partidos, podemos notar o perfil heterogêneo e descentralizado dos mesmos, em sintonia com o que ocorrera em 2000. Lembrando que este recurso é imprescindível nas atividades de seleção dos partidos, principalmente para os estreantes na corrida eleitoral, já que neste caso não tem como avaliá-los pelo desempenho eleitoral.

Na lista do PT figuram candidatos representantes de várias categorias profissionais e oriundos de diferentes redutos eleitorais. O bairro com maior número de representantes é o Cidade Aracy (o mecânico Antonio Barros de Lima, a líder comunitária Cíntia Aparecida Fernandes e o motorista Carlos Alberto Rodrigues). Este último inclusive é um dos que compõe a lista daqueles que possuem apenas um ano de filiação. Ismael Ferreira, conhecido como “Ismael Pintor” é o representante da parte Norte da cidade, uma vez que é uma liderança bastante conhecida no bairro Jardim São João Batista.

O partido também recruta lideranças ligadas ao setor dos metalúrgicos, como é o caso de Aparecido Evangelista, funcionário da fábrica da Wolkswagen. Humberto Pietronero trabalha como chefe de segurança na Universidade Federal de São Carlos, e é um forte articulador do sindicato dos funcionários. Nereide da Silva, além de fazer parte da coordenação da campanha em 2004, é uma das coordenadoras da Fundação Pró-Memória.

Alguns candidatos têm seu ingresso garantido na lista não somente porque são membros ativos do diretório e são candidatos com potencial eleitoral, mas também porque possuem maior afinidade com alguma liderança do partido. Carlos Garcia é funcionário da EMBRAPA e ingressou no partido a convite de Lineu Navarro. Fazia parte do diretório e a convite do próprio Lineu concordou em entrar na corrida eleitoral. Claudete Rosales foi convidada pessoalmente por Newton Lima, não somente pela afinidade com o mesmo, mas também porque sua família é bastante conhecida em um bairro populoso<sup>159</sup> da cidade pelos trabalhos comunitários.

O PSDB, precisando renovar o quadro de candidatos na busca por novas lideranças, além de importar candidatos recém saídos de outros partidos (Mazola e Ortega),

---

<sup>159</sup> Bairro AzulVille.

estrategicamente recruta alguns candidatos em locais que o PT não tinha representantes. João Rosa Júnior, veterinário, é bastante conhecido no distrito de São Carlos (Ibaté), onde possui uma clínica veterinária. Célia Chinaglia é a única representante do Bairro Castelo Branco (onde possui uma loja de presentes e organiza eventos de cunho filantrópico). Flávio Donadoni é o representante na lista do partido de um dos maiores bairros da cidade, o Santa Felícia. A iniciativa de Altomani em convidar Donadoni partiu da necessidade do partido ter algum representante na lista ligado à área sindical, e Donadoni é membro do sindicato dos metalúrgicos de São Carlos.

A comerciante Sonia Maria Rissi e a dona de casa Marta Rita Pereira Branco já haviam disputado as eleições em 2000, e foram convidadas novamente por Altomani justamente porque o partido tinha dificuldades em recrutar pessoas do gênero feminino, dificuldade esta motivada pela falta de lideranças internas do gênero feminino. Em 2000 a votação de ambas não foi suficiente para elegê-las (172 e 182 votos respectivamente para Sonia e Marta). Todavia, é um resultado muito mais expressivo do que o conquistado nas eleições em 2004, já que Marta consegue 14 votos e Sonia apenas 2 votos (as duas menores votações do partido). A razão da escolha, neste caso, reside na condição elementar em estar de acordo com a legislação eleitoral.

Infelizmente não conseguimos ter acesso a qualquer informação sobre o candidato Júlio César de Souza além das fornecidas pelo TSE e cartório eleitoral. As pessoas que entramos em contato no PSDB não sabiam ou não quiseram<sup>160</sup> passar qualquer informação sobre o candidato. Fato curioso já que Júlio César, mesmo que recém chegado ao partido na época das eleições (filiado em 30 de setembro de 2003), fora o 4º mais votado pelo partido, obtendo 1734 votos.

Se em 2000 tanto o PT como o PSDB buscaram compor uma lista heterogênea, de forma a corresponder aos anseios de diferentes categorias e redutos eleitorais, em 2004 não foi diferente, como pudemos observar. A demanda do partido, neste caso, está em sintonia com qual candidato é o mais interessante para o partido se fazer representado junto a determinados segmentos.

O processo de seleção de candidatos no PT e no PSDB, a partir de todo diagnóstico envolvendo duas eleições consecutivas, mostrou-se um processo com procedimentos

distintos. E esta diferença também reside no perfil dos candidatos selecionados, em sintonia com a composição social da lista construída.

Ao aludirmos o modelo de DUVERGER (1980) com relação ao recrutamento de candidatos, veremos que nos dois raios da esfera que separa caracteristicamente um partido de massas de um partido de quadros, o PT aproxima-se do primeiro enquanto o PSDB aproxima-se do segundo.

O PSDB atua institucionalmente de acordo com a decisão de algumas lideranças ante a escolha de seus representantes à disputa eletiva. É um procedimento fechado e esporádico, ou seja, realiza-se de acordo com as necessidades eleitorais. Em 2000 esta seleção vigorou mais no sentido de buscar alguns nomes sugeridos dentro da cúpula tucana do que propriamente restringir pretendentes. Diferentemente de 2004, onde alguns pré-candidatos acabaram ficando fora da lista, por causa da redução no número de vagas disponíveis para candidaturas.

Como a principal atividade orgânica do partido consiste na busca por cargos eletivos, em virtude da sua atuação sazonal restrita aos períodos eleitorais, a adesão de potenciais candidatos um ano antes da eleição mostrou-se uma atividade fundamental. E os critérios de seleção correspondem a capacidade daquele indivíduo de angariar votos.

A análise das eleições em 2004 possibilitou-nos, com maior nitidez do que em 2000, enxergar a utilização dos critérios de restrição, justamente porque 2004 englobou um contexto de maior oferta de candidatos do que de pretendentes. O PT, mediante a análise dos depoimentos de seus membros, estes confirmados em grande parte pelos dados da lista composta, mostrou-se uma organização que prioriza no processo de seleção o candidato que mescla um potencial eleitoral com um tempo de filiação que exceda o limite mínimo exigido pela legislação. Dedicar-se dentro do partido significa atuar próximo daqueles que controlam as zonas de incerteza. E isso pode sinalizar uma chance de figurar na lista de candidatos (somado ao cacife eleitoral).

Em 2004 a reunião do diretório do PT para não somente ratificação, mas confirmação e discussão quanto a composição da lista, deixou-nos claro que institucionalmente o partido é mais aberto a participação de seus membros (não somente as lideranças) no processo de seleção do que o PSDB. No entanto, a não homogeneidade do

---

<sup>160</sup> O secretário geral do partido Júlio Soldado se recusou a todo instante em conceder uma entrevista para a

partido perpetua uma restrição e um peso maior nos critérios de seleção para alguns membros não atrelados ao grupo majoritário que controla o partido (justamente os políticos mais influentes). Isto acarretou em expulsão (Julieta Lui) e a não seleção de pessoas “independentes” (Marco Bala, Landerson Batista e Gilson Muniz).

Passaremos agora as considerações finais, onde será feita uma síntese dos principais detalhes e conclusões discutidos durante todo o texto apresentado.

---

pesquisa. Se recusou também a fornecer qualquer informação sobre os dois candidatos citados.

## Considerações finais

---

Após uma abordagem analítica tanto no plano da discussão bibliográfica como através de um estudo de caso, é possível afirmar com os resultados deste estudo que o partido político no Brasil exerce de fato um papel fundamental no processo de construção de candidaturas.

Os dois primeiros capítulos abordaram o tema da seleção de candidatos sob uma dimensão mais macro-analítica. Primeiramente, no primeiro capítulo, através da apresentação do neo-institucionalismo como ferramenta teórica, como forma de sustentar a idéia aqui proposta da legitimidade do partido enquanto uma instituição exercendo total coerção à ação dos atores racionais ante o imperativo de compor uma lista de candidatos. Para em seguida, no segundo capítulo, fechar num círculo de discussão as principais bibliografias que legitimam o debate sobre o papel da instituição partidária no processo político alvo da análise aqui proposta. Por isso é importante frisar que a discussão bibliográfica que antecedeu o estudo de caso presente nos capítulos 3 e 4 de forma alguma consistiu somente na apresentação das mais importantes literaturas sobre o tema seleção de candidatos, mas em uma argumentação crítica que possibilitou o diagnóstico da instituição partidária interferindo de forma direta e legal no processo de seleção de candidatos.

É possível que um ou outro ponto abordado durante a dissertação não tenha ficado totalmente claro para o leitor. Por exemplo, esta pesquisa, ao se contrapor às correntes comportamentalistas, quando na alusão aos pressupostos analíticos institucionais, de forma alguma excluiu a possibilidade de considerar as pré-disposições subjetivas do indivíduo como um dos fatores que interfere em seu ingresso na carreira política. A movimentação dos atores na arena de disputa política não somente é válida como é rechaçada pela *rational choice*. A diferença entre as correntes institucionalistas possibilita a maleabilidade em se adotar a percepção focada no papel decisivo das instituições sem entrar no âmbito de conclusões por demais holísticas. Esta forma de análise influenciou a pesquisa não somente enquanto respaldo teórico, mas durante o trabalho de campo, nas entrevistas, através da visualização do papel subjetivo de cada ator político dentro da arena de disputa institucional.

Outro ponto importante relaciona-se a ênfase com que a questão da carreira política é abordada durante o trabalho. Não existe ainda na Ciência Política brasileira um delineamento preciso sobre quais os temas que se encaixam ou não como estudos de carreira. A trajetória política é posta em pauta nesta pesquisa no âmbito de suas restrições e motivações institucionais, através da organização partidária interferindo diretamente na progressão, regressão ou incentivos primários da carreira política. No sistema democrático representativo não existe apenas a opção eleitoral dos indivíduos para um candidato, mas antes, existe a opção de lideranças partidárias em um indivíduo, lançando-o candidato. Desta forma é plausível a afirmação da carreira política alicerçar-se em disputas estratégicas envolvendo lideranças partidárias.

O capítulo 3 “Partidos e lideranças: o subsistema partidário na cidade de São Carlos” nasceu como forma de preencher algumas lacunas que estavam presentes no trabalho desenvolvido no capítulo 4 “A lógica da seleção: um estudo de caso sobre o PT e o PSDB na cidade de São Carlos – eleições de 2000 e 2004”. O objetivo principal do trabalho de campo foi analisar o processo de construção das listas de candidatos e sua composição social em dois partidos rivais (PT e PSDB) no município de São Carlos nas últimas duas eleições. No entanto, para justificarmos esta iniciativa, foi necessário não somente afirmar a ascensão destes dois partidos no contexto político-eleitoral da cidade, como dar respaldo para esta afirmação com um capítulo analisando este processo político.

O PT e o PSDB, além de figurarem no cenário nacional como dois dos principais partidos brasileiros, em São Carlos ascenderam no cenário político frente à diferentes lideranças que há décadas controlavam o poder político local. O capítulo 3 tratou especificamente do período que intercala as eleições municipais de 1982 e 2004, apontando o declínio e a perda de capital político de uns em detrimento do fortalecimento eleitoral de outros. Seria negligente, portanto, não introduzir o leitor no cenário político local do município em questão, uma vez que as transformações que ocorreram e vem ocorrendo no âmbito da disputa política de São Carlos fundamentam e justificam a opção pela análise institucional dos dois partidos citados.

O capítulo 4 possibilitou trazer todo o debate promovido nos capítulos anteriores na forma de um trabalho de campo. Este empreendimento carregava consigo alguns riscos metodológicos, haja visto não somente existir a dificuldade em adentrar num campo

obscuro do processo político, reservado aos bastidores dos partidos, como também pelo fato das duas eleições já terem ocorrido, quando a pesquisa se iniciara. Para a construção deste trabalho de campo, duas referências bibliográficas foram fundamentais como apoio para a construção analítica da pesquisa: o trabalho desenvolvido por NORRIS (1995) e o modelo de partido de massas e quadros sugerido por DUVERGER (1980). Ambas as referências serviram como ferramentas no auxílio a delimitar quais os principais pontos que deveriam ser observados durante o estudo.

Através dos resultados obtidos, foi possível traçar um panorama sobre o processo de seleção de candidatos em cada uma das eleições, com resultados distintos para cada partido. As duas eleições representaram momentos eleitorais distintos, e esta singularidade de cada período refletiu também na estratégia das lideranças partidárias visando compor uma chapa eleitoralmente viável. A seleção de candidatos com isso assume um caráter cíclico, já que cada contexto aponta para novas particularidades neste processo.

Como a legislação eleitoral obriga os candidatos a terem o tempo mínimo de um ano de filiação ao partido antes das eleições, a corrida em busca dos candidatos mais viáveis foi impulsionada já no ano anterior à eleições. No PSDB esta prática tem um caráter especial justamente porque a maioria dos candidatos *outsiders* havia se filiado ao partido em concomitância com o tempo permitido pela legislação.

Em 2000 tanto o PSDB como o PT tiveram dificuldades para preencher a lista de candidatos, dificuldade esta alimentada não somente pela falta de incentivo que existia por parte das pessoas em ingressar em uma disputa eletiva (falta de recursos, pouca popularidade, tempo disponível), como também porque os dois partidos estavam ainda em um processo de consolidação no município, frente às lideranças políticas locais que detinham o controle do capital político. Enquanto no PSDB prevalecia o papel das principais lideranças enquanto agentes recrutadores, que de forma direta e pessoal convidavam aqueles que seriam candidatos potenciais, no PT esta prática era mesclada com as atividades dos grupos internos, que se incumbiam de incentivar o lançamento de candidatos do seu raio de influência política.

Em 2004, com a diminuição no número de cadeiras na Câmara Municipal, reduziu-se a cota no número de candidatos a serem lançados para cada partido. Esta alteração na legislação afetou significativamente o processo de seleção de candidatos nos dois partidos

em questão, uma vez que ocorrera nesta eleição uma inversão de componentes, já que desta vez a oferta de vagas era menor do que a demanda de pretendentes. O PT crescera em demasia na cidade, principalmente após a surpreendente eleição de seu candidato a prefeito em 2000. Em 2004, o PT não só era o partido favorito para vencer novamente as eleições ao Paço Municipal, como possuía ótimas chances de conquistar algumas cadeiras na Câmara. Os pré-candidatos foram ratificados em uma reunião do diretório marcada por discordâncias e atritos entre alguns nomes, principalmente daqueles que estavam fora do perfil usual de candidatos lançados pelo partido, ou seja, com pouco tempo de filiação e fraca atuação na máquina partidária. No PSDB qualquer forma de conflito era neutralizada em virtude do partido na cidade funcionar de forma sazonal, em período de eleições, obstruindo qualquer tentativa profícua de desenvolvimento orgânico de um corpo militante. A indicação nasce e é ratificada no círculo que envolve as principais lideranças do partido. Em 2004 o objetivo ótimo do partido era indicar candidatos que pudessem contemplar votos para a legenda, fortalecendo assim a candidatura de seu candidato a prefeito, Paulo Altomani.

Os perfis dos candidatos selecionados pelo PT e PSDB se assemelham e se divergem vários pontos. A lógica da diferença entre ambos os partidos não repousa somente na atuação da organização durante o recrutamento, mas também no resultado deste processo, ou seja, a composição social da lista dos escolhidos. Foi possível observar que ocorreu uma sincronia no perfil dos candidatos selecionados de cada um dos partidos nas duas últimas eleições.

O PSDB, tanto em 2000 como em 2004, compõe o quadro de candidatos oriundos em sua maioria da categoria profissional liberal e setor empresarial. Ao contrário do PT, que privilegia no rol de candidatos as categorias ocupacionais populares e os professores. O nível de escolaridade na lista do PSDB é maior do que a do PT nas duas eleições, apesar de neste partido ter havido um crescimento no número de candidatos possuidores de diploma na última eleição.

O gênero feminino ocupa ainda a menor porcentagem na lista em relação ao gênero masculino. Mesmo havendo um aumento de quase 15% no número de mulheres candidatas por cada partido, este aumento está relacionado com a exigência da legislação eleitoral, que obriga uma cota mínima de 30% das vagas para um dos gêneros. Em 2004 o PSDB

recrutou 33.4% de mulheres, enquanto que o PT 35,3%, ou seja, a porcentagem limite da exigida por lei. Entretanto, no PT não somente as candidatas do gênero feminino possuem destaque eleitoral, conseguindo a maioria ser eleita nas duas eleições, como também ocupam cargos de comando dentro da estrutura organizacional do partido. No PSDB acontece justamente o contrário, já que não somente o desempenho eleitoral de suas candidatas é irrisório, como também as zonas de influência dentro do partido são controladas majoritariamente por homens.

A análise dos recursos utilizados pelos partidos, como critérios de distinção e opção, deixou claro que neste aspecto o PT e o PSDB mais divergem do que se assemelham. Existe uma preferência geral por candidatos que possuem cacife eleitoral. Este elemento está condicionado tanto no desempenho do aspirante nas últimas eleições (em número de votos obtidos), como na possibilidade de angariar votos de uma determinada região/bairro ou grupo comunitário.

No PT, tanto na lista construída em 2000 como em 2004, os candidatos não *outsiders* foram justamente aqueles mais bem votados na eleição anterior. Nas duas listas analisadas, a única exceção é o nome de Roberto Carlos, que mesmo não estando entre os mais bem votados em 2000, acabou figurando na lista em 2004<sup>161</sup>. No caso do PSDB, existia a preferência das lideranças para que os mais votados continuassem compondo a lista na eleição seguinte. Entretanto, o partido sofrera muitas baixas, principalmente no intervalo entre as duas últimas eleições, e alguns candidatos que haviam conseguido uma boa votação (sendo alguns até eleitos), acabaram deixando o partido. Todos aqueles que foram bem votados e não deixaram o partido acabaram sendo convidados pela principal liderança do partido (Paulo Altomani), e em alguns casos o convite surtiu efeito.

A descentralização das escolhas, ou seja, a busca por candidatos de diferentes redutos eleitorais, é explicada pela necessidade dos partidos estarem ampliando seus tentáculos eleitorais para diferentes setores da cidade. Em todos os depoimentos das principais lideranças dos dois partidos, um dos critérios de seleção sempre citado foi o da capacidade do indivíduo em representar determinada região ou grupo da cidade. De fato, existia uma heterogeneidade quanto ao reduto eleitoral de cada um dos candidatos analisados, inclusive havendo casos de exclusividade em termos de reduto para cada um

---

<sup>161</sup> Como já foi salientado, em detrimento da sua influência junto às lideranças partidárias.

dos partidos (como exemplo os candidatos do PT oriundos da Universidade Federal de São Carlos e a força do PSDB no meio empresarial e com os comerciantes locais).

No jogo político do recrutamento de lideranças para compor a lista de candidatos, prevalecia em ambos os partidos as peças potencialmente expressivas. Esta potencialidade era demarcada pelo cacife eleitoral em conjunto com a representatividade do indivíduo em algum segmento da cidade. No entanto, a estes dois critérios, soma-se um outro recurso que atua como elemento chave que diferencia o PT do PSDB: a influência dentro da organização.

A análise do tempo de filiação e dos cargos ocupados dentro da máquina partidária por cada um dos selecionados e não selecionados, foi possível constatar que a grande maioria dos candidatos lançados pelo Partido dos Trabalhadores possuía um tempo de filiação prévia no partido acima do exigido por lei (um ano) e atuavam na estrutura organizacional do partido, ocupando cargos ou participando ativamente do diretório. Eram poucos os candidatos que nas duas eleições haviam ingressado no partido no período limite para a filiação. Diferentemente do PSDB, onde não somente o tempo de filiação médio dos seus candidatos era inferior a média do tempo de filiação dos candidatos do PT, como a maioria dos candidatos que entravam na disputa possuía um tempo de filiação de pouco mais de um ano.

O PT em São Carlos mostrou-se restritivo quanto ao lançamento de candidaturas não somente a partir das suas referências legais, ou seja, no âmbito do seu estatuto, mas também porque boa parte dos candidatos que compunham a lista nas eleições de 2000 e 2004 eram lideranças que atuavam organicamente dentro da máquina partidária. O peso deste recurso enquanto critério de seleção ficou mais evidente na véspera da última eleição, quando havia mais pretendentes do que vagas, obrigando as lideranças a adotarem diretamente este critério restritivo.

Em relação ao processo de seleção de candidatos, é nítido que existem mais diferenças organizacionais do que similaridades entre o PSDB e o PT. Em alusão ao modelo de DUVERGER (1980), o primeiro possui certas características pertinentes à um partido de quadros, enquanto o segundo à um partido de massas. Vale ressaltar que este enquadramento analítico refere-se especificamente ao momento político envolvendo o recrutamento de lideranças.

No PSDB as principais decisões estão concentradas nas mãos de poucas lideranças, não existindo um corpo militante capaz de realizar uma pressão centrípeta. Essa militância inexpressiva é reflexo da baixa atividade do partido fora do período envolvendo a escolha de candidatos e às eleições. Os selecionados para ingressar na disputa eletiva são frutos de um critério envolvendo sua capacidade técnica, aptidões e qualidades subjetivas para angariar votos para o partido. A dedicação militante neste caso não entra como um critério distintivo.

A busca pelo sucesso eleitoral também é uma finalidade do Partido dos Trabalhadores. No entanto, a candidatura neste partido é motivada também pela atuação militante do indivíduo, sendo que estas características possuem um expressivo peso político enquanto critério de seleção. O partido mostrou-se bastante disposto a renovação dos quadros ingressantes na disputa, porém isso não atenuou o grau de restrição para com aqueles que almejassem uma vaga enquanto candidato. Existe a sustentação formal, amparada pelo estatuto, em paralelo com a restrição política, amparada pela necessidade de atuação enquanto liderança partidária. A convocação do diretório para resolver as divergências quanto a indicação de alguns nomes na chapa deixou evidente que este recurso, quiçá aplicado em outros momentos críticos, legitimamente atuou sustentando a construção da lista, fazendo prevalecer a vontade da maioria dos membros do partido. Por fim, a educação política advinda da participação orgânica no partido era rechaçada pelos cursos de preparação de vereadores promovido pela macro região.

\* \* \*

Acredito que, em termos de colaboração, este trabalho pôde preencher algumas lacunas relativas ao tema estudado: primeiramente, o tema seleção de candidatos ainda sofre certa restrição por parte dos cientistas políticos brasileiros, por ser um tema onde alguns requisitos metodológicos e analíticos restringem-se aos bastidores da política partidária. Este trabalho pretende ser mais um estímulo ao estudo deste fenômeno político crucial nas democracias representativas. Em segundo lugar, espero ter contribuído para aumentar o rol dos interessantes estudos realizados sobre a política local em São Carlos. Nenhum pesquisador sobre a cidade havia estudado com tal profundidade o objeto deste trabalho, por isso espero que este ineditismo também sirva de estopim para outros trabalhos sobre o mesmo fenômeno em partidos e contextos políticos diferentes na cidade. Afora o

fato de ter sido um dos pioneiros a empreender um trabalho acadêmico sobre as últimas duas eleições. Em terceiro lugar, ao adotar o institucionalismo enquanto ferramenta teórica, procurei abrir espaço à relevância institucional nos processos de decisão política, em contrapartida à uma corrente estritamente comportamentalista. Por fim, espero que os modelos a que faço alusão nesta pesquisa possam servir de referência para outros trabalhos sobre seleção de candidatos no âmbito não somente da esfera local, mas também estadual e federal.

Muitas lacunas e dificuldades teóricas metodológicas foram apontadas durante o texto e ainda carecem de um trabalho mais minucioso. Sem dúvidas a maior dificuldade para a realização da pesquisa ocorreu durante a coleta de dados, já que além de estudar duas eleições que já haviam ocorrido (o que dificultou a reconstituição do período histórico), muitos dos dados que seriam fundamentais estavam “engavetados” no partido, somente podendo ter acesso aqueles restritos ao núcleo partidário. Outro ponto diz respeito às finanças pessoais de cada selecionado. Um dos critérios utilizados pelos partidos certamente é a capacidade do indivíduo em sustentar financeiramente uma campanha política. A dificuldade em se obter dados fidedignos sobre esta questão impossibilitou-me de dar um aprofundamento analítico para esta questão. Os recursos de campanha e o patrimônio pessoal dos políticos ainda é um campo vasto nos estudos acadêmicos.

O vislumbre para uma nova etapa e um novo desafio acadêmico nasce de um trabalho árduo e bem feito. Esta é o resultado contemplado nesta pesquisa. Espero poder ter contribuído para a Ciência Política não somente inserindo em suas fileiras analíticas mais uma produção científica, mas também no incentivo à produção de novos trabalhos sobre o tema abordado.

## Apêndice

---

### Procedimentos Metodológicos

#### a-) Coleta de dados

Em seu texto “Metodologia em Ciências Sociais”, Weber aponta a função da Ciência como sendo a de “transformar em problema o que é evidente por convenção” (WEBER, 1992, pág. 369). O plano metodológico da pesquisa consistiu justamente em procurar ferramentas que propiciassem a busca pela solução de algumas questões acerca de um assunto ainda pouco explorado (seleção de candidatos).

Dentro do contexto a ser estudado (político-partidário), é extremamente importante estar atento e disposto a observar os diferentes fenômenos envolvidos, captando o sentido das ações sociais. A orientação comportamental de um indivíduo, dentro da arena política, estará condicionada a todo instante pelo comportamento de outros indivíduos a sua volta. *Toda esta interação é delimitada por normas institucionais que definem as regras do campo de atuação.* Compreender o fenômeno do lançamento de candidaturas trouxe à tona questões que por mera observação interacional seria muito difícil serem enxergadas. Partiu-se do enfoque voltado para o partido enquanto agente institucional capaz de ditar os procedimentos e a delimitação na conduta dos atores.

Assim como a estrutura do trabalho que fora dividido em duas partes interdependentes, o procedimento metodológico envolveu duas grandes e longas etapas: o levantamento bibliográfico, seguido pela discussão e a amarração das principais idéias; e a busca por fontes e coleta de dados, seguida pela análise e triangulação dos mesmos.

A pesquisa bibliográfica envolveu buscas em acervos bibliotecários, mesmo que lamentavelmente este acervo fosse escasso. As bibliotecas mais visitadas foram a Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos, que possui um bom acervo principalmente em trabalhos sobre a cidade de São Carlos; a biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara e o IFCH da UNICAMP, que além de vários catálogos estrangeiros (portugueses, espanhóis e americanos) sobre partidos, forneceu um ótimo acervo de periódicos que nem mesmo on-line estavam disponíveis.

Como trabalho monográfico, realizei uma pesquisa de levantamento bibliográfico comentando e discutindo os principais estudos nacionais e alguns internacionais sobre carreira política. Na época utilizei o serviço digital como forma de acessar artigos e também como um instrumento que me proporcionou entrar em contato com diversos professores de diferentes universidades (inclusive americanas<sup>162</sup>), via correio eletrônico em sua maioria disponíveis no sistema lattes de pesquisa. Boa parte do material recolhido e discutido serviu de base para introspecções analíticas na temática de carreira e surgimento de candidatos políticos.

A tarefa de levantamento bibliográfico não se restringiu somente em apresentar as principais contribuições dos principais expoentes na literatura específica sobre o tema, mas também adequar esta discussão ao estudo de caso proposto. A justificativa para a interdependência das duas partes deste trabalho apóia-se no fato de a todo instante a discussão teórica prévia ter sido reformulada em detrimento de novas conclusões que os resultados de campo mostraram.

Apesar de a fonte bibliográfica nacional ter apresentado lacunas, foi possível trabalhar teoricamente com base na literatura produzida em outros países, principalmente a norte-americana. A quantidade de citações em língua inglesa denuncia esta obrigação do contato com trabalhos internacionais. Boa parte destas fontes estão disponíveis no acervo de periódicos da CAPES<sup>163</sup>

Como esta pesquisa tem como propósito apresentar algumas considerações sobre os aspectos institucionais que norteiam o campo do lançamento de candidaturas, além do trabalho bibliográfico, os dados envolvidos foram de natureza tanto qualitativa quanto quantitativa. GALLAGHER (1988) forneceu algumas úteis orientações sobre as principais fontes de exame para um trabalho mais minucioso sobre seleção, orientações metodológicas estas que foram seguidas à risca. O autor enfatiza que é preciso estar tendo contato com o material formalmente produzido pelo partido, como os estatutos, registros internos, atas de convenções e minutas de reunião. Para a reconstrução dos fatos ocorridos, inclusive nos bastidores, a entrevista em profundidade surge como uma ferramenta importante. Os meios de comunicação, principalmente os meios impressos, aparecem como ótimas fontes para a

---

<sup>162</sup> Neste ponto agradeço ao Prof. Dr. Michael Mezey, da Universidade de Chicago, pelo artigo enviado via correio eletrônico e pela cordialidade e disponibilidade.

<sup>163</sup> Acervo disponível no world wide web através do site [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)

reconstrução de alguns acontecimentos na época. O autor enfatiza também a necessidade da verificação das preferências de escolhas dos partidos, por meio da análise do background dos escolhidos, comparando com os aspirantes sem sucesso e dentre os escolhidos aqueles que foram eleitos (pág.06-07)

As informações sobre o background dos candidatos lançados nas eleições do pleito de 2004 foram obtidas através do endereço eletrônico do TSE e do TRE<sup>164</sup>. Ambos os sites estão em processo de atualização, por isso ainda faltam diversos dados importantes não somente para aqueles que ambicionam realizar uma coleta com fundamento científico, mas também para o eleitor estar conhecendo melhor aqueles que foram selecionados pelos partidos para disputarem seus votos<sup>165</sup>. Nas eleições municipais anteriores a 2004 somente a lista de candidatos e a porcentagem de votos obtidos estão disponíveis. Na internet via endereço eletrônico do PT e do PSDB, também foi possível ter acesso aos seus estatutos partidários na íntegra.

Para uma coleta mais apurada de dados sobre a composição social dos candidatos a vereador por São Carlos foi feita uma pesquisa meticulosa no acervo presente no cartório eleitoral<sup>166</sup>. Além do contato com dados sobre background dos candidatos do PT e PSDB, foi possível ter acesso também às atas das convenções prévias às eleições, estas para lançar oficialmente as candidaturas. Na ficha de inscrição de cada candidato, constam os dados pessoais, e isto inclui o tempo de filiação partidária. Este dado importante, na maioria dos casos mantido em sigilo pelos partidos, proporcionou uma melhor compreensão dos critérios que são utilizados pelos selecionáveis para indicar candidaturas, uma vez pode indicar se o tempo de dedicação partidária foi relevante enquanto uma variável de peso neste processo.

Estas informações foram catalogadas em um banco de dados no programa Excel for Windows, programa este que possibilitou a sistematização destes dados, assim como a construção de tabelas e gráficos.

Por esta pesquisa ter como objetivo primário de investigação (BERICART, 1988) compreender o partido enquanto uma instituição que interfere no processo de seleção de

---

<sup>164</sup> Para maiores detalhes, ver [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) e [www.tre-sp.gov.br](http://www.tre-sp.gov.br)

<sup>165</sup> Faltam ainda dados sobre filiação, fidelidade e histórico partidário, prestação de contas, etc.

<sup>166</sup> Pertencente a 121-a Zona Eleitoral.

candidatos, os diretórios, que na esfera municipal geralmente tendem a representar o *locus* oficial do partido, tiveram uma importância significativa. O contato com pessoas e documentos dos arquivos do PSDB quanto do PT somente foram possíveis após alguns contatos prévios (inclusive com a finalidade de realizar entrevistas) com pessoas influentes dentro da organização. Em uma pesquisa desta natureza, que envolve elementos passíveis de pouco acesso por parte de indivíduos fora do campo de atuação do objeto, faz-se necessário o que TAYLOR & BOGDAN (1992) denominaram de *portero*. Os *porteros* seriam as portas de entrada que facilitariam um raio maior de contato com documentos e pessoas ligadas ao seu objeto de pesquisa. Em ambos os partidos, pessoas influentes dentro do mesmo foram decisivas neste acesso a alguns documentos internos, como as atas das quatro convenções pré-disputa eleitoral (2000 e 2004) e as fichas com as datas de filiação dos candidatos. Existiu certa dificuldade em ter acesso aos documentos do PSDB porque o partido não possui sede própria (diretório partidário).

Para uma maior compreensão da dimensão organizacional de ambos os partidos analisados, além dos dados de composição social, foram feitas entrevistas em profundidade com todos os candidatos eleitos pelo PT e PSDB para o pleito de 2005-2008, com alguns candidatos que disputaram as eleições, mas acabaram não sendo eleitos, com lideranças de ambos os partidos, funcionários e referências da ala juvenil. Os entrevistados estão discriminados abaixo, juntamente com suas qualificações profissionais e políticas:

1 – Dorival Mazola, vereador eleito em 2004, candidato derrotado a deputado estadual nas eleições de 2006, ingressou no PSDB à convite de Paulo Altomani, que enxergou nele um candidato potencial.

2- Maurício Ortega, vereador eleito em 2004, foi um dos fundadores do PPS na cidade de São Carlos, é professor, e filiou-se ao PSDB para a última disputa eleitoral.

3- Rubens Maciel, vereador eleito pelo PPS, que posteriormente migrou para o PSDB, por incentivo do líder do partido na cidade, Paulo Altomani.

4- Lineu Navarro, o vereador mais votado nas últimas eleições municipais, é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, foi membro do movimento estudantil, posteriormente atuando como professor de ensino médio. Candidato derrotado a deputado estadual nas eleições de 2006.

5 – Silvana Donatti, vereadora eleita pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2004, é secretária e uma das fundadoras do partido na cidade de São Carlos.

6- Danilo de Souza Morais, estudante de pós-graduação pela Universidade Federal de São Carlos, é membro ativo do Partido dos Trabalhadores, atuando tanto na articulação com a juventude do partido, como também nas disputas eleitorais.

7 – Caio Luchesi, estudante universitário pela Universidade Federal de São Carlos, está filiado ao PSDB à cerca de um ano e seis meses, e atualmente é o presidente da juventude do partido na cidade.

8 – José Roberto Paino, líder sindical, candidato pelo PSDB a vereador nas eleições de 1992 e 1992. Atualmente é membro do diretório municipal e Delegado da Convenção Regional do partido.

9 – Géria Montanari Franco, foi vereadora pelo PT na gestão 2000-2004, e atualmente é secretária da educação do governo Newton Lima.

10- Ney Villela, um dos líderes do PSDB na cidade, atualmente é coordenador da sede do Instituto Teotônio Villela na cidade.

11 – Thiago Peixe, membro da Juventude do PSDB, trabalha como assessor do vereador Rubens Maciel.

12- Fátima Bonjiono, fundadora do PT na cidade de São Carlos, atualmente ocupa o cargo de 1º secretária da Executiva municipal.

13 – Marco Antonio Leite Brandão, professor de ensino médio, foi candidato a vereador pelo PT nas eleições de 2000.

14 – José Edie de Assis Camelo, relojoeiro, foi candidato a vereador pelo PT nas eleições de 2000. Em 2002 deixou o partido e atualmente está afastado das atividades político-partidárias

15 – Ismael Ferreira, ambientalista, foi candidato a vereador pelo PT nas eleições de 2000 e 2004.

16 – Nereide da Silva, trabalha na Fundação Pró-Memória em São Carlos, foi candidata a vereadora pelo PT nas eleições em 2004.

17 – Ariovaldo Brigante, advogado, foi candidato a vereador pelo PMDB nas eleições de 1996 e pelo PSDB em 2000.

18 – Landerson Aparecido Batista, funcionário do mercado municipal, foi candidato a vereador pelo PT nas eleições em 2000.

19 – Waldomiro Bueno, delegado da Convenção Nacional e membro da executiva do PSDB. Foi presidente durante quatro gestões presidente do partido.

20 – José Pinheiro, advogado, foi candidato a vereador pelo PSDB nas eleições de 2000 e 2004, sendo eleito nas duas ocasiões. Em 2005 se desfilia do partido e ingressa no Partido Verde (PV).

21 – Erondino Rios, comerciante, foi candidato a vereador pelo PSDB nas eleições de 2000. Atualmente está afastado das atividades político-partidárias.

22 – Célia Donizetti Scarpe Chinaglia, comerciante, foi candidata a vereadora pelo PSDB nas eleições de 2004.

23 – Aparecido Evangelista, metalúrgico, foi candidato a vereador pelo PT nas eleições de 2004.

24 – Antonio Florindo Zanette, empresário, foi candidato a vereador pelo PSDB nas eleições em 2004.

A escolha das pessoas para entrevista em profundidade foi fruto das bases referenciais construídas ao longo da coleta de dados. Observou-se até que ponto determinado indivíduo seria uma peça importante para a reconstrução de fatos ocorridos durante o processo de recrutamento de candidatos, assim como para a mensuração da dimensão organizacional dos partidos em questão.

Foram feitas também entrevista de caráter mais informal, como forma de adicionar dados que seriam relevantes, mas sem a necessidade de apresentar o informante, uma vez que muitas destas conversas continham informações que eram restritas somente à pessoas ligadas aos respectivos partidos. Por isso, procuramos preservar a identidade das mesmas.

As entrevistas foram submetidas a uma verificação crítica preliminar, possibilitando assim a identificação das informações mais relevantes, haja vista em diversos momentos durante algumas entrevistas ter havido uma fuga no foco da questão a ser diagnosticada, pertinente a cada pergunta. Como o questionário era de natureza qualitativa, a informação verbal e direta nascia sob a forma de relato. Foi inserido em seu contexto perguntas que exerciam a função de controle indireto. A informação em forma de relato possibilita uma informação

Seria bastante profícuo que todos aqueles selecionados tanto pelo PT como pelo PSDB pudesse ser entrevistados. Mesmo para a aplicação de um questionário de natureza mais qualitativa, as informações que seriam obtidas certamente enriqueceriam o material disponível para estudo. Por uma questão de tempo hábil e inviabilidade de localização de

todas essas pessoas, os dados referentes aos mesmos limitaram-se aos constados em registro no partido e no Tribunal Superior Eleitoral.

Nesta etapa, o encontro com o entrevistado em certos aspectos transcorreu de maneira mais formal e individual, tal como assinalou BECKER (1994). As perguntas foram formuladas com o intuito de criar um roteiro relativamente solto, propiciado ao entrevistado a todo o momento ter liberdade para expressar suas opiniões (ver o roteiro no ANEXO I). As entrevistas eram de natureza aberta do tipo semi-estruturadas e intencionais. Certos assuntos para determinados casos (um determinado político do partido A manifestando suas opiniões sobre condutas de recrutamento do partido rival B) envolveram algumas qualidades elementares no mento da entrevista, como disposição para ficar calado e escutar, capacidade de mostrar compreensão, simpatia e respeito pelas opiniões a serem transmitidas e flexibilidade na reação em relação a eles.

O local onde transcorreram as entrevistas variou de acordo com a disponibilidade e preferência do entrevistado. Na maioria dos casos, as entrevistas foram realizadas ou em seus respectivos escritórios pessoais ou em suas residências. Todas as entrevistas realizadas foram gravadas em fitas cassetes e posteriormente transcritas manualmente, sendo então armazenadas em um banco de dados para análise de conteúdo. O número de entrevistas foram definidas pelo critério de redundância, que consiste em checar o ponto onde as informações obtidas passam a ser repetidas.

Outra importante fonte de material para a reconstrução analítica do processo eleitoral foi obtida pela coleta de notícia procedentes dos três principais jornais da cidade, “A Tribuna”, “Primeira Página” e “A Folha”. O acervo de ambos encontra-se disponível para consulta popular na Biblioteca Francisco Xavier, localizada de frente para a Câmara Municipal. O norte que delimitou a extensão do período a ser pesquisado consistiu em dois meses antes das eleições, onde os partidos iniciam os primeiros passos sinalizados para a disputa política, e dois meses depois, neste caso com o objetivo de verificar casos de inscrição, homologação e indeferimento de candidatos cadastrados pelos partidos.

## **b-) Análise dos dados**

O amplo levantamento bibliográfico possibilitou a construção de um texto de caráter altamente descritivo, porém recheado com informações fundamentais que permeiam toda a

discussão envolvente com a pesquisa. Toda a primeira parte do trabalho possui esta finalidade, daí a relevância do fichamento e “amarramento” das principais idéias de cada autor. Novamente enfatiza-se aqui, este trabalho possuía duas metas, analisar teoricamente a influência da organização partidária no processo de construção de candidaturas e legitimá-lo com o estudo de caso.

Os dados quantitativos oriundos do banco de dados, construídos a partir das características de *background* de cada candidato, foram analisados, comparados, triangulados, apresentando assim algumas conclusões (como se verá adiante). A partir destes dados foram montadas as tabelas de porcentagem e gráficos, para finalidade de facilitar a visualização do problema em discussão. Todos os gráficos foram gerados a partir da inserção de dados no programa ORIGIN –PRO7. A técnica da triangulação em uma pesquisa só é possível quando existe uma múltipla fonte de dados, o que ocorre com esta pesquisa. Lembrando que a apresentação nesta dissertação sob a forma de texto trabalhado está restrita apenas aos dados em sua forma já analisada. A disponibilidade do banco de dados em forma “crua” estará disponível ante as solicitações para fins de análises.

Por ser a análise dos dados um processo dinâmico e criativo (TAYLOR & BOGDAN, 1992), categorias de análise foram criadas no momento da codificação dos mesmos. Estas categorias tiveram como matriz de orientação no aspecto categórico-teórico a concepção de partidos sob a ótica do neo-institucionalismo, com especial ênfase para a escolha racional; e no plano da pesquisa dos resultados de campo sob a forma de categorias sócio-ocupacionais, como profissão, data de nascimento, estado civil, tempo de filiação partidária.

A análise das entrevistas, através da leitura de suas transcrições, pautou-se nas informações que estavam em congruência com os objetivos almejados com a pesquisa, uma vez que o trabalho qualitativo, neste caso, envolve uma interpretação daquilo que necessariamente irá ser coerente com a pesquisa.

O material recolhido dos jornais ajudaram a preencher certas lacunas criadas pela descrição e narrativa dos fatos. Uma complementação de data, alguns números que durante uma entrevista não foram lembrados, e mesmo a construção do fato por parte do meio de comunicação foram alguns dos papéis que os periódicos exerceram durante a construção do texto.

## Bibliografia

---

BAERT, Patrick. (1997) “*Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia*”. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 12 nº 35. SP.

BECKER, Howard S. (1994) “*Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*”, São Paulo, HUCITEC.

BERICART, Eduardo. (1998) “*La integración de los métodos cuantitativos y cualitativos en la investigación social. Significado e medida*”. Barcelona, Editorial Ariel.

BOURDOUKAN, Adla. (2006) “*Trajetória de Carreira e Arenas Políticas*”. Paper apresentado no 5º Encontro da ABCP. FAFICH/UFMG. Belo Horizonte.

BLACK, Gordon S. (1972) “*A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives*” In. *The American Political Science Review* vol. 66, 144-159.

BRAGA, Maria do Socorro. (2005) “*Partidos Políticos: Organização e Controle sobre a Dinâmica de Representação na Democracia Brasileira*”. Artigo apresentado no V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) – UFMG. Minas Gerais.

BORCHERT, R. & STOLZ (2002). “*Fighting Insecurity: Political Careers and a Career Politics in the Federal Republic of Germany*”. American Political Science Annual Meeting. Boston, August 29-Sept. 01.

COSTA, Adriano Soares da. (2002) “*Inelegibilidade e inabilitação no direito eleitoral*”. Faculdade de Direito de Maceió.

COUTO, Cláudio Gonçalves. (1998). “*Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano*” In. ANDRADE, Régis de Castro (org.) “*Processo de governo no município e no Estado*” Edusp. SP.

DAHL, Robert (1997) “*Poliarquia – participação e oposição*”. São Paulo. EDUSP

DOWNS, Anthony. (1999) *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.

DURKHEIM, E. (1998). "O contrato social e a constituição do corpo político", in: QUIRINO, C. & SOUZA, M. (orgs.). O pensamento político moderno, op. cit. Ed. UNESP/SP

DUVERGER, Maurice (1980). “*Os partidos políticos*”. Brasília. Editora da UNB.

ELGIE, Robert. (1995) “*Political Leadership in Liberal Democracies*”. London. Series Editor.

EPSTEIN, L. (1980) “*Political parties in western democracies*”. New York: Columbia University Press.

FARELO LOPES, Fernando (2002). “*Partidos políticos e sistemas eleitorais: uma introdução*”. Celta Editora. Oeiras, Lisboa.

FELISBINO, Riberti de Almeida. (2000) *Processo de Decisão Política na XII Legislatura (1997-2000) da Câmara Municipal de Mogi Mirim*. Monografia. UFSCar, São Carlos.

\_\_\_\_\_. (2003) *O Legislativo municipal em Dois contextos democráticos (1946-1964 e pós-1988): O caso da Câmara Municipal de Mogi Mirim (SP)*. Dissertação de Mestrado. UFSCar, São Carlos.

FERNANDES, Antonio Sergio Araújo. (2002) “*Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados*”. In *BIB*, nº 53, São Paulo, pp. 79-102.

FEREJOHN, John e PASQUINO, Pasquale. (2001) “*A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política*”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16, nº 45, fev, pp.05-24.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999) *“Executivo e legislativo na nova ordem constitucional”*. São Paulo: Ed. da FGV.

FLEISHER, David. (1993) *“Recrutamento partidário”* in Partidos Políticos. Caderno de Política. Brasília Editora UNB.

FOX, Richard L. & LOWLESS, Jennifer L. (2005). *“Run or not to run for office: explaining nascent political ambition”*. American Journal of Political Science. Vol. 49. nº03. July.

FREIDENBERG, Flavia e SÁNCHEZ LÓPEZ, Francisco. (2002) *“Como se escolhe um candidato a Presidente? : Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina”*. *Opinião Publica*, vol.8, no.2, p.158-188, out.

GALLAGHER, Michael and MARSH, Michael, (1988) *“Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics”*, London, Sage

GERALDI, Wallace Lima. (2005). *“O poder local em São Carlos”*. Relatório final apresentado ao Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD). Departamento de Ciências Sociais. UFSCar. São Carlos - SP

HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. (2003) *“As três versões do neo-institucionalismo”*. In Lua Nova Revista de Cultura e Política, nº 58, pp.193-223.

HIBBING, John R. (1999). *“Legislative Careers: Why and How We Study Them.”* Legislative Studies Quarterly 24 (Maio): 149-71.

HOLLINGSWORTH, J. Rogers. (1998) *“Advancing the sócio-economic paradigm with Institutional Analysis”* In: Toward a new sócio-economic paradigm: discussion.

IMMERGUT, Ellen M. (1998), *“The Theoretical Core of the New Institutionalism”*. *Politics & Society*, vol. 26, nº 1, pp. 5-34

JÚNIOR, João Marino (2005). “*O Orçamento Participativo e Poder Local – Um estudo sobre Araraquara, Franca e São Carlos no período 1999/2002*”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. UFSCar - SP

KAM, Tomas (2002) “*Quid Pro Quo: Loyalty, Dissent, and Career Advancement in British Parliamentary Parties, 1970-95*”.

KATZ, Richard S. (2001) “*The problem of candidate selection and models of party democracy*”, PARTY POLITICS VOL 7. No.3 pp. 277–296, SAGE Publications London Thousand Oaks New Delhi, Copyright ©.

KERBAUY, M. T. M. (2004) . “*As Câmaras Municipais brasileiras. Perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local*”. In: Rachel Meneguello. (Org.). O Legislativo brasileiro. Brasília: Gráfica do Senado, v. 1, p.

KLINGEMANN, H-D, “*A new hand book of political science*”, Oxford University Press.

KINZO, Maria D’Alva. (2005) “*Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil*”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.20 nº 57, São Paulo, Fev.

KIRCHERAIMER, Otto. 1966. “*The Transformation of the Western European Party Systems*”. In: LaPalombara, J. e Weiner, M. (eds.) Political Parties and Political Development. Princeton, Princeton University Press.

KUSCHNIR, Karina. (2005) “*O Cotidiano da Política*”.v.1. p.162. RJ. Jorge Zahar.

LAMOUNIER B. & R. MENEGUELLO (1986) “*Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O caso brasileiro*”. São Paulo: Ed. Brasiliense.

LEITE, Christina Leite. (2000). “*Partidos e organizações partidárias no município de São Carlos – 1964 a 1979*”. In: Revista Teoria e Pesquisa. Pp 32-35. São Carlos. Janeiro/Dezembro.

LEMOS, L. B. de S. & RANINCHESKI, S. “*Carreras políticas en el Senado brasileño: un estudio de las composiciones del Pleno y de la Comisión de Constitución, Justicia y Ciudadanía en la década del 90*”. Political careers in the Brazilian Senate: a study of the make-up of the Floor and the Constitution, Justice and Citizenship Committee in the 1990s]. LATEINAMERIKA ANALYSEN, Ibero-American Studies Institute, Hamburg (Germany), n. 4, 2003.

LEONI, Eduardo, PEREIRA, Carlos and RENNÓ, Lúcio “*Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil*”. Opin. Publica, Maio 2003, vol.9, no.1, p.44-67.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. (1973).“*Carreira Política e mobilidade social: O legislativo como meio de ascensão social*”. Revista de Ciência Política. RJ. Abr/jun.

LIMONGI, Fernando. (1994) “*O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente*”. In *BIB*, nº 37, Rio de Janeiro, pp. 3-38.

LOPES, Fábio José Rodrigues (2000). “*Partidos e organizações políticas em São Carlos – 1979 a 1996*”. Teoria e Pesquisa, 32-35. São Carlos. Janeiro- Dezembro.

MADURO, Lídice Aparecida Pontes. (1972). “*O processo político-partidário*”. Revista de Ciência Política. RJ. Out/Dez

MAESTRAS, Cherie. (2003) “*The incentive to listen: progressive ambition, resources and opinion monitoring among state Legislators*”. In *Journal of Politics*, vol. 65, nº02. May.

MAINWARING, Scott. (1991) “*Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais*”. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, nº 29, março.

MAOR, Moshe. (1997) “*Cohesion and Dissent*”. In: Maor, M. *Political parties and party systems. Comparative approaches and the British experience*. Londres, Routledge, p.135-165.

MARENCO dos SANTOS (1997) “*Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, p. 87-101.

MARQUES, José Elias Domingos Costa (2004). “*Carreira Política: um balanço crítico das principais produções nacionais*”. Monografia de conclusão de curso. Depto Ciências Sociais. São Carlos. Dezembro.

MARRARA, Zulimar (1998). “*Representação política e processo eleitoral: um estudo de caso em São Carlos*”. Dissertação de mestrado. PPGCSO. UFSCar. São Carlos.

MAYHEW, David R. (1974), *Congress: The Electoral Connection*. New Haven, Yale University Press.

MELO, Carlos Ranulfo. (2000) “Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados”. Paper apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, Outubro.

MENEGUELLO, Rachel e LAMOUNIER, Bolívar. (1986) “*Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*”. São Paulo: Editora Brasiliense.

MEZEY, Michael, (1983). “*The Functions of Legislatures in Third world*”, *Legislative Studies Quarterly*, nº VIII, DePaul University, November.

MICHELS, Robert. (1982) “*Sociologia dos partidos políticos*”. Brasília, UNB, 15-57, 219-243.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003). “*Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. UNB

MONSMA, Karl. (2000) Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. *Rev. bras. Ci. Soc.* Vol.15 nº43., Jun.

NASSER, Elizabeth Mafra Cabral. (2004). "*Mulher procurando espaço na política*". Publicação no "Jornal de Hoje". Natal. Agosto.

NICOLAU, Jairo (1996) "*Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*". Rio de Janeiro: Editora FGV.

NOGUEIRA, Octaviano. (1997), "*Representação Proporcional e Distorção Eleitoral*". *Estudos Eleitorais*, vol. 1, nº 1, Tribunal Superior Eleitoral.

NORRIS, Pippa. (1995) "Political Recruitment: gender, race and class in the British Parliament. Cambridge. Cambridge University Press.

NORTH, Douglas. (1990). "*Institucional Change – teory and empirical findings*". Oxford Review. London.

NUNES, Edson de Oliveira. (1997) "*Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento*". Rio de Janeiro: Zahar Editores.

OLIVEIRA, Andréa Critsina de. (1995). "*Relações de Poder em São Carlos*". Série monografias de graduação em Ciências Sociais Vol. I. UFSCar. São Carlos – SP.

\_\_\_\_\_ (1998) "*Participação Popular e Clientelismo*". Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – SP

OLSON, Mancur (1999). "*A lógica da ação coletiva – uma teoria dos grupos sociais*". Edusp. São Paulo.

PANEBIANCO, Angelo (1992) "*Modelos de Partidos*". Madri, Fundo de Cultura Economica.

PARAHYBA, Maria Antonieta A.G. (1971) “*Candidatos versus sistema político – notas de uma pesquisa sobre o acesso aos cargos na Guanabara*”. Revista de Ciência Política. Pg. 29-42 out/dez. RJ

PAUL Hirsch, STUART Michaels e RAY Friedman (2003) “*Mãos sujas versus modelos limpos: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia ?*” in A nova sociologia econômica. Celsa Editora – Oreiras.

PITA, Nilda. e ARRUDA, José Maria. (1966). “*Composição sociológica da Assembléia Legislativa do estado da Guanabara*”. Revista de Direito Público e Ciência Política. Vol. IX nº 3. RJ. Jul/set.

PUTNAM, Robert. (1999) “*Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*”. RJ Editora FGV.

QUEIROZ, M. I. P. (1983). “*Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*”. 2.ed. São Paulo, CERU e FFLCH/USP.

RAHAT, Gideon e HAZAN, Reuven Y. (2001) “*Candidate Selection Methods An analytical framework*”. Political Studies, Vol. 7. No.3 pp. 297-322.

REIS, Fabio Wanderley. (1988) “*Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional*”. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 3, nº 6, fev. pp.26-38.

RIPER, Paul P. Van. (1987) “*Como organizar uma campanha política*” In: Manual de política prática. SP Ed. Record.

RODRIGUES, Fernando (2006). “*Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder*”. São Paulo. Publifolha.

RODRIGUES, Leôncio Martins (2002) *“Partidos Ideologia e Composição Social – Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados”*. São Paulo, EDUSP.

\_\_\_\_\_ (2006). *“Mais transparência para a vida política”*. In *Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder*. Fernando Rodrigues. Publifolha, São Paulo-SP

ROHDE, David W. (1979) *“Risk-Bearing and Progressive Ambition: The Case of Members of the United States House of Representatives”* In, *American Journal of Political Science*, vol. 23, n. 1 (feb.), 1-26

ROMA, Celso. (2002) *“A institucionalização do PSDB entre 1988”*. Revista Brasileira de Ciências Sociais., Junho

\_\_\_\_\_ (1997) *“Política ideológica do PSDB: estudo da organização partidária dos tucanos em São Carlos”*. Monografia de conclusão de curso. Depto Ciências Sociais. UFSCar. São Carlos.

ROTHSTEIN, Bo. (1996) *“Political institutions: na overview”* in: GOODIN, R. e

ROSENTHAL, Alan. 1996. *“State Legislative Development: Observations from Three Perspectives.”* Legislative Studies Quarterly 21 (Maio): 169-98

RUGGIERO, Nelson (2005) *“A atuação do vereador na Câmara Municipal de Araraquara: processo legislativo em dois momentos”*. Dissertação de mestrado. UFSCar. São Carlos - SP.

SÁ, Eduardo Sotero de. (1999). *“A renovação política em São Carlos (1947-1996)”*. Monografia de graduação. UFSCar. São Carlos-SP

SAMUELS, David. (2002) *“Ambassadors of the States: political ambition, federalism and congressional politics in Brazil”*. New York: Cambridge University Press.

SANTOS, Fabiano (2000) “*Deputados Federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99*” In Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo. Ed. Konrad Adenauer.

SARTORI, Giovanni. (1982). “*Partidos e sistemas partidários*”. RS Zahar Editores.

SCHLESINGER, Joseph A. (1966) “*Ambition and politics: political careers in the United States*”. Chicago: Rand McNally.

SCHUMPETER, J. (1984). “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”. In Os Economistas. Parte IV. pág. 305-366. São Paulo: Ed. Abril.

SQUIRE, Peverill. 1992. “*The Theory of Legislative Institutionalization and the California Assembly*.” Journal of Politics 54 (Novembro): 1026-54.

STROM, Kaare. (1990), “*A behavioral theory of competitive political parties*” . *American Journal of Political Science* . 34 (1): 593-613, maio.

TAYLOR, S.J. & BOGDAN R. (1992) “*Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*” Barcelona, Paidós.

THÉRET, Bruno. (2003) “*As instituições entre as estruturas e as ações*”. In: Lua Nova, nº58, pp225-255

TOCQUEVILLE, Alexis de (2001) “*A Democracia na América*”. Livro I – Leis e Costumes. São Paulo Editora Martins Fontes.

TSEBELIS, George. (1998) “*Jogos Ocultos*”. São Paulo. EDUSP.

WEBER, M. (1997) “*A política como vocação*”, in: Weber, M. *Ciência e política: duas vocações*, São Paulo, Cultrix.

\_\_\_\_\_ (1992) “*Metodologia das Ciências Sociais*”, parte 1 e 2. São Paulo: Cotez; Campinas: EDUNICAMP.

\_\_\_\_\_ (1984) “*Governo Parlamentar e Democratização*” in Coleção “Os economistas”. SP. Editora Nova cultural.

VIANNA, *Maria Lúcia Teixeira Werneck*. (1973) “*O candidato e o processo eleitoral*”. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro. Abril/junho.

### **Sites visitados**

[www.politicodobrasil.com.br](http://www.politicodobrasil.com.br)

[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

[www.tre-sp.gov.br](http://www.tre-sp.gov.br)

[www.scielo.br](http://www.scielo.br)

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)

[www.psdb.org.br](http://www.psdb.org.br)

[www.itv.org.br](http://www.itv.org.br)

[www.fpabramo.org.br/portal](http://www.fpabramo.org.br/portal)

[www.camarasaocarlos.sp.gov.br/](http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/)

[www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)

[www.google.com.br](http://www.google.com.br)

## Anexos

---

### Anexo I

#### Roteiro de entrevistas semi-estruturadas

Entrevista com candidatos e membros ligados ao PT e PSDB em São Carlos

##### Seção 1 - Informação pessoal

a-) Sexo:  masculino       feminino

b-) Idade: \_\_\_\_\_ anos

c-) Estado Civil:  casado       solteiro  
 viúvo       vivendo maritalmente  
 desquitado       NR

d-) Naturalidade:  
Onde o Sr.(a) nasceu ? Cidade:  
Estado:

e-) Qual sua formação escolar ?  
 primário incompleto  
 primário completo  
 superior incompleto  
 secundário completo  
 superior incompleto  
 superior completo  
 pós-graduação

f-) Qual o tipo de curso superior (caso tenha concluído) ? Especifique o curso e a instituição.

##### Seção 2 – Atividades políticas anteriores e participação em entidades

a-) Na sua vida estudantil o sr. teve algum tipo de participação política (grêmio, diretório, congresso) ?  
 sim  
 não  
 NR

Especifique:

b-) O sr. faz parte de entidades como

- sindicato
- associação profissional
- grêmios ou clubes recreativos
- sociedades beneficentes
- associações religiosas
- nenhuma
- NR

c-) O sr. poderia nos descrever o tipo de atividade que exerce nessa entidade ?

d-) Quando se filiou ao partido?

e-) O sr. já pertenceu a outros partidos ? Caso a resposta seja positiva, quais são eles?

f-) Já participara de outras eleições por outro partido ?

g-) Como foi seu primeiro contato com o seu partido e o que o levou a se filiar ao mesmo ?

h-) Quais são suas funções ou cargos dentro do partido no momento ?

i-) Que critérios o sr. acha que prevalecem para a promoção interna dentro do partido ?

j-) Quais os principais problemas que enfrenta o seu partido atualmente, enquanto uma organização ?

h-) Quem são as pessoas que coordenam o processo de seleção de candidatos ?

Seção 3 – Relação do candidato com o partido (questões específicas somente para os candidatos).

a-) Como o sr. iniciou sua vida política ?

b-) Como seriam os procedimentos internos para a escolha do candidato ? Quais seriam os critérios que prevalecem? (escolaridade, renda, zonas de influência, etc).

c-) Quais seriam os motivos que o sr. pensa terem sido fundamentais para sua escolha como candidato do partido ?

d-) Pretende disputar novamente a eleição?

## Anexo II

### Ocupação dos candidatos a vereador pelo PT e PSDB nas eleições de 2000 e 2004

#### Candidatos a vereador – Partido dos Trabalhadores Eleições ano 2000

Nome	Ocupação
APARECIDO IRENEU BATISTA DE OLIVEIRA	Pedreiro
CARLOS PEZ	Aposentado
CASIMIRO PASCHOAL DA SILVA	Técnico de rede
GERIA MARIA MONTANARI FRANCO	Aposentada
GILSON JAMES DONIZETTI MUNIZ	Comerciante
ISMAEL FELICIANO FERREIRA	Comerciante
ISMAEL FERREIRA	Pintor
JOSÉ EDIE DE ASSIS CAMELO	Metalúrgico
JULIETA LUI	Professora
LANDERSON APARECIDO BATISTA	desempregado
LÍDIO FERREIRA FILHO	Operador de máquina
LUIS ROBERTO PELETERO	Servidor público -USP
LUIZ ANTONIO NAVARRO MAGALHÃES LUZ	Professor
MÁRCIO ROGÉRIO BERTUGA	Acupunturista
MARCO ANTONIO LEITE BRANDÃO	Professor
MESSIAS RAMOS RIBEIRO	Inspetor de qualidade
PEDRO DA ROCHA CARVALHEIRO	Ferramenteiro
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS	Técnico Eletrônico
ROSELEI APARECIDO FRANÇOSO	-
RUBENS SERANTOLA	Técnico eletrônico
SILVANA DONATTI	Secretária
TEREZINHA GOMES DA SILVA	Auxiliar de enfermagem

**Candidatos a vereador – Partido da Social Democracia Brasileira  
Eleições ano 2000**

<b>Nome</b>	<b>Ocupação</b>
ADEMIR MARTINS DE OLIVEIRA	Contador
ALESSANDRO TADEU SPAZIANI	Professor
ANTONIO CARLOS APARECIDO BACARO	Investigador de Polícia
ANTONIO PIRES DE ALMEIDA	Autônomo
ARIOVALDO BRIGANTE	Advogado/Engenheiro
CARLOS APARECIDO ELIAS RIBEIRO	Vigilante
DIRCEU MATHIAS DE AGUIAR	Comerciante
ELIANE MENDONÇA DA SILVA SARTÓRIO	Auxiliar de enfermagem
ERONDINO RIOS	Comerciante
GUSTAVO CAETANO POZZI DA CUNHA	Estudante
JAIME BEZERRA DE ARAÚJO	Comerciante
JOÃO ALBERTO CRUVINEL MOURA	Advogado/Bancário
JOÃO CARLOS MORA	Médico
JOÃO LUIZ VIEIRA DE ALMEIDA	Professor
JOÃO OSCAR COMAR	Médico
JOAQUIM ZACARIN	Sapateiro
JOSÉ PINHEIRO	Político profissional
JURANDIR FERRANTE	Caminhoneiro
MARCELO BENEDITO DOS SANTOS	Comerciante
MARIA HELENA STABALITO RODRIGUES	Professora
MARTA RITA PEREIRA BRANCO	Comerciante
MAURO AUGUSTO DEMARZO	Engenheiro Civil/Professor Universitário
OSMAIR TADEU CANDIDO THOMÉ	Segurança
OSWALDO NOCERA	Vigilante
PAULO CESAR DA SILVA	Funileiro
RONALDO CESAR CARBONI	Inspetor de qualidade
SILVIO JOSÉ DA SILVA	Enfermeiro
SONIA LUCIA TREVIZAN	Cabelereira
SONIA MARIA RISSI	Autônoma
ULISSES MENDONÇA CAVALCANTI	Advogado
WALCINYR BRAGATTO	Bancário

**Candidatos a vereador pelo Partido dos Trabalhadores  
Eleições ano 2004**

<b>Nome</b>	<b>Ocupação</b>
GÉRIA MARIA MONTANARI FRANCO	Professor de ensino superior
HUMBERTO LUIZ PIETRONERO	Servidor Público Federal
ISMAEL FERREIRA	Trabalhador de artes gráficas
CARLOS ALBERTO RODRIGUES	Motorista de veículos de carga
CINTIA APARECIDA PRADO FERNANDES	Cabelereiro, barbeiro
EMERSON RENATO SIGNORI	Técnico de eletricidade, eletrônica
ISMAEL FELICIANO FERREIRA	Professor de ensino superior
SILVANA DONATI	Secretária
CASIMIRO PASCHOAL DA SILVA	Servidor Público Estadual
NEREIDE DA SILVA	Relações Públicas
ROSELEI APARECIDO FRANÇOZO	técnico de eletricidade, eletrônica
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS	Servidor Público Estadual
ANTONIO BARROS LIMA	Mecânico de manutenção
LUIZ ANTONIO NAVARRO MAGALHÃES LUZ	Professor de ensino de 1º e 2º graus
CARLOS HENRIQUE GARCIA	Técnico de química
CLAUDETE DE FÁTIMA OLIVEIRA ROSALES	Professor de ensino de 1º e 2º graus
APARECIDO DA SILVA EVANGELISTA	Montador de máquinas

**Candidatos a vereador pelo Partido da Social Democracia Brasileira  
Eleições ano 2004**

<b>Nome</b>	<b>Ocupação</b>
DORIVAL ANTONIO MAZOLA PENTEADO	Empresário
JULIO CÉSAR PEREIRA DE SOUZA	Empresário
SONIA MARIA RISSI	Empresária
JOSÉ MAURÍCIO ORTEGA	Professor de ensino de 1º e 2º graus
ROXANE CONCEIÇÃO ROCHA	Professor de ensino de 1º e 2º graus
ANTONIO FLORINDO ZANETTE	Empresário
JURANDIR FERRANTE	Outros
ADRIANA ZABOTTO	Cabeleireiro, barbeiro
JOÃO VITOR FERREIRA ROSA JUNIOR	Veterinário
JOSÉ PINHEIRO	Advogado
CÉLIA DONIZETTI SCARPE CHINAGLIA	Comerciante
LUIS CARLOS FERNANDES DA CRUZ	Almoxarife
JOSÉ PEREIRA DOS REIS	Advogado
MARTA RITA PEREIRA BRANCO	Dona de Casa
FLÁVIO EDUARDO DONADONI	Outros